

Maria Helena de Paula
(organização)

LÍNGUA E CULTURA:
estudos de léxico em perspectiva



LÍNGUA E CULTURA:
estudos de léxico em perspectiva



Universidade Federal de Goiás

UFG

Reitor

Orlando Afonso Valle do Amaral

Vice-Reitor

Manoel Rodrigues Chaves

Diretor da UFG/Regional Catalão

Thiago Jabur Bittar

Coordenadora do Departamento Editorial da UFG/Regional Catalão

Maria José dos Santos

Conselho Editorial

Teresinha Maria Duarte, Maristela Vicente de Paula, Eliane Aparecida Justino,
Gleyce Alves Machado, Luciana Borges, Maria José dos Santos.

Maria Helena de Paula
(organização)

LÍNGUA E CULTURA:
estudos de léxico em perspectiva



Sumário

- 7 Apresentação
- 11 As expressões idiomáticas verbais como entradas de dicionários fraseológicos: uma questão de delimitação à esquerda das sequências de tipo SV
| Claudia Xatara
- 21 Relações lexiculturais no campo *trabalho*
| Gisele Martins Siqueira
- 49 Os culturemas e as motivações para as novas expressões idiomáticas na língua portuguesa do Brasil
| Huéinton Cassiano Riva
- 65 Galicismos e suas implicações sociopolíticas e culturais na língua e sociedade brasileira dos séculos XIX e XX
| Jaciara Mesquita Rosa

- 85 O léxico tupi na nomeação dos lugares goianos nos séculos XVII e XVIII
| Kênia Mara de Freitas Siqueira
- 107 Léxico rural e léxico urbano: interpenetrações necessárias?
| Luciene Gomes Freitas Marins
| Aparecida Negri Isquerdo
- 133 Acheegas para o estudo sobre léxico caipira em Goiás
| Maria Helena de Paula
- 145 O campo lexical *moedas* em manuscrito sobre as minas goianas setecentistas
| Vanessa Regina Duarte Xavier
- 157 Sobre os autores

Apresentação

OS ESTUDOS LEXICAIS NO BRASIL Têm ganhado forte impulso em grupos de pesquisa, especialmente com a fundação do *Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*, o GTLEX, no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) em 1986. O crescente ingresso de filiados a este GT é apenas uma demonstração do interesse pelos estudos, pelas pesquisas e publicações na área das ciências do léxico, uma vez que congrega pesquisadores da pós-graduação e coordena a coleção “As ciências do léxico” já em seis volumes publicados. Há de se considerar, ainda, o aumento de eventos científicos de temática centrada nos estudos lexicais, em dimensão nacional e internacional.

Em meio a essa crescente e inquestionável relevância dos estudos lexicais na área de Linguística, a presente coletânea vem responder a uma demanda de divulgação dos resultados de estudos e pesquisas e, sobretudo, dar visibilidade aos estudos lexicais realizados no Departamento de Letras da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. Representa, sobremaneira, o esforço de pesquisa da sua organizadora na dinâmica de

trabalho no *Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português*, cadastrado no CNPq e certificado pela UFG, junto aos seus integrantes e pesquisadores parceiros, vinculados a outras instituições de ensino e pesquisa, como UEG, UNESP, UEL, UFMS, UEMS, com estudos fomentados por FAPs, CNPq e CAPES.

A unidade temática da coletânea configura-se no eixo norteador de todos os textos, qual seja, a relação entre língua e cultura, notadamente nos estudos lexicais que se distribuem em dois estudos sobre lexicografia, em especial na relação entre português e francês; um sobre fraseologismos e cultura, na perspectiva da neologia; um sobre toponímia goiana; três sobre lexicologia do português usado em Goiás durante três séculos diferentes; e um sobre a necessidade de se considerar o *continuum* rural e urbano para o estudo do léxico no Centro-Oeste brasileiro. Distribuem-se, então, os capítulos como abaixo se apresentam.

Claudia Xatara mostra como as expressões idiomáticas em um dicionário bilíngue português/francês se comportam e os procedimentos para definir a sua lematização, posto que podem apresentar restrições e variabilidade semântica, especialmente em estruturas do tipo SV. A autora pondera que devem ser consideradas as configurações culturais dos falantes de português no Brasil e em Portugal e do francês na Bélgica, França e no Canadá na consulta destes verbetes no dicionário.

Gisele Martins Siqueira, com base em entrevistas orais do *Projeto Filologia Bandeirante*, estuda o campo lexical *trabalho* em narrativas de homens e mulheres de vida rural nos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, desvendando as inter-relações entre a vida sociocultural conservada desses sujeitos e o seu uso lexical que aponta para uma conservação, por nomear e significar práticas culturais também conservadas.

Huélinton Cassiano Riva, em seu estudo, tematiza a neologia na Língua Portuguesa em situação de contato de línguas, incidindo sobre a neologia na fraseologia, a metáfora das expressões idiomáticas, os vários tipos de variação na fraseologia nos quais se associam aspectos de lexicultura presentes em muitos neônimos. O autor afirma que todos esses fenômenos linguísticos têm uma grande incidência na descrição lexicográfica de especialidade,

na tradução e no ensino-aprendizagem de línguas, ressaltando que cultura e léxico estão diretamente ligados e que os cultuemas são motivadores de novas unidades na fraseologia.

Jaciara Mesquita Rosa apresenta um estudo sobre os galicismos no português do Brasil, registrados no dicionário eletrônico *Houaiss* (2009) em comparação com o dicionário monolíngue francês-francês *Le Grand Robert de la Langue Française* (2001). A autora toma alguns verbetes para investigar a inter-relação entre léxico e cultura, considerando a *Belle Époque* carioca como decisiva na adoção de empréstimos e estrangeirismos no português.

Kênia Mara de Freitas Siqueira ilustra a relação entre língua e cultura discutindo como os topônimos goianos de origem indígena dos séculos XVII e XVIII representam, até certo ponto, o recorte cultural apreendido pelo denominador durante a consolidação dos primeiros aglomerados urbanos, o prenúncio da urbanidade em Goiás, em estreita ligação entre as primeiras levadas populacionais, a paisagem local que conheceram e o contato com os autóctones.

Luciene Gomes Freitas Marins e *Aparecida Negri Isquerdo* discutem como o *continuum* rural urbano responde por denominações e significados semelhantes a elementos do léxico no Centro-Oeste brasileiro. A partir de inquéritos do ALIB para esta região, as autoras defendem que os tempos atuais não distinguem, como antes, como polarizadas a cultura rural e a urbana e, por consequência, o léxico por elas usado.

Maria Helena de Paula, partindo de dados orais do sudeste goiano, discute o léxico caipira na perspectiva de que ele não se restringe ao ambiente rural porque as práticas que ele nomeia estão em deslocamento para as cidades, resultado do êxodo rural, e porque elementos considerados característicos do mundo urbano adentram a vida dos roceiros continuamente.

Vanessa Regina Duarte Xavier toma um manuscrito sobre as minas goianas, no século XVIII, para estudar o campo lexical das moedas e apresentar valiosa investigação sobre as suas unidades vocabulares, como *pataca* e *tostão*, em seu contexto de uso – as abonações no *corpus*.

As expressões idiomáticas verbais como entradas de dicionários fraseológicos: uma questão de delimitação à esquerda das sequências de tipo SV

| **Claudia Xatara**

INTRODUÇÃO

Nossas reflexões abordam a escolha de um núcleo léxico-semântico, base da conotação de sentido de uma grande parte das expressões idiomáticas verbais como entradas em dicionários específicos. Em outros termos, nossa análise focalizará:

- a. a cristalização dessas expressões – abordagem fraseológica e observação do que acontece no discurso;
- b. sua lematização – abordagem fraseográfica que estabilize a expressão nos dicionários.

Chamamos de “expressões idiomáticas” (EIs) as expressões polilexicais não apenas cristalizadas ou semicristalizadas porque pode haver vários tipos de sequências como Mejrí (2002) especifica do ponto de vista sintático, mas também do semântico; então, elas são necessariamente figuradas e culturalmente compartilhadas por uma comunidade linguística, o que torna relevante considerar sua frequência de uso (Xatara, 1995).

Vale esclarecer, em primeiro lugar, que essa frequência de uso corresponde às sugestões de Colson (2003; 2007), que define como limiar uma ocorrência por milhão de palavras para que uma unidade complexa seja considerada usual. Levando em conta esse limiar, nós o pesquisamos na *web*, usada como *corpus*, segundo Kilgarriff e Grefenstette (2003). Isso significa que verificamos o número total de palavras na *web* referentes aos idiomas trabalhados (estimativas de Grefenstette; Nioche, 2000, de Evans et al., 2004; e da União Latina, 2007): Português do Brasil (PB) e Portugal (PP) e os franceses da França (FF) e do Canadá (FC). Assim, tivemos de tomar como expressões usuais as que apresentaram um limiar (resultados diferentes no *Google*) de:

- 56 ocorrências para o PB, em site: br
- 14 para o PP, em site: pt
- 157 para o FF, em site: fr
- 07 para o FC, em site: ca

A COMPOSIÇÃO DA NOMENCLATURA: DETERMINAÇÃO DO NÚCLEO DAS EXPRESSÕES VERBAIS

A fim de estabelecer uma nomenclatura ou um conjunto de entradas o mais coerente possível, nossa preocupação foi reduzir expressões verbais (SVs isolados com base na sua frequência estatística) a um núcleo não verbal, núcleo entendido como uma sequência cuja solidariedade sintagmática de seus elementos leva à cristalização ou à semicristalização, o que representa a menor sequência polilexical complexa com significado atestado no discurso. Essa preocupação destaca-se especialmente no âmbito do estabelecimento do DEIPF, o *Dicionário de expressões idiomáticas português do Brasil e de Portugal - francês da França, da Bélgica e do Canadá* (Xatara, 2013), um dicionário *on-line* de EI português-francês e as três variantes – pesquisa que foi uma extensão dos estudos iniciados há 25 anos, na UNESP, com apoio da FAPESP, realizada no Laboratório Léxico, Dicionário, Informática (LDI) da Universidade Paris 13, e finalizado na Universidade Livre de Bruxelas (Xatara, 2013).

Tudo isso porque percebemos que muitos verbos de expressões consideradas cristalizadas, fixas, sofrem mudanças paradigmáticas (que serão expressões sinônimas) e excluir essa variação proporciona uma estabilidade

estrutural e semântica da expressão, ao mesmo tempo facilita enormemente a elaboração dos verbetes em dicionários fraseológicos.

Por exemplo, acreditamos que não precisemos lematizar a expressão “à beira do abismo” como entrada para um dicionário específico de sequências fixas e figuradas, simplesmente porque podemos também ter “levar alguém, chegar, se sentir, se encontrar, se ver à beira do abismo”, todas variantes da mesma sensação de estar “em face de um perigo iminente”. Assim, propomos que este paradigma de verbos possíveis, à esquerda da expressão, não faça parte da entrada, que neste caso seria apenas:

à beira do abismo: [...] pior é que o Governo entregou todo o nosso patrimônio público, cortou os gastos sociais, seguiu à risca a cartilha do FMI e o Brasil está **a beira do abismo...**¹

O mesmo aconteceu para seu sinônimo:

à beira do precipício: Marianne, que já sofria de alcoolismo, se vê **à beira de um precipício** quando encontra, no cofre do marido, sete diamantes que a incentivam a lutar...²

Com essa exclusão dos verbos, em especial quando se trata de verbos auxiliares ou verbos suportes, as expressões verbais aparentemente tornam-se nominais, adjetivas ou adverbiais.

No caso ilustrado acima, teríamos uma redução de sequências verbais para sequências adverbiais. Mas se analisarmos o que acontece com a expressão “encontrar uma agulha num palheiro”, vemos outro tipo de redução, no que respeita à entrada de um dicionário fraseológico: de uma sequência verbal a uma sequência nominal. Portanto, a nossa entrada selecionada é:

agulha no palheiro: Como não ser *a agulha no palheiro...* e usar a criatividade para divulgar o site e obter recursos financeiros.³

¹ Disponível em: <mst.org.br/informativos/JST/221/editorial.html>. Acesso em: 02 abr. 2004.

² Disponível em: <choveu.com.br/choveu_buscas/choveu_busca_capa.asp?codigo=332&tipo=vhs>. Acesso em: 02 abr. 2004.

³ Disponível em: <novomilenio.inf.br/ano01/0102c027.htm l>. Acesso em: 08 jan. 2006.

em vez de diversas entradas como expressões verbais “estar (como), procurar, parecer etc.” + “uma agulha no palheiro”.

Essa delimitação da fronteira esquerda de várias EIs verbais (ou exclusão de verbos que potencialmente poderiam constar), pode ser feita tendo em vista a lematização fraseográfica, quando um núcleo cristalizado é detectável, isto é, quando esse núcleo tem realmente um sentido que não depende dos verbos e é suficiente para ser considerado como entrada. Acreditamos que essa medida é justificada, primeiro, para evitar uma repetição de entradas semanticamente muito próximas, em que apenas verbos variam e em que existe um núcleo nominal sólido; em segundo lugar, para evitar não levar em conta outras variáveis verbais possíveis, ou pelo menos previsíveis, que são, por vezes, até intuitivas.

De qualquer forma, em todos os artigos, propomos sempre um contexto que ilustra o uso de cada expressão, ou nos indica os verbos que muitas vezes a acompanham, na rubrica “Informações adicionais” (informação em nível de linguagem, de origem, alguma restrição sintática ou semântica etc.). Essa informação é muito útil, especialmente porque, em uma perspectiva didática, que deveria estar contemplada em qualquer dicionário, não podemos delimitar o núcleo léxico-sintático de uma expressão verbal, sem considerar sua fronteira à esquerda. Em suma, procuramos apresentar uma lista de verbos excluídos da entrada sempre quando o uso parece restringir a expressão a apenas certos verbos.

Isso significa que é necessário explicitar ao usuário que, por exemplo, a entrada “última palavra”, no sentido de “resposta final que termina um debate”,

última palavra: Além de tagarela, gostava de ter sempre a **última palavra** numa discussão.⁴

pede frequentemente os verbos “ter, pertencer, dar”, mas também “ficar com, deixar, passar” etc.

⁴ Disponível em: <www2.uol.com.br/cienciahoje/chc/chc141h1.htm>. Acesso em: 11 nov. 2004.

Assim, o usuário saberá que ainda existem algumas restrições para que ele empregue a entrada, que não é usada com qualquer verbo. Essas restrições explicitadas deixam claro também que a realização discursiva dessas expressões, mesmo limitadas à esquerda, não é livre, mas permanece cristalizada. Podemos até mesmo falar sobre colocações + núcleo cristalizado.

Qual seria a vantagem, por exemplo, de se ter em francês entradas independentes como:

être dans le pétrin
finir dans le pétrin
se fourrer dans le pétrin
se mettre dans le pétrin
passer dans le pétrin
rester dans le pétrin
tomber dans le pétrin
se trouver dans le pétrin
se voir dans le pétrin

Normalmente uma será remetida à outra, porque o significado de “em uma situação difícil, na miséria,” perpassa todas as expressões, seja qual for o verbo à esquerda. Por isso, propomos um corte, considerando que o núcleo dessas expressões *dans le pétrin*, que será, então, sinônimo de *dans la merde*, *dans la mouise*, *dans la panade*.

Aqui está o verbete *dans le pétrin* completo (“numa fria” em português brasileiro, expressão delimitada à esquerda):

Quadro 1- Equivalente francês da entrada em português brasileiro *numa fria*.

<p>numa fria: situação adversa, embaraçosa (relaciona-se à baixa temperatura para indicar sofrimento; uso frequente depois de verbos como “andar”, “entrar”, “estar”, “ficar” etc.; em francês, os verbos mais encontrados são <i>être</i>, <i>finir</i>, <i>se mettre</i> etc) <i>Então minha amiga, você pode estar numa fria e ainda por cima, pagar o maior mico pra turma toda!</i>⁵</p>

⁵ Disponível em: <basico.com.br/tribo.php?cod=1901>. Acesso em: 18 maio 2004.

<p><i>numa fria: Fui na comunidade desse orkut novo, e também entrei numa fria... alguém tem que nos ajudar.</i>⁶</p>	<p><i>dans la merde: Donc si je veux partir c'est pour pas arriver au dernier moment et finir dans la merde sans boulot.</i>⁷</p> <p><i>dans la mouise: Le président actuel est bon à jeter aux orties, le pays se trouve dans la mouise.</i>⁸</p> <p><i>dans la panade: La faiblesse du dollar, le coût des billets avion qui augmentent et l'économie américaine dans la panade y sont pour beaucoup.</i>⁹</p> <p><i>dans le pétrin: Ces compagnies que je ne nommerai pas ont fermé avant l'impression et du coup je suis dans le pétrin financièrement, mais j'ai toujours trouvé un moyen de m'en sortir.</i>¹⁰</p>	<p><i>dans le pétrin: La plupart des avocats ne se rendent compte qu'ils sont dans le pétrin que lorsque les fonds ne rentrent plus.</i>¹¹</p> <p><i>dans le trouble: J'ai eu souvent de ses nouvelles, soit la plupart des fois où elle était dans le trouble. J'essaie toujours de l'aider [...]</i>¹²</p>
--	--	--

Talvez possamos ver mais claramente neste exemplo uma superposição da macroestrutura do dicionário e a delimitação semiótica do lema. Embora esses dados pertençam a ordens diferentes, a delimitação do núcleo cristalizado determina o limite do conjunto de entradas, identificando uma macroestrutura mais reduzida.

Certamente algumas expressões, se fossem delimitadas à esquerda, representariam entradas incompletas, porque não têm qualquer significado

⁶ Disponível em: <google.pt/support/forum/p/orkut/thread?tid=13d58fa9c226c2a7&hl=pt-BR>. Acesso em: 11 mar. 2010.

⁷ Disponível em: <forum.doctissimo.fr/.../gendarme-adjoint-sujet_147283_14.htm>. Acesso em: 3 maio 2011.

⁸ Disponível em: <rmc.fr>Info>France>Bourdin2012>. Acesso em: 3 maio 2011.

⁹ Disponível em: <mathurin.com/article1066.html>. Acesso em: 15 jun. 2005.

¹⁰ Disponível em: <roliste.com/bio.jsp?id=1768>. Acesso em: 15 jun. 2005.

¹¹ Disponível em: <cba.org/ABC/PracticeLinkfr/PDBP/starting10tips.aspx>. Acesso em: 1º mar. 2010.

¹² Disponível em: <aviron.canoe.ca/webapp/sitepages/printable.asp?>. Acesso em: 29 nov. 2010.

independentemente dos verbos que as introduzem. Por exemplo, *de l'huile sur le feu* não parece ter significado independente, pelo contrário, este “falso núcleo” exige a presença de certos verbos para ser parte de uma entrada, a saber:

ajouter de l'huile sur le feu: Vous comprendrez aisément que je ne souhaite point **ajouter de l'huile sur le feu**. Dans ce genre de situation, il est utile de garder la tête froide [...].¹³

jeter de l'huile sur le feu: Certaines associations préfèrent passer sous silence la racialisation de la violence, sous prétexte de ne pas **jeter de l'huile sur le feu**.¹⁴

mettre de l'huile sur le feu: Galilée annonça qu'il ne faisait qu'interpréter différemment les écrits bibliques, ce qui contribua finalement à **mettre de l'huile sur le feu**.¹⁵

No caso acima, notamos que a sinonímia é bastante limitada e manter esses verbos não incha demais a nomenclatura.

O nosso trabalho foi, portanto, pensar como identificar as sequências suscetíveis de tal redução ou delimitação à esquerda. Petit (2003) afirma que existe muito pouca teorização concernente à lematização ou à “neutralização” das expressões complexas no campo da Linguística.

Para isso, não podemos esquecer que a forma da EI, segundo a escolha que especifica sua entrada em dicionário, determina sua categoria gramatical – restrição a ser considerada no que diz respeito também à proposta dos equivalentes (obviamente a entrada e os equivalentes devem pertencer à mesma categoria). Esse princípio nos faz, assim, impor aos equivalentes a mesma delimitação à esquerda.

Além disso, a escolha da entrada estará em ordem alfabética (restrição explorada por Blanco; Moreno, 1997). Em relação a esse fato, temos a favor do usuário em potencial do DEIPF o formato eletrônico que favorece a busca por uma entrada no caso de haver qualquer dúvida do que exatamente procurar como entrada.

¹³ Disponível em: <tamazgha.fr/article_leger.php3?id_article=1278>. Acesso em: 11 abr. 2005.

¹⁴ Disponível em: <lexpress.fr/info/france/dossier/racismes/dossier.asp>. Acesso em: 12 maio 2005.

¹⁵ Disponível em: <membres.lycos.fr/veloclub/biographies/galilee>. Acesso em: 12 maio 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O DEIPF pode ser considerado uma obra:

1. semasiológica, porque ele parte das EIs (as unidades significantes), como entradas, e apresentam em seguida o seu significado, o seu sentido;
2. analógica, porque traz expressões sinônimas (aquelas que têm uma relação de semelhança, visto que o sentido dos sinônimos em PB ou dos equivalentes em PP, FF e FC é semelhante ao da entrada, em uma relação restrita ou próxima);
3. mas não onomasiológica, uma vez que não apresenta um sentido ou conceito nocional para registrar todas as EIs (em ambas as línguas e suas variantes) ligadas a ele.

Nossa intenção, por um lado, foi construir uma obra que testemunhe o uso dessas unidades fraseológicas, ainda que em um emprego aproximativo segundo o que sugere Petit (2007), escolhendo como lema os núcleos das expressões sempre que possível. Por outro lado, é necessário deixar claro que a seleção de núcleos cristalizados das expressões, excluindo os verbos que pertencem a um paradigma muito amplo ou pouco marcado, tem como objetivo padronizar uma descrição fraseográfica dessas unidades e não ofuscar o fato de que a cristalização é um fenômeno escalar, com elementos variáveis. Por isso, trata-se de fato de uma semicristalização.

REFERÊNCIAS

BLANCO, Xavier; MORENO, María Dolores. Lemmatisation, agencement et catégorisation des lexies complexes dans la lexicographie bilingue français-espagnol. In: FIALA, Pierre; LAFON, Pierre; PIGUET, Marie-France. (Eds.). *La locution: entre lexicque, syntaxe et pragmatique*: INALF, coll. "Saint-Cloud", Paris: Klincksieck, 1997. p. 173-181.

COLSON, Jean-Pierre. Corpus linguistics and phraseological statistics: a few hypotheses and examples. In: BURGER, Harald; HÄCKI BUHOFER, Annelies; GRÉCIANO, Gertrud. (Eds.). *Flut von Texten: Vielfalt der Kulturen*. Ascona 2001 zu Methodologie und Kulturspezifik der Phraseologie. Baltmannsweiler: Schneider Verlag Hohengehren, 2003. p. 7-59.

_____. The World Wide Web as a corpus for set phrases. In: BURGER, Harald; DOBROVOL'SKIJ, Dmitrij; KÜHN, Peter; NORRICK, Neal R. (Eds.). *Phraseologie / Phraseology*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2007. p. 1071-1077.

EVANS, David et al. *The multi-lingual web*. Disponível em: <<http://www.infonortics.com/searchengines/sh04/04/pro.html>>. Acesso em: 1º jan. 2004.

GREFENSTETTE, Gregory; NIOCHE, Julien. *Estimation of english and non-english language use on the www*. Proc. RIAO 2000, Content-Based Multimedia Information Access, 2000, p. 237-246.

KILGARRIFF, Adam; GREFENSTETTE, Gregory. Introduction to the special issue on the web as corpus. *Computational Linguistics*, v. 29, n. 3, p. 333-347, 2003.

MEJRI, Salah. Le figement lexical: nouvelles tendances. *Cahiers de Lexicologie*, v. 80, Paris: Honoré Champion, p. 213-225, 2002.

PETIT, Gérard. Figement lexical et lemmatisation: les locutions de type SV. *Cahiers de Lexicologie*, v. 82, INALF-CNRS, Paris: Didier Erudition, 2003.

_____. La dénomination des genres discursifs: contraintes linguistiques et pragmatique. In: MEJRI, Salah (Ed.). *A la croisée des mots*. Hommages à Taïeb Baccouche. Université de Sousse, Université Paris 13: Sousse, Villetaneuse, 2007. p. 247-278.

UNIÃO LATINA. *La place du français dans l'internet*. Disponível em: <<http://dtil.unilat.org/LI/2002/fr/index.htm>>. Acesso em: 1º maio 2007.

XATARA, Claudia. O resgate das expressões idiomáticas. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 38, p. 195-210, 1995.

_____. *Dicionário de expressões idiomáticas português do Brasil e de Portugal: francês da França, da Bélgica e do Canadá*. São José do Rio Preto: UNESP, 2013. Disponível em: <www.deipf.ibilce.unesp.br>. Acesso em: 10 fev. 2013.

Relações lexiculturais no campo *trabalho*

| Gisele Martins Siqueira

INTRODUÇÃO

Nosso estudo parte da perspectiva de que a língua está estreitamente ligada à cultura de um povo e, por meio dela, toda a percepção de mundo, crenças, valores e princípios obtidos, ao longo do tempo, são repassados de geração a geração. Acreditamos que, mais precisamente, é através do léxico que os traços da cultura de um povo tornam-se mais evidentes (Sapir, 1969).

Dessa maneira, se a cultura de um povo é a representação de suas vivências e experiências, ela é expressão de vida e está impregnada nas formas de sobrevivência e de lutas concretas que fazem parte do mundo real e estão presentes no cotidiano desse povo.

Nesta visão, buscamos evidenciar o léxico que está ativo nas formas culturais de uma dada língua que tende a resistir por manter suas práticas culturais a partir de usos linguísticos. Constatamos, no entanto, que esse processo de permanência do léxico através das práticas culturais não se dá, na maioria das vezes, de forma intencional.

Assim, neste artigo, faremos um levantamento das lexias que representam as práticas trabalhistas de sujeitos pertencentes à comunidade rural de

Goiás, Minas Gerais e São Paulo, os quais fizeram parte do grupo de informantes do *Projeto Filologia Bandeirante*. Buscaremos analisar e conceituar essas lexias, de modo a apontar nelas traços específicos da cultura rural.

Além disso, temos a intenção de identificar, no léxico do meio rural, a relação entre língua e cultura em um grupo de pessoas que se caracteriza como praticante da cultura popular e, então, de um modo específico estabelecer e narrar suas experiências sociais.

Utilizaremos o conceito de norma apresentado pelas bases da teoria co-seriana, já que os dados que compõem o *corpus* desta pesquisa estão inseridos na norma de um grupo social, situado em diferentes pontos geográficos do Brasil.

RELAÇÕES LEXICULTURAIS

Ao partir da perspectiva de Claude Lévi-Strauss (1975), a cultura é abordada como a capacidade simbólica de atribuir significados através do modo de pensar, sentir e agir de uma sociedade, os quais a torna diferente de outras. Dessa forma, tomam-se por base as ideias de Souza et al. (2005), para quem, de modo geral, tudo o que é difundido pela aprendizagem é o que se entende por cultura: os gestos, a fala, a comida, as roupas, os hábitos, a religião, a medicina, os tipos de trabalho, o modo de compreender a morte, as filosofias, os ensinamentos, as manifestações artísticas, enfim, até o modo de nascer está relacionado com a cultura na qual se vive.

Dessa forma, podemos afirmar que a cultura de um povo está expressa nos costumes e hábitos de sua comunidade: o trabalho nas roças e a lida diária no campo revelam fragmentos da cultura rural dos informantes, do mesmo modo como a sua religiosidade e as suas crenças. A maneira como as pessoas organizam suas práticas trabalhistas indica que elas pertencem a uma cultura rural; suas tarefas cotidianas de lida na roça também dizem muito do modo como está estruturada sua cultura, que nomeamos aqui como popular, roceira e conservadora.

Nas lexias proferidas pelos informantes, quando relatam suas vivências, encontramos os traços de uma cultura popular conservadora, fato que

evidencia identidades culturais, também conservadoras, contrariamente ao que afirmam Gregolin (2008) e Albuquerque Jr. (2007) em seus estudos sobre identidade e cultura, ao defenderem que a identidade está em constante mudança e sempre se reinventando, assim como a cultura. Para Albuquerque Jr. (2007, p. 2), “qualquer evento, mesmo trazendo repetições, é marcado pela criação, pela invenção, pelo deslocamento de sentidos e significados” e as práticas culturais devem ser “reinvestidas de significado” para continuarem a existir e terem importância para as novas gerações, caso contrário, tornam-se “ruínas de sentido”.

As identidades culturais dos sujeitos de nossa pesquisa se ancoram na estabilidade do mundo social do qual fazem parte, através de quadros de referências. Em certa medida, negam a afirmação de Hall (apud Gregolin, 2008, p. 84) de que “as velhas identidades estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno”, que era “visto como um sujeito unificado”. Podemos afirmar que os sujeitos informantes de nossa pesquisa se mostram inabalados quanto à ideia que possuem deles mesmos – de indivíduos incorporados às suas práticas culturais, distintas daquelas dos indivíduos da sociedade moderna e urbana, e sem necessidade de realizar mudanças.

As práticas culturais conservadoras desses sujeitos se mantêm porque eles permanecem nas mesmas condições socioculturais, sem mudanças e inovações quanto às suas concepções de sujeitos pertencentes ao mundo rural. Para eles, sua identidade é inegociável, eles são o que são e nada pode mudar ou transformar essa sua realidade, pois têm a certeza de que fazem parte de uma comunidade rural de hábitos simples e práticas culturais voltadas para a sobrevivência físico-material e social de seus pares. Identificam-se como sujeitos em suas relações de parentesco, amizade e vizinhança. São, portanto, indivíduos pertencentes a uma cultura rural, na qual se encontram envolvidos cotidianamente em pequenos enfrentamentos para garantir a sobrevivência e, com isso, constroem sua identidade na comunidade da qual fazem parte. Dessa forma, a maneira de agir e de pensar desses sujeitos os identifica como pertencentes a um dado grupo social – nesse caso, rural – e eles se encontram espalhados em vários pontos geográficos do Brasil.

Ao discorrermos sobre o fato de que a cultura se mostra estruturada na língua e deve ser entendida a partir dessa concepção, é preciso considerar a afirmação de Coseriu (1979, p. 54) de que “o saber linguístico é cultural. Isso significa que a língua, além de fundar e refletir a cultura não linguística, é ela própria cultura”. Assim, nesta pesquisa, buscamos demonstrar que, em uma dada comunidade, é a língua que retrata e conserva suas marcas culturais; o “aspecto cultural da língua é a própria língua como saber linguístico” (p. 54).

Também tomamos as lições da etnolinguística, especialmente por discutir as relações entre a língua e a cultura na sociedade de que fazem parte os seus falantes. Portanto, utilizamos o conceito proposto por Baylon (1991, p. 47), ao afirmar que “cultura é o conjunto das práticas e dos comportamentos sociais que são inventados e transmitidos dentro do grupo [...]”. Segundo o autor, “a língua pode revelar os modos de vida e os valores culturais de uma sociedade” (p. 50).

Por esse viés, desde o momento em que passamos a existir no planeta até o modo como nascemos tem a ver com a cultura na qual vivemos. Os gestos, a fala, a comida, as roupas, os hábitos, a religião, os tipos de trabalho, enfim, tudo o que é propagado pela aprendizagem é o que podemos chamar de cultura. Os sistemas de comunicação entre os indivíduos são organizados pela cultura que constrói um suporte comum para a coletividade. Assim, as formas culturais são tantas quanto diversa é a expressão humana. Mas, há mecanismos individuais inseridos em cada sistema que permitem distinguir as unidades culturais e a história particular de cada grupo sociocultural.

Como destacam Souza et al. (2005, p. 16), o antropólogo francês Lévi-Strauss (1976) procurou, em seus estudos, conceituar a “cultura como uma reunião de sistemas simbólicos”. Segundo Souza et al. (2005), cultura é o potencial significativo que tem por finalidade a capacidade de estabelecer relação de conhecimento “através dos modos de pensar, sentir, agir” (p. 16). Toda sociedade ou todo grupo social produz recursos para a “interiorização de modelos culturais nos seus descendentes” (p. 16), o que, para as autoras, assegura “a conservação das crenças e valores de um grupo e, principalmente, a estima do grupo por si mesmo” (p. 16).

Desse modo, amparados pelas ideias dessas autoras, constatamos que a visão de mundo, as crenças, as ideologias e as formas de expressão da sociedade e a sua cultura são transmitidas de geração a geração pela língua falada ou escrita, deixando evidente que esta tenta retratar e conservar as marcas sociais e culturais da comunidade que a pratica.

Sabemos que várias pesquisas foram realizadas em torno da linguagem entendida como fenômeno social, como as de Malinowski (1986) que, segundo discute Lima Barreto (2010), após analisar um texto primitivo, comprovou que a língua está gravada na memória, nos costumes, na cultura do indivíduo ou da coletividade. Assim, é impossível esquecer, superar ou deixar de lado sua interação com ela. Portanto, com base nas ideias da autora, a língua só pode ser explicada a partir do povo que a utiliza. Lima Barreto (2010), ao analisar as relações de parentesco como formas de comunicação, afirma que Levis-Strauss (1976) ressalta a importância da criação da sociedade para a linguagem, e a cultura é derivada da linguagem.

No entanto, foram Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf (1936 apud Lima Barreto, 2010), em seus estudos, que tiveram maior destaque nesse sentido. “Eles consideraram a linguagem um poderoso símbolo de solidariedade” em que a realidade é produzida “de forma inconsciente”, a partir dos “hábitos da linguagem de um grupo”, segundo Lima Barreto, (2010, p. 1).

Sem dúvida, a partir do reconhecimento da Linguística e da Antropologia como ciências, a língua passou a ser investigada cientificamente como componente da cultura. Para Montagu (1972, p. 131), a cultura

representa a resposta do homem às suas necessidades básicas. É o modo que tem o homem de colocar-se à vontade no mundo. É o comportamento que aprendeu como membro da sociedade. Podemos defini-la como o modo de vida de um povo, o meio, em forma de ideias, instituições, potes e panelas, língua, instrumento, serviços e pensamentos, criado por um grupo de seres humanos que ocupam um território comum.

Segundo Benveniste (1996), a cultura deve ser observada como parte da língua e, a língua, como parte da cultura, em uma interação mútua. De acordo com o autor, a cultura é um conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos e costumes que distinguem um grupo social em sua

forma ou etapa evolutiva das tradições e dos valores intelectuais, morais, espirituais de um lugar ou período específico, utilizando, para isso, a língua como o principal instrumento propagador desse modo de vida.

Já para Mattoso Câmara Jr. (1965, p. 18), a língua se apresenta

como um microcosmo da cultura. Tudo que esta última possui se expressa através da língua; mas também a língua em si mesma é um dado cultural. Quando um etnólogo vai estudar uma cultura, vê com razão na língua um aspecto dessa cultura. Nesse sentido, é o fragmento da cultura de um grupo humano a sua língua. Mas, como ao mesmo tempo a língua integra em si toda a cultura, ela deixa de ser esse fragmento para ascender à representação em miniatura de toda a cultura. E mais ainda: como elemento de cultura, a língua apresenta o aspecto muito curioso de não ser em si mesma uma coisa cultural de per si, à maneira da religião, da organização da família, da arte da pesca etc.; ela apenas serve dentro da cultura como seu meio de representação e comunicação.

Dessa forma, podemos perceber que as relações entre linguagem regional, sociedade e cultura, estudadas pela Dialectologia, pela Sociolinguística e pela Etnolinguística, fazem parte de um todo que se encontra integrado nos estudos linguísticos.

Devemos ressaltar que os assuntos relacionados à linguagem sempre despertaram o interesse da humanidade. Vários estudos a respeito de sua organização e de seus constituintes foram e ainda são desenvolvidos. Para Lima Barreto (2010), os estudos do século XX procuravam investigar a linguagem e considerar à parte os elementos exteriores ao sistema linguístico, empenhando-se em dissociar os estudos da linguagem, entendida como instituição, dos estudos da Linguística. Sendo assim, a Linguística deveria ter independência, enquanto as outras ciências cuidariam dos problemas de ordem extralinguística.

No campo da história dos estudos linguísticos, surgiram diversas ciências que buscaram estabelecer relações com a Linguística, como a Psicolinguística, a Sociolinguística, a Antropolinguística, a Etnolinguística e outras. A Etnolinguística procura estabelecer relação entre linguagem e cultura, de forma que a linguagem se revele como característica comum do homem e, acima de tudo, social, encontrando-se estreitamente relacionada com a cultura, visto que através dela todas as percepções do mundo são expostas ao homem.

Lima Barreto (2010, p. 4) afirma que Franz Boas, em 1911, deu um novo enfoque à Linguística, ao demonstrar que “as afinidades entre línguas podem ser explicadas também pela difusão originada do contato entre grupos humanos”. De acordo com a autora, Edward Sapir (1969), influenciado por Boas, continuou seus estudos etnolinguísticos sobre as línguas indígenas e constatou que é possível estabelecer relações entre a Linguística e a Etnologia se considerarmos a linguagem como a “expressão da capacidade de simbolização” e como o resultado da “integração do homem no contexto cultural” (Lima Barreto, 2010, p. 4). Dessa forma, para a autora, a tradição antropológica de Boas e de Sapir (1969), na linguística norte-americana, teve continuidade com Benjamin Lee Whorf (1936), discípulo de Sapir. Destaca que “a língua molda a concepção de mundo dos grupos humanos e, portanto, esta depende da estrutura da língua falada pelo grupo” (Lima Barreto, 2010, p. 4). Assim, podemos dizer que os seus estudos deram grande impulso à Etnolinguística, à Antropologia e, conseqüentemente, à Lexicologia.

A autora também afirma que, na Europa, os estudos que relacionam a Linguística e a Antropologia tiveram uma dimensão menor que os estudos realizados nos Estados Unidos. No entanto, alguns obtiveram destaque, como os de Edward Tylor, que escreveu alguns capítulos sobre linguagem em *Primitive culture* (1871) e *Antropology* (1881); Malinowski (1986), que defendia uma teoria Etnolinguística e orientava os estudos em sociedades primitivas relacionados com os estudos etnográficos sobre elas; e vários outros autores que investigaram a utilização da linguagem em perspectivas variadas, assim como em diversas sociedades.

Seguindo a teoria Etnolinguística, Lima Barreto (2010) ressalta que esta tem causado confusões no que se refere à Terminologia e ao seu objetivo de estudo. Por isso, muitos estudiosos têm se debruçado na tarefa de definir suas regras básicas de organização e funcionamento. Em geral, a Etnolinguística é concebida como a disciplina que estuda as relações entre língua, cultura e sociedade. “Com mais precisão, ela se define como a disciplina linguística que estuda a variedade e a variação da linguagem em relação com a civilização e a cultura” (Lima Barreto, 2010, p. 5).

De acordo com a autora, a Etnolinguística abrange domínios tanto da Linguística quanto da Antropologia. Por esse motivo, não pode ser considerada como uma disciplina isolada e autônoma. Ela também esclarece que essa disciplina se interessa em investigar os relacionamentos entre a língua e a visão de mundo, a partir do contexto em que a língua é produzida, analisando a sua adaptação a este contexto e o seu poder de expressão. Segundo a autora, por meio da Etnolinguística é possível entender de que maneira a visão de mundo de um grupo está relacionada às suas experiências, levando em conta as atividades culturais desse grupo, sua estrutura social e o ambiente geográfico do qual faz parte.

Outros autores, entre eles Sapir (1969) e Coseriu (1977), também trataram dos aspectos sociais da linguagem sob diferentes abordagens, mas foi com o surgimento da Sociolinguística, no início dos anos de 1960, especialmente com os estudos desenvolvidos pelo linguista norte-americano William Labov, que os aspectos sociais da linguagem passaram a ser mais bem analisados, a fim de mostrar a influência que os fatores externos têm sobre os processos de variação e mudança das línguas.

Considerar a língua como um fato social implica dizer que ela é, também, um fato cultural, pois não se separam sociedade e cultura. Vista como uma instituição social, a língua é instrumento de divulgação da cultura e da ideologia de um povo e manifesta o seu modo de pensar e encarar o mundo em um determinado tempo e espaço.

É sob esta perspectiva, ou seja, como estudo da relação entre língua, sociedade e cultura, que surge a Antropologia Linguística ou Etnolinguística, em que nos baseamos para realizar nossas análises. Assim, este estudo não analisa o fato linguístico isoladamente, mas sempre relacionado ao contexto em que ele foi produzido.

Com o objetivo de definir as tarefas da Etnolinguística, Coseriu (1977) procura delimitar com precisão o objeto dessa disciplina. De acordo com o autor, as definições dessa disciplina são imprecisas e muito amplas, fazendo-se necessária a divisão de seus estudos em várias disciplinas e a ampliação do seu objeto de estudo. Dessa forma, o autor limita a Etnolinguística,

disciplina linguística, não etnológica nem etnográfica, ao estudo da variedade e variação da linguagem, relacionando-se à civilização e à cultura.

Por fim, ele destaca que, em sentido diacrônico, cabe à Etnografia linguística estudar “as mudanças na cultura manifestada pela linguagem”. Cabe, porém, a ressalva de que além das mudanças, a Etnolinguística se encarrega também dos casos de retenção linguística. Como consideramos, a linguagem exerce um papel decisivo em uma sociedade; nesse ponto está a nossa proposta de um estudo que relacione língua, cultura e sociedade.

No entanto, vale ressaltar que, para se obter resultados satisfatórios na investigação dos dados que relacionam língua, cultura e sociedade, é necessário levar em conta os indivíduos dessa sociedade que, segundo as perspectivas de Coseriu (1979) e Saussure (1970), encontram um conjunto de regras de conduta legais ou morais que lhes é imposto. E, mesmo possuindo seus próprios modos de se comportar e interpretar a vida, são sujeitos a viver seguindo um determinado padrão fixado pela sociedade da qual fazem parte.

Assim, para Caputo (2010), qualquer grupo de pessoas constituído por sujeitos socialmente estruturados possui recursos e métodos que favorecem os processos comunicativos que lhes são próprios. No entanto, segundo o autor, os indivíduos aplicam as “mais diversas possibilidades significativas para facilitar este processo comunicativo entre seus constituintes e estabelecer a interação entre si” (p. 1). A língua, para ele, é o instrumento mais usado por esses grupos de sujeitos e, por ser heterogêneos, multifacetados e propensos a constantes modificações, a língua sofre a influência dessas mudanças, interna e externamente, conservando apenas a sua estrutura básica. Contrapondo-se a essa afirmação, nossos dados apontam a formas lexicais que se mantêm conservadas, tanto na estrutura quanto na sua forma.

Esse autor também ressalta que é através de seus sistemas de signos complexos que a língua preenche as necessidades mais básicas e os arranjos e as combinações mais elaboradas que se constituem “na mente humana para expressar seus sentimentos, seus pensamentos e suas vontades” (Caputo, 2010, p. 1).

Dessa forma, a língua é considerada o resultado da interação das comunidades, é uma forma de recortar a história, a evolução e as manifestações políticas e culturais que caracterizam e diferenciam o grupo social pesquisado de outros grupos socioculturalmente distintos.

Já no que se refere ao léxico de uma língua, segundo Lima Barreto (2010), este pode apresentar preferências culturais de uma dada organização social, transmitindo as coisas que estão mais ligadas diretamente à sua vida cotidiana. Para a autora, dependendo da atividade desenvolvida por essa comunidade, seus membros terão o acervo lexical mais desenvolvido nessa área específica, podendo sobressair “as referências aos objetos, materiais, ações e conceitos relacionados a esta atividade” (p. 7).

Através do léxico, considerado como um conjunto sistemático e organizado de vocábulos de um sistema linguístico, a língua manifesta características particulares de cada lugar específico, das crenças e dos costumes de um determinado grupo social. No ato de nomear, preservando ou dando origem a novas palavras, ou até mesmo no momento de nos comunicar, podemos perceber a relevância do léxico e o papel que ele desempenha como elemento decisivo na propagação de aspectos socioculturais de uma comunidade e, sobretudo, na interação.

Sem dúvida, é inegável o caráter social da linguagem quando vemos que a língua é o principal instrumento pelo qual a comunidade representa o mundo e manifesta suas ideias e experiências. Ao utilizá-la, o indivíduo dá origem a uma realidade que procura representar. É, portanto, por meio da língua que o indivíduo interage com outras pessoas de sua comunidade, estabelecendo os vínculos sociais desse (e nesse) grupo.

Portanto, considerada como uma instituição social, a língua é instrumento de propagação da cultura e da ideologia de um povo, pois revela o modo de pensar e encarar o mundo num determinado tempo e espaço. É sob essa perspectiva, ou seja, estudando a relação entre língua, sociedade e cultura, que surge a Antropologia Linguística ou Etnolinguística, como abordamos na seção anterior.

Para Duranti (2000), a Etnolinguística vê os falantes especialmente como “atores sociais”, isto é, como membros de comunidades singulares e complexas,

articuladas a uma rede entrecruzada de crenças e valores morais, a uma rede cultural. Assim, a Etnolinguística é, pois, uma área da ciência linguística que, com o apoio de outras áreas como a Dialetoлогия e a Sociolinguística, se constitui em uma excelente ferramenta para investigar aspectos da língua de uma determinada região. Essas três ciências vão nos auxiliar a empreender este estudo.

Convém dizer que as relações lexiculturais se mostrarão mais evidentes nas seções seguintes, em que abordaremos o *corpus* em campos lexicais através de um quadro demonstrativo, seguido de análises.

O cAMPO tRaBalho

Adotamos a teoria do *campo lexical* de Coseriu (1970), visando a organizar o léxico rural, não de forma a abranger todo o acervo que se tem registrado em documentos e vários livros, mas a partir de um *corpus* preestabelecido.

Assim, descrevemos e analisamos os dados extraídos do *corpus*, selecionados a partir de entrevistas realizadas nas comunidades rurais de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, os quais serão descritos para fins de sistematização. Essas entrevistas compõem o segundo CD de entrevistas do Projeto Filologia Bandeirante, um projeto interinstitucional coordenado por Heitor Megale, da USP, e que teve na UFG, UFMT e UFMG professores que levaram a cabo a sua realização.

A esse macrocampo denominado *trabalho*, foram agrupados cinco campos lexicais: *funções*, *serviço*, *ferramentas*, *localidades* e *mantimentos*, responsáveis sobretudo por apresentar os diferentes aspectos da vida cotidiana, que contribuem para o modo de ser do povo rural. A partir desses campos, podemos caracterizar a forma de sobrevivência do homem dessas regiões e a sua cultura, já que esses homens se definem como sujeitos trabalhadores, que fazem dessa atividade a razão de sua existência como indivíduos formadores e participativos da sociedade.

A seguir, apresentamos em um quadro, de forma ampla, como organizamos o macrocampo *trabalho* e os seus respectivos campos lexicais. Para isso, mostramos as lexias que compõem o *corpus* da pesquisa e o número total de suas ocorrências em cada campo léxico.

Quadro 1- Campos lexicais.

MACROCAMPO TRABALHO		
Campo lexical	Abonações	Total de lexias
Funções	Carpinteiro, corte, eletricista, funcionário do Superior Tribunal de Justiça, marceneiro, mascateiro, meeiro, ourives, pajem, pedreiro, PM (policial militar), presidente, quitandeira, sapateiro, seleiro, servente de pedreiro, situante e vendedor de loteria.	18
Serviços	Agarrar bandido, almagear, amansar, aparelhar poste, aprontar o terreno, apurar, bater pasto, batear, buscar água, caçar, campear cavalo, cangar, capinar, carpidar, carpir, carregar, carregar o cargueiro, carregar o carro, carrear, cavucar, cortar a madeira, criar vacas, colher mamona, cuidar da casa, colher, cozinhar, correr, descultivar, fazer compra na cabeça, fazer milho, fazer o aterro, fazer farinha, fazer a construção, fazer de todos, fazer de tudo na roça, fazer o azeite, fazer o ceveiro, fazer um pavio, fazer retiro, fazer sela, ferrar o bicho, fazer a casa, fiar, furar mel, garimpar, empreita, engordar capado, envarar o carro, descarçoçar, esquentar, ajuntar vacas, largar a foice, lidar com peixe, mexer com gado, mexer com engenho, mexer com joia, mutirão de roça, na pá, panha, passar na peneira, pegar içá, peneirar farinha, pescar, plantar algodão, plantio de colheita, pôr no cargueiro, plantar, preparar a terra, pôr para pubar, puxar cana, puxar leite, esquentar, arrancar, repassar animal, secar, socar farinha, socar, tecer, tirar acorde, tirar leite, tirar cera, tirar medida, tirar as cascas, tocar animal, tocar cargueiro, tocar comércio, tocar um quintal, tocar roça, tocar muita lavoura, tomar conta de fazenda, trabalhar sendo chefe de casa, trabalhar na roça, trabalhar muito na enxada, trabalhar na meia, trabalhar por conta própria, trabalhar em açude, vender biscoito, vender terno e virar carpir.	99
Ferramentas	Abas, arco, algodão, anzol, areia, arreo, aro, bateia, boia, boi-corrido, caminhão, canga, carda, cargueiro, carona, carro de boi, carroceria, cartucheira, caixote, ceveiro, cocha, criação, curral, dobradeira, ferrão, foice, furreca, engenho, enxada, descarçoçador, lamparina, lenha, linha, madeira, maquinário, monjolo, mostuário, ouro, pá, panela, pedra, alpercata, peneira, prata, rabo de tiradeira, relógio, roda, roupa, roupas de vestir, sela, sururu, tecer, terno, tear, tijolo, trator, vara de bambuíra, vara de doze palmos, vara de malhar feijão, vela e vidro.	61
Localidades	Chão, colégio das freiras, fábrica de adubo, fazenda, estrada de ferro, lavoura, na porta, por aqui, polícia, prefeitura, roça e trabalhar pelo mundo.	12
Mantimentos	Arroz, azeite, abacateiro, biscoito de goma, biscoito doce, caça, caqui-zeiro, capado, feijão, gado, galinha, leite, mandioca, manauê, mantimento, milho, pão-de-queijo, porco, queijo, quirela, rês e torta.	22

Organizamos esses dados segundo cadeias de significações, instituindo possíveis elementos linguísticos e extralinguísticos que se revelam como decisivos na constituição dos significados. Assim, as lexias são estruturadas a partir de campos lexicais, apresentando as suas diferentes ocorrências. Ademais, acreditamos que a organização dos dados, por meio do processo de agrupamento em campos lexicais, contribui para a percepção e para o tratamento do conjunto de unidades lexicais que foram selecionadas e seus significados no conjunto do léxico rural do português brasileiro.

O léxico documentado na amostragem dos dados resultantes das entrevistas foi analisado buscando seus significados lexicais no uso, situado na norma que lhes é específica.

ANÁLISE LEXICULTURAL DO *tRaBalho*

Sabemos que os entrevistados, cujas histórias de vida compõem o *corpus* desta pesquisa, viveram toda a sua infância, juventude, idade adulta e parte da velhice no meio rural, passando a residir nas zonas rurais quando não podiam mais trabalhar. Portanto, esses indivíduos estiveram menos sujeitos às inovações, fato que pode explicar a manutenção de um vocabulário que remonta a períodos mais antigos da nossa língua, já que os informantes passaram a viver nessas localidades a partir da década de 1940, constituindo grande parte de seus hábitos linguísticos em um lugar e em uma época com poucas influências externas.

O estilo de vida que eles possuem atualmente não é mais o mesmo da época em que constituíram seu vocabulário fundamental porque entre eles permanecem práticas culturais conservadas que garantem essa manutenção de lexias, consideradas pelos grupos mais novos como antigas e ultrapassadas. Em contraparte, novos hábitos podem provocar influências inovadoras no seu repertório lexical.

No macrocampo *trabalho*, encontramos lexias que se organizam de forma conceitual em uma relação sistêmica que se concretiza em microcampos lexicais. Nesse macrocampo, constatamos que as *funções* e os *serviços* desempenhados, assim como as *ferramentas* utilizadas e os *mantimentos* plantados

estão numa mesma hierarquia de importância e utilidade para os sujeitos, os quais se valem deles nas *localidades* em que desempenham suas lidas cotidianas. Assim, compreendemos que algumas dessas lexias, como *largar a foice*, *bater pasto*, *mexer com engenho*, *monjolo*, *mutirão de roça*, *tecer* e tantas outras, fazem parte do universo conceitual dos informantes e não de todos os falantes da língua portuguesa.

Observamos que, em todas as narrativas, os informantes começaram a narrar suas vivências a partir das atividades desenvolvidas no seu trabalho. Dessa forma, mostraram-se mais interessados em relatar as histórias referentes a esse assunto e todas as questões que o envolvem. O trabalho constituiu-se no eixo central das narrativas que relaciona o homem com todas as outras esferas de sua vida social. Pelo fato de os sujeitos estarem inseridos culturalmente em um dado grupo da sociedade rural, constatamos que as práticas trabalhistas dessas pessoas, que não se admitem separadas de tais práticas, definem o seu perfil de roceiro.

No entanto, não estamos afirmando que os demais campos conceituais tenham menos ou nenhuma importância para os nossos entrevistados nem para o nosso estudo. Para eles, o trabalho, em uma escala hierárquica de importância, está em um patamar central do sistema lógico racional deste com os demais campos, os quais também serão elencados neste artigo.

Os entrevistados, em seus relatos, através de suas experiências com o mundo do trabalho, estão revivendo as imagens e os conhecimentos que ficaram registrados na memória de um tempo que ficou no passado. Esse tempo foi marcado pelas dificuldades de sobrevivência e pelos poucos recursos presentes na vida deles, como a falta de *maquinários* modernos, *tratores* para facilitar o plantio das lavouras e *caminhões* para dar agilidade ao transporte dos mantimentos; eles precisaram utilizar as poucas ferramentas de trabalho, na maioria, manuais, como a *enxada*, a *pá*, a *foice* ou a tração animal, como a *carpideira*, o *carro de boi*, o *engenho* e tantos outros.

Assim, essa era a vida do *meeiro* que *tocava a roça* ou *lavoura*, ao relatar sua lida em *empreitas* de *bater pasto* na função desempenhada ora no *corte*, em que *largava a foice* na derrubada do mato para *aprontar o terreno*, ora arando a terra com o arado, fazendo as covas e espalhando as sementes ou

como dizem: *descultivando, amagenando*,¹ e *preparando a terra no plantio de colheita*. Estes mesmos trabalhadores *capinavam* com a *enxada* suas lavouras ou *carpidavam* com suas *carpideiras* puxadas por *cavalos* para afastar o mato e, ao mesmo tempo, jogar a terra sobre os pés das plantas facilitando o seu crescimento. Esses roceiros *plantavam* nas *lavouras* seus próprios *mantimentos* para o consumo diário – o *arroz, o milho, o feijão, a mandioca* e outros. E no momento da *panha*, precisavam ser rápidos, porque havia *vagens* que não podiam passar da hora de colher. Veja-se, no fragmento seguinte, relatos que comprovam a rotina de trabalho dos informantes:

Quando eu era garoto, eu trabaiava muito na *inxada*, qu’eu fui arrastado muito [cedo] pa sê sê chefe de casa já era do... inclusive eu tinha uma irmã, que era muito trabaiadera, ela ponhava a *inxadinha* dela nas costa pa e *tiráacorde*, tirá *acorde* de...de *impreita*, sô sabe o que é *impreita*, né? Intão, *acorde* era midido por dois braço, entendeu? E dois braço era dois braço mermo de doze parmo, uma *vara de doze parmo* da mão assim do sinhor, bem, bem isticado mermo. Intão era dois braço na queda, entendeu? Falá verdade pro sinhô, *prantação* qu’eu fazia, eu fazia de tudo na *roça*, eu pran-tei aquele horrorre, inclusive depois qu’eu assi me formei. Eu passei a trabaiá seno chefe de casa, de famia. Eu, eu *preparava a terra, amagenava* a terra, *discutivava*, dexava tudo pronto no dia, [...] pa *prantá*. Dipois na *coieta*, aí que barra pesava mai[s] que tudo, tinha *vage* que não podia esperá ...dia pra coiê, entende, a gente tinha que mantê aquela *panha* de baixo de chuva. Tinha dia que sinhô pegava de cedo à tarde, de baxo de chuva. Purque não podia abandoná a a que aí a *bage* criscia e acabava perdeno, né? (f. 2 SP 4)² Ah! lá é *arroiz, feijão, miiio*. Eu trabaiava mais, né, lá mais é de empregado, né? *mexeno cum gado*. Eh! tirava *tirava leite, fazia quejo* ih! Ih! mixia memo pur lá ca fa, trabaiava pru dono da fazenda memo. (f.1 GO 1)

Quando a lavoura era grande, ou se algum dos vizinhos e amigos ficasse impossibilitado de trabalhar, por alguma doença ou qualquer outro motivo, preparava-se o *mutirão de roça*, trabalhando no *corte* das plantas ou ervas daninhas; reuniam-se os amigos para um dia inteiro de trabalho coletivo

¹ Forma padrão: “almazear”.

² A chave de transcrição, com a indicação anônima de informantes, consta na dissertação de mestrado de Siqueira (2013).

com o intuito de ajudar para que não se perdessem as *roças* que forneceriam a provisão dos mantimentos de um ano inteiro. Vejamos o fragmento contendo tal relato:

Ele cumeçô trabaiá, naquele tempo fazia munto *mutirão de roça*. Ele ia cum fio dele, e ele ficava aqui e o fio dele ficava lá. Ele ficava no corte e óia lá quem fizesse a linha, pur caso que ali era trabaiado, puque isticava um lá e ôto ficava aqui o que isticava no meio, ocê tinha que *largá a foice* pa trabaiá se não cê já viu já. Intão, ele dizia ele, eu co Zé... o tio Zé Carlos, tio Zé Carlo, ele dizia, eu com Zezim sô do *corte*, sô do corte. (f. 3 SP 3)

Nas *fazendas*, o trabalho era pesado; segundo os informantes, quando *tomavam conta de fazenda*, os homens não desempenhavam só uma atividade, tinham de *campear os animais*, *juntar as vacas* no pasto todas as tardes, apartá-las de seus bezerros e prendê-los no *curral* que era feito de *madeira* ou cercado de *arame*, para no outro dia bem cedo *tirar o leite* delas. Em algumas fazendas, faziam o *queijo*; em outras, transportavam o *leite* nos *cargueiros*, em geral, bois domesticados que faziam o transporte das latas de leite no lombo. Esses trabalhadores faziam o *retiro* ou *ranchos* que abrigavam os animais durante o inverno; eram, também, *pedreiros* que faziam as *casas de barro* em que moravam. Eles não desfrutavam de nenhum tipo de conforto, começavam a *lida* de madrugada e só paravam quando anoitecia, não possuíam sequer *agasalhos* para se protegerem do frio e sapatos para evitar ferimentos nos pés. Observe-se o trecho abaixo:

Trabalhano lá. Fazia todo tipo de sirviço tamém, *ritiro*, *casa*. É qualquer sirviço! Que sirviço de fazenda não tem sirviço certo. É o que pontá na frente. É isso mermo, né? De manera que a vida lá na *roça* num er[a]...cumo nois criô, num era fácil não, sabe? Levantava de madrugada e chegava de noite. Uma *butina*, num tinha pá carçá, num tinha um *agasai* direito. Às vez ia *juntá uma vaca*, chegava no *pasto vaca* urinava a gente vinha curreno (jugava) os pé ali pá ... pá disincarangá os pé, lavava a mão (risos) óia qu'eu sufri muito, sabe? Aí eu fiquei nessa fazenda dois ano. Dipois *puxava leite*, levava a distância daqui quase em Bom'su[cesso], sabe onde é Bom'ceso? Não? *Levava leite* de uma distância daqui a Bom'sseso e ia a pé. Que ca... que patrão num dava *cavalo*, diz que era pá não *tocá us carguero* muito dipressa, né? Ia a pé, quando vinha armuçá três hora da tarde. Óia qu'eu sofrí dimais! (f. 8 MG 6)

As tarefas realizadas nas fazendas eram todas braçais, os homens deviam *cortar madeira* que servia como *lenha* para *cozinhar* e *esquentar* a água para o banho, ou usada nas atividades de *marceneiros* e *carpinteiros*; os primeiros *postes* que surgiram nas cidades foram também *aparelhados* por esses roceiros. A luz era fornecida por uma *lamparina* ou *vela* fabricada na roça mesmo, com os recursos de que dispunham. Fabricavam o *azeite*, obedecendo à seguinte sequência de ações: *colhia-se a mamona*, *socava-a* no *pilão* manualmente ou no *monjolo* movido pela força da água, *secava-a* na *panela*, a qual, ao fogo, *apurava* o azeite. Além da *lamparina*, tinha a *vela*, fazia o *pavio* da *vela*, para isso, *furava o mel* de abelha e tirava a *cera*, aquecia-a e passava-se ou *corria* no *pavio*, em geral uma tira de pano dobrada ao meio. E assim, valiam-se do conhecimento que lhes eram passados pelos pais e avós na fabricação de *ferramentas* e *equipamentos* de que necessitavam para o uso doméstico. Neste fragmento, percebe-se o exposto acima:

Lá era *lamparina*, *azeite*. Já viu falá em azeite? *Mamona*, nós *cuia mamona*, *fazia o azeite*. Éh! azeite de mamona. Queimava a noite intera. *Socava* a mamona, *cunziava*, e aquilo aboiava assim pur cima, panhava assim, punha nãa *panela secava*, fazia lá quato, cinco lito de azeite, quemava munto tempo. Ah! *Luiz* era difícil, né? *furava meli*, *tirava a cera*, e *passa a cera*, *cortava* aqu“esa tirona assim ó[lha], *dobava* ela assim, *fazia um pavio*, e ocê *quentava* a cera e *curria* nela assim, era uma *vela* das mio. Tinha recurso! (f. 1 GO 1)
Cavuquei, mexê cum terra, *pá*, *carregá* pa fazê o aterro, né? De lá, quando terminô lá fui trabalhá de *servente de pedrero*, meu pai era *carpintero* e *marcinero*, e intão depois eu larguei isso e fui trabalhar junto cum meu pai, *aparelhá poste* pa pô a primera vez aqui. (f. 4 MG 5)

Além das lavouras que produziam alimentos, os homens e as mulheres das fazendas também *criavam animais* para ajudar nas despesas alimentícias. As *galinhas* produziam os ovos e a *carne*; os *porcos* eram *engordados* e forneciam a *banha* e a *carne*. As *reses* produziam o *leite*, do qual se fazia o *queijo*, e comiam a carne; a *mandioca*, que era plantada no quintal, era arrancada para fazer a farinha e o polvilho. Os *porcos*, quando *capados gordos*, eram vendidos para apurar algum dinheiro, mas em geral *mataavam-nos* para o consumo doméstico e repartiam com todos os vizinhos e amigos, pois há nas práticas

culturais dessas pessoas a necessidade de servir ao outro, solidariamente.

Na entrevista do senhor mineiro, que se segue, observamos a insatisfação que ele tem quanto às mudanças de valores culturais da sociedade, hoje, vivenciadas por ele.

Era uma vivença boa, né? Nus tempos antigos e nada faltava pa, pa o cidadão. Os vizinho, da rua im cada rua, sei que eram grupos amigos e quando um num tinha uma coisa, “ei cumade tem isso sim assim, manda pra mim”, mandava. Quando matava, *ingordava capado* na cidade aí, na vila, *matava*, leva pa fulano, leva um *quarto* pa fulano, leva um pedaço pa ciclano, beltrano e falava “se tivê *banana* lá que manda um cacho pra mim”, na merma hora vinha, num custava nada. Agora hoje ocê pricisô de uma banana se ocê num tivê (dinheiro), tá liquidado o assunto, né? (f. 4 MG 5)

Nas atividades desenvolvidas nos *engenhos*, produziam-se cachaça, melado e *rapadura*, que era utilizada como *açúcar* para adoçar o café e os demais alimentos. Para colocar o engenho em funcionamento, o trabalho era manual, era preciso *cortar* e *puxar a cana*, encher os *carros de boi* e levar até os *engenhos*. Lá, a *cana* era moída e o caldo levado aos tachos para fabricar o *melado* que se transformava em *rapadura* e *açúcar*, ou deixava-se esse caldo descansando em fermentação para virar a *cachaça*.

No meio rural, os bois eram os principais meios de trabalho nas atividades que exigiam força bruta; segundo esses informantes, eles eram usados para tocar a *moenda* e, também, atrelados aos *carros*, forneciam a força bruta para arrastar qualquer coisa que fosse necessária ao homem ou ao seu trabalho.

Os carros de boi eram feitos de *madeira*, as *rodas* também de *madeira inteiriça* com o *aro* ou a *chapa de ferro* no meio. Os bois ficavam atrelados por *cangas* de dois em dois e presos aos demais por uma corda chamada *rabo de tiradeira*. Formavam-se, assim, as *juntas* compostas por duplas de bois. Em geral, os carros eram conduzidos por cinco juntas de *boi-corrído*, considerados fortes. Os animais, *bois* e *cavalos*, eram *amansados* ou domados pelos próprios trabalhadores, depois que chegavam da lida, quase sempre à noite, quando tinham tempo para *repassar os animais* no *curral* até eles ficarem prontos para a montaria e para o trabalho; só então eram *arreados* ou *ferrados*

e montados. Como observamos a seguir, os relatos mostram a realidade de um tempo de trabalhos sofridos e desgastantes, que os homens enfrentavam para garantir o sustento de sua família, uma época em que os recursos eram poucos, mas a criatividade dessas pessoas era grande, pois se valiam dela para criar condições favoráveis de sobrevivência.

Num cuidava não. Mais eu ajudei a *carriá* sabe, *mexê cum ingem, puxano cana...éh carro de boi*. Uai, cangava ese assim ó[lha] e punho no carro oito, deiz boi ...e inchia o carro de quarqué coisa, *mio, arroiz, feção*, qualquer coisa, né? E mandava el[e] pra estrada afora, o bicho saía cantano bunito. (risos) (f. 1 GO 1)

Ah! O *carro de boi* éh! As *roda*, né? Tem as *roda*, né? pa com de ca carro iguale desse aí, só que até que é *madera*,né? as *roda*, é de *madera*! Nu! O *aro* é de *ferro*! Não qué dizê que a *roda* não, a *roda* é intiriça cima de *taba* é, é de *madera*, só tem as *chapa de ferro*, de *ferro*, né? ... ih! aí vem as *canga*, *canga* us boi pariado, dois ... de dois a dois. Tem us *rabo tiradera* que imenda aquilo ali. Nós mermo *amansava*, *amansava* sim ... ah, é difícil! Tem muitos que num dá trabai, Sab! Que tem uns *boi* que é burro mesmo, Sab! Ah! Mai[s] a gente gostava, né? naquele tempo era novo, né? (risos) *Cavalo* tamém, eu gostei de *amansá cavalo*, eu cum irmão meu, nós trabaiava numa fazen[da] depois que eu saí dessa fazenda desse fazendero, vim pa fazenda onde ele morava. Intão o fazendero criava muito *animale*!

Ficava aqu'ese *podrão* lá, ih! chegava de noite era hora de nós *repassá animale*. Tinha um *curral* de muro lá, *ferrava* o bicho lá, o *arraiá* era perto, nós ía pa Ititinga de cavalo. (f. 8 MG 6)

O *carro de boi* foi o único meio para transportar *cargas*, já que as histórias de vida narradas referem-se a uma época em que nem estrada havia e as travessias ou viagens eram feitas a pé e, às vezes, a *cavalo*. Assim, as *cargas* como *lenha*, *pedra*, *areia*, *milho*, *sal*, *capados* e tantas outras consideradas pesadas eram levadas nos *carros de boi*, grandes carretões arrastados pelos bois e conduzidos por *carreiros* empunhando seus *ferrões*, como se vê a seguir:

Carregava de tudo. É *lenha*, *mio*, é isso tudo, é *pedra*, *areia* tudo puxava... Ah! Tinha viagem que era longe, Sab! A se a gente saía dava mais que daqui em Bom'cesso. Com *carro de boi* pa levá *capado* lá na estação de Carranca. Saía da bera do Rio Grande aqui, prumava a serra. Saía da fazenda na bera do Rio Grande, ia posava no meio da serra, n'otro dia saía de lá, ia na estação de

Carranca. Dispatchava. Pa levá o quê? Trêis quatro ca, porco no carro, fazê essa viagem tudo. Aí posava lá im Carranca, pa no ôto dia cedo carregá o carro de *sal, açúcar* ih! Vortava pa tráis. (f. 8 MG 6)

Já as mulheres se ocupavam de outras tarefas, algumas faziam os mesmos trabalhos dos homens na *roça* como *capinar* e *tirar leite*, mas a *maioria cuidava da casa*, eram *quitadeiras* de mão cheia, faziam *pão-de-queijo*, *biscoito de goma*, *torta*, *manauê* ou *mané pelado* feito de *mandioca*, *punha* a mandioca *para pubar*, *passada na peneira* e juntavam os demais ingredientes. Essas mulheres, quando o dia estava quente, trabalhavam nas *roças* e, quando chovia, iam para os *monjolos* onde socavam a *mandioca* ou o *milho*. Usavam as *peneiras* de *bambu* ou *sururu* em que *peneiravam a farinha*, que colocavam nos tachos e mexiam com as grandes *pás de madeira* para *torrar*. Como se nota, o trabalho era diário e pesado, tanto para os homens como para as mulheres, que também tinham a responsabilidade de ajudar o marido no sustento da casa. Essas mulheres de cultura roceira serviam de *pajem* para as crianças dos senhores donos de fazendas, ajudavam a *carregar os cargueiros*, além de desempenhar tantas outras atividades da lida nas fazendas.

Ela fazia de todos, os principais que o pessoal gostava muito, cêis vai vê aí dipois. É *pão-de-queijo*, né? biscoito doce, *torta*, *biscoito de goma*, aqui a gente trata ele de biscoito de polvilho, né? éh! e *manoê*, (risos) era feito de *mandioca puba*, lá no quintal de casa era muito grande tinha muita mandioca, ela rancava aquilo, *punha* a raiz, lavava bem lavadinha, *punha pá pubá* depois de *puba* tirava as casca *passava na penera*. É passava na penera *punha* os outro ingredientes, era manteiga, açúcar, *punha*, também, um pouco de farinha de trigo, aquilo ficava gordo e gostoso, sô, o bolo ficava molim, tratava de *manoê*, *manoê* ou *manuele pelado*. (f. 4 MG 5)

A bão, aí fui trabaíá pa ele, sabe que hora pegava no serviço naquele tempo? Seis hora. Sabe que hora largava? As curuja tava vuano do eito, é oito hora, tava iscuro que, num é que nem agora que, agora ocê tem hora pa pegá e tem hora pa largá, cumecei trabaíá pra ele um dia é a semana de segunda a sábado. Tava chovenho, digo: hoje num precisa í! Dava nada. Que tinha *mijolo*, ele *fazeno farinha* pa fornecê aqui, sabe aqui a ... aqui o () a casa morava o Z. B. com a F. tinha a venda aí, naquele tempo era venda, ninguém ...mercado pr'ele num ixtistia, era venda. Intão fazeno farinha no P. R. pa fornecê a farinha aí pa vendê po pessoar. Intão o dia que tava aquele sor quente *trabaiava*

na roça, o dia que tava choveno ia, tinha que í lá mermo, eu ia o *munjolo*, o munjolo tinha casa, o munjolo. Socava nós lá tinha que ficá ... uma *pá* desse tamanho eu ficava lá sentada *penerano farinha*. Monjolo de socá assim de fazê, de *socá farinha*, tem a bica, cai ali e ele vai e desce, vai e desce, é desce e sobe, desce e sobe *monjolo*. (f. 3 SP 3)

As mulheres roceiras eram figuras de extrema importância para a sobrevivência de sua família. Elas conseguiam, através do seu trabalho, *plantar* e *colher o algodão*; dessa matéria-prima, faziam as *roupas de vestir* para toda a família e as roupas de cama, como *colchas* e *lençóis*, já que na cultura rural essa era uma das responsabilidades impostas a elas.

Para desempenhar tal tarefa, elas utilizavam o *descaroçador*, um banco de madeira com uma espécie de dois rolos cilíndricos no centro, o qual separa o *algodão* dos *caroços*. Em seguida, o algodão era *cardado* em um instrumento de dentes finos, o par de *cardas*, que deixava o *algodão* macio como pluma, depois *dobrado* em meadas na *dobradeira*. Por fim, o algodão era *fiado* nas *rodas*, formando os fios que seriam *tecidos* na máquina denominada *tear*, transformando-se em *cortes* para o preparo das vestimentas e demais peças de uso doméstico, como belíssimas *colchas*; para cada espécie de roupa ou peça, havia uma espessura de fio.

E eu vou mostrar pá vocês as cocha que eu fazia, de *algudão* (risos) que é uma coisa viu ... Aí eu panho... panho o *algudão iscaroço* e faiz as *cocha* e da semente eu faço o remédio. Eu que fio. Depois que eu moro aqui ... eu já vendi doze cocha dessas ... doze () elas são ... assim, grossa , né? Num sei. Isso é tão difícil moço! Eu *plantava o argodão, culhia* e ia trabalhá, e eu is..escaroço, tem o *escarçador*, depois *carda*, tem as *cardas*, e depois *fia* e leva pa... pu *maquináro* que tem o *tial pá tecê* pois é, isso tudo é meu serviço... Era dessa forma éh! uma vida muito difícil éh! e tinha que fazer as *ropa* de algodão igual essas *colchas* aí, e aí fazer as *ropas de vistir*. (f. 5 GO 2)

Contudo, como veremos a seguir, esse trabalho exclusivamente feminino e todas as ferramentas e acentos que fazem parte dele foram de suma importância na vida dessas pessoas e essenciais para a sobrevivência de sua família, ficando hoje apenas como fragmentos de lembrança de tempos difíceis do passado.

A roda? Tenho. Eu tenho a *roda*, pois é. Tenho a roda, tem *carda*, *iscaroçador*, tudo aí (risos). A gente, pa, agora eu num tô fiano mai não, parei de fiá, mai a gente ainda guarda as ferramenta, né? Agente fica cum dó ... de abandoná (risos). Tem. Tem o *alço* de batê o argodão, tem. Tem a *dobradera* de fazê a miada, em roda (risos). (f.5 GO 2)

Nas narrativas, temos o relato de um senhor que, mesmo com idade avançada, mostra a necessidade de elas trabalharem. Há uma inconformidade entre essas pessoas de terem de parar de trabalhar, deixarem de ser úteis perante a sociedade, já que, segundo a concepção dos informantes, a sociedade só dá valor àquele que pode trabalhar, como vemos a seguir:

Ah! sô agora éh, comé dize o ôtro, agora é memo é! Eh, ficá mais o meno tra-
baiano aqui mermo, eu toco uns quintalzim aí, ficá queto aí mermo, tocano
um quintalzinho aqui na porta aqui... De mand... mand... de mandioca, mio
... eu pego na meia d'ese aí, tocano aí, é isso aí. Que munta coisa agora num
precisa premetê de fazê, que a gente já tá véi num tem nada ... força pa fazê
munta mai[s]... munta coisa nada, né?... (f. 1 GO 1)

As lexias que apresentamos, para analisar as práticas culturais e sociais dos informantes através do macrocampo do *trabalho*, abarcam boa parte dos signos que compõem esse campo, mas não o abrangem como um todo. Assim, elencamos as lexias que retratam a realidade cotidiana do mundo ao qual pertencem esses informantes de maneira a identificar através dos “serviços”, das funções, das ferramentas e de todos os outros campos conceituais do trabalho, a cultura que os rodeia. Essas práticas culturais, que retratam a realidade rural e roceira dos homens e das mulheres em uma determinada época, são revividas por esses informantes em suas longas e emocionadas narrativas.

Algumas lexias analisadas podem ser consideradas conservadas porque as práticas culturais, embora não sejam mais as mesmas, continuam presentes na memória das atividades de trabalho que eram desenvolvidas outrora, que ficaram em um passado longínquo, só na memória coletiva dos narradores entrevistados. No entanto, as gerações mais jovens, pertencentes a um tempo sócio-histórico e culturalmente distinto da época vivida e narrada pelos homens e pelas mulheres entrevistados, consideram antigas as lexias representativas dessas práticas laborais.

Os relatos dos informantes nos permitem elaborar, através do imaginário, o retrato de uma época e de uma cultura de outrora, que pertence apenas ao passado, como vivências e experiências de um povo que guarda em seus falares vestígios saudosos dos *tempos idos*. Assim, as lexias proferidas pelos informantes fazem com que consigamos visualizar as práticas de trabalho que são a referência de vida dessas pessoas.

Constatamos que, por ser o macrocampo que mais se destaca em importância como referência de vida dos informantes, o trabalho comporta a maior parte dos seus relatos e, conseqüentemente, o maior número de lexias do *corpus* analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua é o elemento essencial e capaz de mostrar a complexidade da cultura de um povo. Por isso, propusemos no início deste trabalho de pesquisa estabelecer uma análise lexicocultural que tornasse evidente essa premissa, já que o léxico pode ser considerado como a área dos estudos linguísticos que melhor espelha a realidade sócio-histórico-cultural de um povo. A perspectiva assumida é de que a cultura é um conjunto sistemático e plural de valores de um povo. Ademais, como a língua é parte da cultura, ela se mostra como um instrumento revelador do pensamento e dos costumes dos indivíduos que a praticam.

Dessa forma, a análise do léxico confirmou a existência de um conjunto de elementos que caracterizam as regiões como parte de uma área de cultura rural comum a outras regiões do Brasil. Já o estudo do léxico, a partir da noção de campos lexicais, nos permite visualizar melhor a relação conceitual e sistemática que as palavras mantêm entre si. Assim, através da análise das lexias, comprovamos que a palavra não pode ser vista de forma isolada, mas apenas em relação com outras que fazem parte do mesmo campo, o que permitiu uma análise mais coerente e organizada de um vocabulário que, no primeiro momento, mostrava-se com limites bastante imprecisos.

É importante considerar o léxico no estudo da cultura de um povo, no nosso caso, o estudo da cultura rural de pessoas que, mesmo vivendo em

regiões diferentes, apresentam um mesmo estilo de vida e as mesmas configurações culturais: a simplicidade da vida rural assentada em um modo de vida distinto da vida urbana.

Assim, podemos perceber que os estudos lexicais contribuem para conhecer a memória de um povo, visto que a língua é capaz de conservar o que existe de mais particular em sua estrutura, distinguindo esse povo de outro e, ao mesmo tempo, identificando-o como pertencente a um grupo, como procuramos evidenciar neste estudo. Assim, é possível observar as maiores particularidades e especificidades de um determinado local e de uma determinada sociedade através da língua e do seu léxico. Neste estudo, as lexias do macrocampo *trabalho*, especificamente, retratam as particularidades do mundo rural como *amagenava, vara de maiá feijão, lamparina, minjolo, perecata, panha, carda, carro de boi, campιά cavalo, batê pasto, juntá vaca* e outras.

Cabe relevar que, por ser o macrocampo que mais se destaca em importância como referência de vida dos informantes, o *trabalho* comporta a maior parte de suas narrativas e, conseqüentemente, o maior número de lexias: 212 do total de 391.³

As experiências de vida narradas e centradas no trabalho inter-relacionam-se com todas as demais práticas que regem a existência desses sujeitos. Com a demonstração das lexias, verificamos que, para eles, o ciclo da vida só começa a partir do momento em que se tem idade para exercer o trabalho, o qual lhes garante o sustento e lhes dá suporte e independência ao se constituírem como homens e mulheres, que se orgulham de sua honestidade e dos valores morais ensinados de pai para filho, não raro na convivência do trabalho. E a vida deles encerraria quando não tivessem mais condições para exercer a contento o trabalho.

Essa atividade social, embora seja aquela na qual esses sujeitos gastaram toda a sua vitalidade e saúde, também é o meio difusor e propagador de todas as demais atividades que constituem a vida dos informantes. O trabalho

³ Os procedimentos de inventário e de seleção de dados de que se vale este estudo constam em nossa pesquisa (Siqueira, 2013), a qual obedeceu a um propósito maior e apresenta a caracterização dos sujeitos da pesquisa.

desses moradores da zona rural consiste na lida no campo com todas as dificuldades que a envolvem como *bater basto*, *tirar leite*, *capinar*, *tocar roça* e tantas outras que são típicas da vida roceira. A ele também está relacionada a religião, na qual percebemos essa inter-relação ao se mostrarem crentes nas *benzeções* que garantiam o desenvolvimento das lavouras; nas *preces* e *penitências* que garantiam a abundância das chuvas no momento da germinação das sementes, as quais também não poderiam se exceder na época da *colheita*; assim como nas *rezas* poderosas que combatiam as pragas nas *plantações*, evitando a perda das *lavouras*.

As festividades desses sujeitos da comunidade rural também só podiam ser realizadas com muito trabalho, uma vez que era necessário construir os *ranchos* para realizar as *festas* religiosas e preparar tudo o que as envolvia como as *comidas* servidas para os convidados. Elas sempre aconteciam em louvor de algum *Santo*, com o objetivo de agradecer alguma *graça* concebida; nessas festas, os homens e as mulheres ainda aproveitavam para realizar suas *preces* para o ano vindouro. As festividades, como as *treições*, que partem do trabalho em prol do vizinho, de um parente ou de um compadre, proporcionavam momentos de socialização, confraternização, reencontro com amigos e familiares e, até mesmo, a oportunidade para os jovens se conhecerem e iniciar os relacionamentos afetivos.

Notamos que as doenças também estão relacionadas ao trabalho, assim como as festas. O trabalho só poderia, e ainda só pode ser realizado, se o sujeito tivesse condições físicas e mentais para exercê-lo e para enfrentar as dificuldades da lida diária nas lavouras e com os animais; quando adoentados não eram capazes de desenvolver as atividades realizadas no campo, já que estas exigiam deles muito de sua vitalidade. Na maioria das vezes, esses sujeitos adquiriram doenças pelo esforço do trabalho no campo, as quais nunca puderam ser curadas, pois não havia médicos e os remédios de que dispunham, todos retirados da natureza, não eram eficazes para se obter a cura. Assim, se apegavam à fé em Deus e nos Santos para que os guiassem na busca da melhor raiz ou folhagem, o que às vezes nem sempre acontecia. Mesmo assim, a fé fortalecia o seu espírito para resistir às moléstias e suportar as designações divinas.

Podemos perceber, dessa forma, que o trabalho é o eixo norteador de todas as demais atividades dos sujeitos rurais em estudo, as quais estão relacionadas numa grande cadeia de significação, em que uma lexia vai buscando e se relacionando a outra para formar um campo semântico que envolve todos os demais campos que regem a existência desses sujeitos rurais, numa rede maior de significação, conceitualização e nomeação do mundo.

Podemos afirmar que um estudo do léxico, como este que acabamos de realizar, é extremamente importante, porque desempenha o papel de revelar aspectos culturais e sociais de um determinado povo. Com isso, comprovamos que o jeito de ser dos indivíduos e seu modo de viver dependem das relações sociais que eles estabelecem. Assim, um indivíduo que mora e trabalha no meio rural, que *capina, tira leite, bate pasto e planta* o seu próprio mantimento, provavelmente, tem hábitos e comportamentos diferentes dos de um indivíduo que mora e trabalha na cidade, posto que ambos fazem parte de culturas distintas e, portanto, não podem ter os mesmos costumes, nem tampouco o mesmo acervo lexical para referirem-se a realidades culturais distintas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, 2007. p. 1-8. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/139/1/Teorias%20e%20politicadas%20da%20cultura.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/139/1/Teorias%20e%20politicadas%20cultura.pdf)>. Acesso em: 7 set. 2012.

BAYLON, Christian. *Sociolinguistique: société, langue et discours*. Paris: Nathan, 1991.

BENVENISTE, Émile. Da subjectividade na linguagem. In: _____. *O homem na linguagem*. Lisboa: Veja, 1996. p. 49-58.

CÂMARA JR, Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, Museu Nacional, 1965.

CAPUTO, Ângelo Renan Aron. *Sociolinguística: a língua e suas variações*. Canoas-RS: ULBRA, 2010. Disponível em: <<http://www.ulbra.br/letras/files/sociolinguistica-a-lingua-e-suas-variaco.es.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2012.

COSERIU, Eugênio. Bedeutung und Bezeichnung im Lichte der Strukturellen Semantik. In: HARTMANN, P.; VERNAY, H. (Eds.). *Sprachwissenschaft und Übersetzen*. Munich: 1970. p. 104-121.

_____. *Princípios de semântica estrutural*. Madrid: Gredos, 1977.

_____. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp. 1979.

DURANTI, Alessandro. *Antropología lingüística*. Tradução de Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Identidade: objeto ainda não identificado? *Estudos da Língua(gem)*, v. 6, n. 1. Vitória da Conquista: junho de 2008, p. 81-97. Disponível em: <<http://www.estudosdalinguagem.org/seer/index.php/estudosdalinguagem/article/view/88>>. Acesso em: 7 set. 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Tradução de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. *Antropologia estrutural dois*. Tradução de Maria do Carmo Pandolfo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LIMA BARRETO, Evanice R. Etnolinguística: pressupostos e tarefas. *P@rtes*. São Paulo, junho de 2010. Disponível em: <www.partes.com.br/cultura/etnolinguistica.asp>. Acesso em: 31 ago. 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Antropologia*. Tradução de Eunice R. Durham. São Paulo: Ática, 1986.

MONTAGU, Ashley. *Introdução à antropologia*. São Paulo: Cultrix, 1972.

SAPIR, Edward. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, [1921] 1969.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.

SIQUEIRA, Gisele Martins. *Campos lexicais e cultura no caminho das bandeiras*. 183 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

SOUZA, Andréia Lisboa de; SOUSA, Ana Lúcia Silva; LIMA, Heloisa Pires; SILVA, Márcia. A criação dos mundos pela cultura. In: _____. *De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiros*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2005. p. 11-24. Disponível em: <[http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/de% 20olho%20na%20cultura.pdf](http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/de%20olho%20na%20cultura.pdf)>. Acesso em: 6 nov. 2012.

WHORF, Benjamin Lee. *Linguistique et anthropologie*. Paris: Denoël, 1936.

Os culturemas e as motivações para as novas expressões idiomáticas na língua portuguesa do Brasil

| **Huélinton Cassiano Riva**

INTRODUÇÃO

Dentro do vasto campo abarcado pela fraseologia, buscamos, neste artigo, esmiuçar questões que inter-relacionam léxico e cultura, pesquisando as expressões idiomáticas (EIs) e os culturemas que motivam o seu aparecimento na língua. As EIs são as construções sintagmáticas fixas mais recorrentes no cotidiano dos falantes da língua portuguesa do Brasil, seja por força do hábito, o de reproduzir estruturas linguísticas metafóricas e bastante recorrentes entre os falantes, seja pelo caráter expressivo, que marca o uso dessas unidades fraseológicas (UFs). As EIs articulam a figuratividade e a dinamicidade existentes na língua, com a intencionalidade do falante, nem sempre evidente, de buscar referências em determinados aspectos de sua cultura dentro da língua e por meio dela.

Cabe ressaltar que os falantes de uma língua, divididos em grupos linguísticos, buscam demarcar sua identidade na língua, ou seja, recorrem com frequência a estratégias linguísticas para mostrar particularidades por meio de referências peculiares à sua visão de mundo, com o objetivo de se fazer presente e de determinar a identidade do indivíduo dentro de cada grupo

e de cada grupo dentro da comunidade. Dessa maneira, o frequente uso de EIs na língua portuguesa brasileira é justificável porque está enraizada, em nosso comportamento, a constante busca por formas mais inventivas de expressão, pelo uso criativo dos recursos da língua disponíveis, ou seja, recursos discursivos.

A partir dessas constatações, pode-se inferir que as EIs surgem em uma dimensão circunscrita a um grupo, uma vez que os membros desse grupo têm entre si certo grau de similaridade e identidade. Depois de serem usuais dentro de determinados grupos de falantes, as EIs podem passar à língua geral. É o que ocorre, por exemplo, com as EIs advindas do jargão futebolístico, que nascem dentro do grupo de pessoas envolvidas com o futebol e que migram com facilidade à língua geral, por conta da grande popularidade que esse esporte possui no Brasil (caso de *bola fora, mudar de time, não dar bola, pontapé inicial* etc.).

A base da criação idiomática é o culturema, isto é, alguns símbolos extralinguísticos culturalmente motivados (Pamies Bertrán, 2007) que apresentam sólida complexidade simbólica e que proporcionam grande expressividade estética e argumentativa na língua.

Essa indissociável relação entre o léxico e a cultura de um povo se materializa nos culturemas porque, conforme aponta Barbosa (2008-2009), dentro daquilo que se entende como cultura – o conjunto de manifestações artísticas e sociais de um povo –, as manifestações linguísticas também se incluem.

A língua não pode ser vista como uma estrutura que independe dos seus usuários. Ela confunde-se com a cultura daqueles que a utilizam. Sob esse ponto de vista, as palavras funcionam como receptores de conteúdos culturais que nelas se aderem e a elas agregam outra dimensão para além daquelas apresentadas nos dicionários. (Barbosa, 2008-2009, p. 38)

Assim, ratificamos que os estudos fraseológicos se justificam porque abordam, dentro das ciências do léxico, referências intra ou interculturais mais tangíveis, uma vez que há uma explicitação, na língua, de alusões às interações sociais dos falantes, além de suas experiências vividas e/ou aprendidas no cotidiano.

APONTAMENTOS SOBRE A LEXICULTURA

Sobre os implícitos culturais e a função identitária que exercem dentro da língua, Zarate (1986 apud Barbosa, 2008-2009), que trabalha com o conceito de lexicultura, afirma:

No caso das palavras com cargas culturais compartilhadas, podemos dizer que os implícitos culturais exercem uma função identitária sobre o signo porque agem como facilitadores da compreensão recíproca entre os falantes de língua materna. Seu funcionamento é marcado por uma espécie de consenso social, por meio do qual os membros de uma sociedade se reconhecem e podem ser reconhecidos. Dessa maneira, os implícitos culturais e o léxico culturalmente marcado apoiam-se nas experiências, nos feitos, nos ditos e reproduzem saberes de eficácia já comprovada. Ambos podem ser igualmente entendidos como traços de uma memória coletiva que assinala no presente a arqueologia de nossas práticas sociais. (p. 39)

Portanto, os estudos lexicais permitem que nos aprofundemos nos estudos das práticas sociais dos indivíduos e das nações por revelarem traços culturais da coletividade. Os estudos promovidos pelas ciências do léxico não apontam, em geral, para pesquisas com resultados exatos, no sentido estreito do termo, porque a própria natureza do léxico pressupõe que pesquisas dentro dessa subárea da Linguística enveredem por caminhos bastante sinuosos, tornando indissociável a relação entre a língua e a cultura.

Especificamente sobre o léxico de uma língua, sabe-se que ele não é único, mas polissêmico; não é transparente, mas opaco; e, no mais, orienta-se ora por significações denotativas, ora conotativas, quando não pelo entrelaçamento de ambos os tipos de significação literais ou figurativos. Por esse viés, permite-se afirmar que um grande número de unidades lexicais (ULs) é carregado de recortes culturais cuja motivação, muitas vezes, é oculta e inacessível à maioria dos falantes. O que pretendemos, por meio deste trabalho, é elencar algumas motivações de EIs que são mais explícitas, por apresentarem referências a determinados culturemas.

Retomando o conceito de lexicultura, citamos Oliveira (2011, p. 56) que afirma:

Entre outros aspetos, a lexicultura mostra-nos a singularidade e a diversidade dos contextos em que a cultura pode ser encontrada numa língua, pois o léxico é o nível de descrição linguística mais diretamente ligado à realidade extralinguística. Trata-se, portanto, do estudo da cultura em qualquer discurso cujo objetivo não seja a análise da cultura por si mesma [...]

Concordando com Oliveira (2011), inferimos que, como o léxico de uma língua também é o recorte que um indivíduo (um grupo de pessoas, uma nação etc.) faz dentro de uma língua, os múltiplos recortes culturais de todas essas pessoas aparecem de maneira perene em suas expressões linguísticas.

Um dos maiores expoentes em pesquisas sobre lexicultura, Robert Galisson, expõe, ao lado de Puren (Galisson; Puren, 1999, p. 480), alguns apontamentos sobre a relação entre o léxico e a cultura:

La culture en dépôt dans ou sous certains mots, dits culturels, qu'il convient de repérer, d'expliciter et d'interpréter. La démarche consiste à mettre au jour des sites culturels [...]. Les expressions imagées, les mots-valises, les mots à charge culturelle partagée, les palimpsestes verbo-culturels, les mots de situations, les noms de marques, les proverbes et dictons, les mots occultants [...] circonscrivent les sites (ou gisements).

Em um trabalho anterior a esse, Galisson (1994 apud Barbosa, 2008-2009, p. 35) define “carga cultural compartilhada” como o “valor de complemento, mobilizável pela grande maioria de locutores de um grupo social, os quais a reconhecem pela simples evocação do signo com o qual ela mantém relações estruturais de solidariedade” e enumera suas características primordiais, que são:

(a) estereótipos representados por certas locuções cristalizadas, associando animais a defeitos ou qualidades humanas ou locuções que comparam o ser humano ao animal; incluindo aqui os chamados inanimados culturais (objetos fabricados ou não pelo homem aos quais são creditadas cargas que qualquer falante nativo mobiliza ao entrar em contato – auditivo ou visual – da palavra que se refere ao objeto); (b) associação de um lugar a um produto ou vice-versa; (c) costumes, crenças, superstições e comportamentos evocados pela palavra. (Galisson, 1994 apud Barbosa, 2008-2009, p. 35)

Assim, a lexicultura nos revela características distintivas fundamentais e uma grande variedade de pontos nos quais a cultura é identificada com maior precisão em uma língua, pois, mantendo uma relação direta com evidências na língua, revela referências extralinguísticas, ou seja, os pressupostos teóricos dos pesquisadores da lexicultura dialogam diretamente com aqueles dos fraseológicos e lexicólogos que cunharam o termo *culturema*.

Pamies Bertrán (2012) afirma que a relação existente entre a língua e a cultura de um povo não é uma ideia recente. Para ele, tal interdependência é, notadamente, mais evidente na fraseologia e na paremiologia.

Humboldt (1820) falava da língua como espelho do Espírito da nação (*Volksgeist*), para dizer, mais ou menos, que cada nação tem uma “mentalidade” que estaria refletida na língua. Mais tarde, o relativismo linguístico de Sapir (1921) reforçou essa relação só que ao avesso do que para os nacionalismos românticos: a “mentalidade nacional” virou o fruto, ou a consequência da língua, em vez de ser sua causa. Mas as provas concretas eram poucas e polêmicas, porque os relativistas as buscavam na gramática ou na fonologia, cujas possibilidades tipológicas são necessariamente reduzidas, ou em dados especulares como o léxico das cores, onde a subjetividade coletiva salta à vista, mas pouco representativos da totalidade do léxico. Com o sucesso do formalismo e do universalismo, desde Saussure (1916) até Chomsky (1957), essa associação ficou quase esquecida, salvo na Rússia, onde a escola chamada Semântica Léxica, de Yuri Apresíán (1974), e seus discípulos como Dmitrii Dobrovol’skij (1998) ou a polonesa Anna Wierzbicka (1997) e também os fraseólogos da escola chamada linguoculturologia, como Mokienko (1980) ou Téliya (1996), nunca abandonaram a intuição de que existem ideias mais ou menos típicas de umas comunidades, com algum tipo de influência nas línguas locais, e que deveriam estar refletidas muito mais no léxico do que na gramática. E é, sobretudo, na fraseologia e na paremiologia que vamos encontrar provas concretas e abundantes para investigar essa relação língua/cultura. (p. 346)

Portanto, a ligação intrínseca entre a cultura e o léxico é incontestável, sobretudo quando o objeto de estudo é a UF. A coletividade constrói expressões simbólicas, figuradas e pitorescas de suas representações mentais, manifestadas linguisticamente por meio de culturemas que motivam a gênese de novas UFs. A partir de agora, retomamos aqui o termo *culturema* para o estudo das motivações existentes no nascimento de novas EIs.

APONTAMENTOS SOBRE OS CULTUREMAS

Culturemas são os símbolos culturais que conservam um valor autônomo e produtivo em relação às metáforas, que acabam se fixando na língua; esses símbolos culturais se valem de conhecimentos ou crenças, valores ou costumes adquiridos no interior de uma comunidade cultural (Piirainen, 1998 apud Pamies Bertrán, 2008).

A partir dessas observações, apresentamos algumas definições de culturema propostas por alguns dos maiores pesquisadores do assunto, como Pamies Bertrán (2007; 2008), Dobrovól'skij e Piirainen (2005), Luque Nadal (2009; 2010), Molina Martínez (2006), Vermeer (1983) e Nord (1997), dentre outros.

Para Luque Nadal (2009, p. 95), os culturemas são

unidades semióticas que contienen ideas de carácter cultural con las cuales se adorna un texto y también alrededor de las cuales es posible construir discursos que entretejen culturemas con elementos argumentativos. Por principio, el número de culturemas no es fácil de cuantificar, ya que en cualquier sociedad existen un número ilimitado de culturemas, que se incrementan continuamente; probablemente en una lengua según los hablantes y su nivel de cultura existan cientos si no miles. Naturalmente, los culturemas también pierden validez y actualidad.

Assim, os culturemas aparecem como abundantes fatos extralinguísticos que se fixam na língua e variam, quantitativamente, de uma nação a outra. Como vamos ver a seguir, eles podem ser transnacionais, uma vez que há fatos extralinguísticos mundialmente conhecidos e que motivam o surgimento de metáforas em diferentes línguas.

De acordo com Molina Martínez (2006), culturema é um termo utilizado, em especial, por linguistas funcionalistas, como Vermeer (1983, p. 8) e Nord (1997, p. 34). Esses pesquisadores afirmam que o culturema é um fenômeno social de uma cultura X que é considerado relevante para os membros desta cultura e que, quando se compara com um fenômeno social correspondente na cultura Y, passa a ser percebido como específico da cultura X (Vermeer, 1983, p. 8).

Os culturemas são o resultado de elementos heterogêneos que se condensaram, com o passar do tempo, e se tornaram responsáveis por imagens consideradas tradicionais. Por exemplo, é possível encontrar, em diferentes línguas, a cabeça como centro da razão e o coração, dos sentimentos. Tais culturemas, multiculturais porque perpassam valores de várias civilizações, não ficam apenas no nível simbólico, mas se manifestam linguisticamente nas UFs.

Há símbolos, disponibilizados por muitas culturas, por exemplo, “paraíso” (dimensão superior, nos céus) que se configuram em culturemas, uma vez que pressupõem uma ideia comum ou um estereótipo (todos desejam chegar ao paraíso), dos quais se depreendem muitos temas (sensações de prazer ou felicidade). De cada tema sugerido por um culturema, criam-se UFs (*estar nas nuvens, viver no paraíso, ir ao sétimo céu*) que se cristalizam nas comunidades que compartilham do mesmo culturema.

Considera-se também que, se por um lado detectamos culturemas que perduram em uma língua (em geral aqueles oriundos de crenças religiosas ou fatos históricos), por outro lado, alguns culturemas podem cair em desuso enquanto outros nascem a cada dia, visto que as sociedades passam pelas mais diversas transformações (políticas, artísticas, mediáticas etc.), as quais motivam o ostracismo ou a criação dos culturemas.

O cerne deste trabalho é, pois, destacar determinados culturemas, ou ainda o que chamamos de estereótipos culturais, que podem ser considerados marcantes para o nascimento, no português brasileiro, de idiomatismos, porque acreditamos que essas EIs sejam reflexos muito evidentes do imaginário coletivo, fruto das experiências culturais de uma comunidade linguística.

Os culturemas que motivam o surgimento de novas EIs estão, na maioria dos casos, ligados aos temas mais utilizados na mídia contemporânea, especialmente àqueles de veículos de comunicação de massa, ou àqueles ligados à religião, história, literatura, mitologia, ao folclore etc., que continuam a ser produtivos, por tratarem de temas universais e interculturais. Luque Nadal (2009) levantou alguns dos culturemas que mais motivam o surgimento de EIs na língua espanhola.

Alguns desses culturemas, como é o caso de “Antiguidade Clássica”, “Bíblia e Religião” e “História Universal”, também são comuns na língua

portuguesa, enquanto “História da Espanha” e “Contos Tradicionais” são parcialmente conhecidos.

ANTIGÜEDAD CLÁSICA: Escila y Caribdis; Caja de Pandora; talón de Aquiles; la manzana de la discordia; los trabajos de Hércules; la hidra de Lerma; el rey Midas; complejo de Edipo; complejo de Electra; ave Fénix; lecho de Procusto; (pender sobre la cabeza como) la espada de Damocles; los establos de Augías; nudo gordiano; dormirse en los laureles; el suplicio de Tántalo; cuerno de la abundancia; Príapo; Cupido; Casandra; las parcas; las musas; cantos de sirena; los trabajos de Sísifo, Saturno devora a sus hijos, etc. BIBLIA Y RELIGIÓN: Adán; Jeremías; Salomón; Matusalén; David y Goliat; Sansón y Dalila; David y Betsabé; la maldición de Caín; el mayordomo infiel de la Biblia; de Herodes a Pilatos; lavarse las manos como Pilatos; juicio salomónico; el beso de Judas; el ángel de la guarda; el demonio que nos tienta; poner la otra mejilla; vender la primogenitura por un plato de lentejas; el becerro de oro; el arca de Noé; el maná; las diez plagas de Egipto; el paso del Mar Rojo; la mujer de Putifar; Sodoma y Gomorra; el diluvio universal; el paraíso terrenal; Jonás y la ballena; el festín de Baltasar; Barrabás; el milagro de las bodas de Caná; las treinta monedas de plata; etc. HISTORIA DE ESPAÑA: Santiago y cierra España; los reinos de Taifas; no se tomó Zamora en una hora; ¡Cosas veredes, mío Cid!; ni quito ni pongo rey pero ayudo a mi señor; tener manga ancha; salga el Sol por Antequera y póngase por donde quiera; el huevo de Colón; quemar las naves como Cortés; vivan las ca(d)enas; el capitán Araña; así se las ponían a Fernando VII;; quinta columna, los mismos perros con distintos collares; más sonado que la campana de Huesca; Fuenteovejuna todos a una; las cuentas del Gran Capitán; llora como una mujer lo que no has sabido defender como un hombre (madre de Boabdil); vuelva usted mañana; defensa numantina; luz de Trento, martillo de herejes, espada de Roma¹⁰; más vale honra sin barcos que barcos sin honra; contra Franco vivíamos mejor; auto de fe; etc. CUENTOS TRADICIONALES: Pepito Grillo; la zorra y las uvas; la gallina de los huevos de oro; quién le pone el cascabel al gato; la cigarra y la hormiga; ábrete Sésamo; la nariz de Pinocho; las ranas pidiendo rey; el lobo y el cordero; la lámpara de Aladino; el viejo de la isla (episodio de Simbad); el traje del emperador; el patito feo; la bella durmiente; Barbazul¹¹; la madrastra de Blancanieves; la zorra y el cuervo; el rey Midas; el ratoncito Pérez¹²; los Reyes Magos; el hada madrina (Cenicienta); Caperucita y el lobo; la Bruja de Blancanieves; el flautista de Hamelín; la lámpara y el genio de Aladino; etc. HISTORIA UNIVERSAL: Casanova, Nerón, el caballo de Calígula, Atila, el caballo de Atila, si no tienen pan que coman tortas, Emiliano Zapata, Napoleón,

George Armstrong Custer, Buffalo Bill, el Rey Arturo y los caballeros de la mesa redonda, ir a Canossa, la noche de los cuchillos largos, la noche de San Bartolomé, París bien vale una misa, un fantasma recorre Europa, después de mí el diluvio, proletarios de todo el mundo uníos, la religión es el opio del pueblo, etc. (Luque Nadal, 2009, p. 98-100)

Alguns culturemas apresentados pela autora, na citação acima, são produtivos também na língua portuguesa do Brasil: *calcanhar de Aquiles*, dentro das referências à Antiguidade Clássica; *beijo de Judas*, em Religião e Bíblia; *galinha dos ovos de ouro*, em Contos Tradicionais e mesmo em referências históricas compartilhadas, caso de *ovo de Colombo*, dentro de História da Espanha.

Evidentemente que, dentro da língua portuguesa, variante brasileira, assim como o que ocorre com os culturemas apresentados por Luque Nadal (2009) dentro da língua espanhola, há referências aos nossos contos tradicionais, ao nosso folclore e à própria História do Brasil, além de referências a elementos exclusivamente brasileiros, como apontamos no quarto item deste capítulo.

NEOLOGIA E NEOLOGISMOS FRASEOLÓGICOS

O nascimento de EIs não ocorre como na maior parte dos processos neológicos, visto que, para a criação de um novo idiomatismo, é preciso que haja um sentido metafórico impregnado a essa construção fraseológica.

PROCESSOS NEOLÓGICOS

Alves (2007) nos apresenta os processos de formação neológica: a neologia fonológica (quando alguns recursos fonológicos são utilizados para promover alterações na unidade lexical); a neologia sintática (que advém de derivações, de composições, de formações por siglas ou de composições sintagmáticas); a neologia semântica (quando ocorre expansão do campo semântico de uma unidade lexical já existente); a neologia por empréstimo (por meio da importação de unidades lexicais de outros sistemas linguísticos) e a conversão (quando além de novo sentido, uma unidade lexical muda de categoria gramatical), além de outros processos neológicos como a

truncação (que nada mais é do que uma abreviação em que parte da unidade lexical sofre uma redução); a palavra-valise (processo no qual também há uma redução das bases que compõem a unidade lexical ou apenas uma delas perde uma parte para que haja o encaixe de outra base para formar a nova unidade lexical); a reduplicação (processo no qual ocorre uma repetição das bases que compõem a unidade lexical duas ou mais vezes), além da derivação regressiva (processo em que a formação de uma unidade lexical resulta da supressão de um elemento considerado de caráter sufixal).

Para Alves (2007), em geral, os falantes de uma língua recorrem frequentemente a processos de neologização dentro do léxico. Essa promoção de inovações dentro da língua se dá consciente ou inconscientemente, e é percebida por causar algum estranhamento e levar à inovação e originalidade de novos termos e/ou novas unidades lexicais na língua. No que diz respeito aos estrangeirismos, na maioria dos casos, esses neologismos são introduzidos na língua ou por empréstimo ou por decalque de outra língua, revelando que ou o falante não encontrou uma palavra equivalente em sua língua materna ou que ele escolheu usar uma unidade lexical não vernácula. Cabré (1993, p. 444) afirma que “o neologismo pode se definir como unidade léxica de criação recente, uma acepção nova de um termo já existente ou um termo emprestado há pouco tempo de um sistema linguístico estrangeiro”.

Já sobre a neologia dentro do universo da fraseologia, mais especificamente, a gênese de novas EIs, o processo de formação neológica predominante é o da neologia semântica, sobretudo porque as EIs sempre trazem uma metáfora advinda de culturemas diversos e/ou de outros recursos discursivos.

NEOLOGIA NA FRASEOLOGIA

O que rege o nascimento de novas UFs ou lexias complexas é o processo de lexicalização, de várias lexias simples que já existem em nosso léxico, ao redor de um culturema, gerando novas combinações de palavras e, por fim, novos idiomatismos.

Diferentemente do que acontece com as lexias simples ou compostas, cuja gênese decorre de um dos vários processos de neologização que citamos anteriormente (na maior parte dos casos, as novas palavras são advindas de línguas estrangeiras ou de vocabulários específicos, gerando novas lexias simples ou novas significações para vocábulos já existentes em nosso idioma, por meio de critérios semântico-pragmáticos), a neologia na fraseologia sempre está relacionada a um novo sentido adquirido por um grupo de duas ou mais palavras, quando estas formam um sintagma fixo, pouco variável e metafórico. Assim, cabe-nos traçar um pequeno recorte dos culturemas mais profícuos na motivação para o nascimento de metáforas e novas EIs na língua portuguesa brasileira.

OS CULTUREMAS BRASILEIROS PROMOVENDO A NEOLOGIA NA FRASEOLOGIA

Dentre os vários culturemas que promoveram a geração de EIs em nossa língua, destacamos os nomes de animais, o carnaval e alguns temas em destaque na mídia, como os direitos e os preconceitos contra os homossexuais ou referências a religiões não majoritárias no Brasil, caso daquelas afro-brasileiras.

Os nomes de animais são, certamente, um fértil terreno para a criação de metáforas e analogias de quaisquer tipos na língua. Sua figuratividade se materializa facilmente nos vários tipos de UFs que possuem algum grau de metaforização. Há ainda um grande intercâmbio dos culturemas pautados nos nomes de animais entre diferentes países que falam uma mesma língua – países lusófonos – ou mesmo, conforme já dissemos, entre diferentes línguas, sobretudo quando os culturemas são universais.

Um exemplo de culturema universal, ainda com grande vitalidade e com alto grau de figuratividade, é “serpente” e seus outros nomes e/ou espécies de cobras existentes ao redor do mundo. Trata-se, pois, de um culturema de origem religiosa que retrata a relação da serpente com a expulsão de Adão e Eva do Jardim do Éden. Portanto, à imagem figurativa da cobra, animal traiçoeiro e perigoso, relaciona-se, com frequência, o indivíduo ardiloso, desleal, infiel. *Fruto proibido*, *língua de cobra* e *ninho de cobras* são exemplos de EIs cujo culturema é a serpente.

O carnaval é outro culturema bastante produtivo no Brasil. Embora tal festa não tenha se originado aqui, o carnaval brasileiro é conhecido internacionalmente e é a maior festa brasileira por conta do grande número de pessoas que participam dela. Trata-se de uma forte indústria ligada à música, ao turismo, comércio, lazer etc. e uma retomada anual de alguns aspectos folclóricos brasileiros, numa profusão de tradições africanas, europeias e indígenas.

Nos desfiles de carnaval, que acontecem por todo o país, há aqueles formados por escolas de samba, que nada mais são do que agremiações que optam por uma temática e a desenvolvem dentro do contexto escolhido, promovendo uma harmonia entre as fantasias, alegorias, o samba cantado etc. É obrigatória, por tradição, a presença de um segmento chamado “ala das baianas”, grupo formado por mulheres com saias rodadas, pulseiras, colares, turbantes etc. e que homenageia as antigas “tias” do samba, senhoras oriundas do estado da Bahia e que abrigavam, no Rio de Janeiro, célebres sambistas em suas casas, no início do século XX (décadas de 1920 e 1930), para que eles pudessem desenvolver sua música com segurança, uma vez que o samba era um tipo de música e dança marginalizada no Brasil, no início do século passado.

Portanto, em referência à ala das baianas, há a EI “rodar a baiana”, com o significado de que um indivíduo vai promover furor, escândalo, estardalhaço ou brigas. Refere-se ao movimento rítmico da ala das baianas, que consiste em rodopios quase que ininterruptos durante todo o desfile de uma escola de samba. O culturema “carnaval” também gerou outras expressões como: a) *dar samba*, referência direta à composição de melodias ou letras de músicas de samba, com o sentido figurado de êxito em algum projeto ou empreitada, concretização de um objetivo; b) *jogar confetes*, analogia ao confete utilizado em comemorações e, em especial, durante o carnaval, que abarca dois sentidos metafóricos diferentes, ou seja, pode expressar pejorativamente bajulação ou significar elogio, com sentido não pejorativo; c) *sambar na cara*, EI neológica e hiperbólica, com o sentido de humilhar alguém (Riva, 2012).

Outras EIs neológicas que podemos destacar, já que são motivadas por culturemas muito discutidos nas mídias brasileiras, sobretudo nos meios de

comunicação de massa, são *esse pitbull é Lassie, esse alfinete é agulha, essa coca é fanta, esse Tarzan é Jane*, que se relacionam com um dos temas mais discutidos no Brasil sobre os direitos dos homossexuais. Portanto, surgem EIs que se referem a eles de forma pejorativa.

Há EIs que já existiam há algum tempo, mas que sofreram alguma alteração, embutindo o desejo do exagero, por isso são consideradas hiperbólicas: *pegar o bonde andando e (já) querer sentar na janelinha*, indicando presunção, ou ainda, *é pra acabar*, indicando surpresa, que gerou derivações hiperbólicas como *é pra acabar com o Goiás* ou *é pra acabar com o pequi de Goiás*. Sem contar aquelas que surgem na indústria musical brasileira e que caem no gosto popular e se cristalizam. Por exemplo, quando se quer dizer que alguém está agitado demais, pode-se dizer que *está possuído pelo ritmo ragatanga* (verso da música “Ragatanga”, do grupo Rouge), no qual a metáfora recai sobre o verbo “possuir”, comumente utilizado em referência a religiões espiritualistas ou de origem afro-brasileiras. Esse culturema também é muito profícuo em EIs neológicas com referências irônicas e/ou depreciativas a religiões afro-brasileiras como *celular pai de santo*, que indica celulares sem créditos para receber ligações, ou *volta para o mar, oferenda*, para pessoas fora do padrão de beleza ou de comportamento desagradável.

A partir dos exemplos citados, ao levantarmos alguns dos culturemas de determinada comunidade linguística, no caso, dos falantes do português do Brasil, desvendamos unidades de informação – valores e condutas – que estes valorizam ou preterem para, assim, entender mais adequadamente seus princípios e suas atitudes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que os culturemas citados representam uma parte de um conjunto bem mais amplo do que poderíamos chamar “culturemas brasileiros”. Acreditamos que não seja pretensioso ou ingênuo confirmar que a cultura brasileira reflete, de fato, uma visão de mundo peculiar e uma ideologia nos culturemas que cria, ou seja, nos conceitos abstratos que revelam uma relação bastante estreita entre a linguagem e a cultura.

Os culturemas são produtivos quando, ao redor deles, há um grande número de unidades fraseológicas nascidas a partir do tema cultural que os permeia e são os responsáveis pela motivação do surgimento de novas metáforas.

Culturemas nacionais ou universais são profícuos tanto para que a língua se reinvente e o ser humano possa utilizá-la lançando mão de recursos imagéticos e pitorescos quanto para que os fatos sociais, linguísticos e cognitivos estabeleçam relações mais facilmente identificáveis dentro da língua e por meio dela.

Por meio deste trabalho, pretende-se contribuir para revelar um retrato sincrônico da subjetividade existente em nossa língua, desvendando alguns temas, assuntos, olhares sobre os fatos atuais de nosso país e do mundo, descrever a vitalidade de alguns temas na reconstrução que o homem pode realizar para recriar sua própria língua e identidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção. O conceito de lexicultura e suas implicações para o ensino-aprendizagem de português língua estrangeira. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 10-11, p. 31-41, 2008-2009.
- CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antárdida/Empúries, 1993.
- DOBROVOL'SKIJ, Dmitrij; PIIRAINEN, Elisabeth. *Figurative language cross-cultural and cross-linguistic perspectives*. Amsterdam: Elsevier, 2005.
- GALISSON, Robert; PUREN, Christian. *La formation en question*. Paris: Clé International, 1999.
- LUQUE NADAL, Lucía. Los culturemas: ¿unidades lingüísticas, ideológicas o culturales? *Language Design*, n. 11, p. 93-120, 2009.
- _____. Las referencias bíblicas en inglés y en español: estudio culturoológico-contrastivo. *Odisea: Revista de Estudios Ingleses*. Córdoba: Universidad de Córdoba, p. 269-284, 2010.
- MOLINA MARTÍNEZ. Lucía. *El otoño del pingüino: análisis descriptivo de la traducción de los culturemas*. Castellón de la Plana: Publicaciones de la Universitat Jaume I, 2006.
- NORD, Christiane. *Translation as a purposeful activity*. Manchester: St. Jerome, 1997.
- OLIVEIRA, Clara Maria Pacheco de. *Desenvolvimento da competência lexical nas aulas de PL2/PLE no nível A.1.2*. 173 f. Relatório de Estágio (Mestrado em Português Língua Segunda/Língua Estrangeira) – Universidade do Porto, Portugal, 2011.
- PAMIES BERTRÁN, Antonio. El lenguaje de la lechuga: apuntes para un diccionario intercultural. In: LUQUE, J. D.; PAMIES, A. (Eds.). *Interculturalidad y lenguaje: el significado como corolario cultural*. Granada: Granada Lingvistica / Método, vol. 1, 2007. p. 375-404.

_____. Productividad fraseológica y competencia metafórica (inter)cultural. *Paremia*, n. 17, p. 41-57, 2008.

_____. O projeto “dicionários culturais”. In: ALVAREZ, M. L. O. A. (Org.). Tendências atuais na pesquisa descritiva e aplicada em fraseologia e paremiologia – *Anais...* Vol. 1. Campinas: Pontes Editores, 2012, p. 345-354.

RIVA, Huéinton Cassiano. A neologia fraseológica na língua portuguesa do Brasil. In: SILVA, Suzete (Org.). *Fraseologia & Cia: entabulando diálogos reflexivos*. Londrina: UEL, 2012, p. 173-187.

VERMEER, Hans J. Translation theory and linguistics. In: ROINILA, P.; ORFANOS, R.; TIRKONEN-CONDIT, S. (Eds.). *Häkökohtia käännämisen Tutkimuksesta*. Joensuu: University, 1983. p. 1-10.

ZARATE, Geneviève. *Enseigner une culture étrangère*. Paris: Hachette, 1986.

Galicismos e suas implicações sociopolíticas e culturais na língua e sociedade brasileira dos séculos XIX e XX

| Jaciara Mesquita Rosa

NESTE CAPÍTULO, TRATAREMOS DAS INTER-RELAÇÕES ENTRE língua e cultura, tema bastante recorrente aos estudos lexicais e há muito consensual entre os estudiosos da língua, como Lyons (1981), Bosi (2004), Coseriu (1979), Câmara Jr. (2004), que ratificam, no início do século XX, quão importante é conhecer a língua para se entender um povo, seus hábitos e costumes.

Dessa forma, os estudos da linguagem relacionam-se com os do campo da antropologia, sociologia, psicologia, filosofia e outros que são essenciais para a compreensão dos seres humanos dentro de uma comunidade de fala e de tudo o que gira em torno dela: como um povo nomeia o mundo em que vive, quais são seus ritos religiosos e hábitos alimentares – questões que ajudam a compreender a cultura de um povo.

Considerada como recorte da realidade, a língua é uma interpretação calcada nas experiências de cada um para compreendê-la. Assim, discutir cultura e, conseqüentemente, língua exige enveredar-se pela memória, sem a qual não há raiz. É impossível falar de cultura sem falar de memória, pois sem ela não há raiz; essa capacidade que temos de lembrar e conservar os

acontecimentos ocorridos dentro de uma comunidade é o fio condutor da memória de um povo, que a associa a práticas linguístico-culturais.

Segundo Halbwachs (2003, p. 30), “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se tratem de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos.” Essa reminiscência coletiva acontece porque estamos em constante interação com outras pessoas, o que faz a memória poder ser recriada e representar os hábitos culturais de uma comunidade representados na língua que se fala, que se escreve, que se gesticula. Eis o escopo deste estudo: entender língua e cultura como interfaces da vida em sociedade, em relação de interdependência constante.

Ao tratar a língua como um sistema abstrato elaborado pela sociedade, Coelho (2006) diz que a língua só resiste sob a forma de memória coletiva. Ou seja, a forma como os indivíduos vivem, constroem e nomeiam objetos enquanto sociedade é mantida em um arquivo geral coletivo, que representará a língua em suas muitas formas de expressão.

Para situar o corpo linguístico, é importante considerar, além da língua e da fala, a norma, que tem um espaço social e cultural, pois representa o que é usual, regular, costumeiro, regula o nosso comportamento e podemos encontrar a regularidade nessa variante. Coseriu (1979, p. 69) nos lembra que essa é “a norma que seguimos necessariamente por sermos membros duma comunidade linguística, e não aquela segundo a qual se reconhece que ‘falamos bem’ ou de maneira exemplar, na mesma comunidade.” Diferentemente do sistema, que limita o nosso arbítrio, é a escolha dos falantes de uma comunidade que provoca mudanças na *parole*, que contempla a realização individual da norma e contém a originalidade expressiva dos indivíduos falantes e pode, por vezes, ser adotada e até dicionarizada ou não, e cair em desuso.

De acordo com os pressupostos teóricos de Coseriu (1979, p. 75), “o que se emprega no falar não é própria e diretamente o sistema, mas formas sempre novas que no sistema encontram apenas sua condição, seu molde ideal.” Isto é, as diferentes realizações fonéticas, por exemplo, em grupos mais ou menos amplos, são tratadas como diferenças no modo

de falar constantes e normais, não individuais, nem momentâneas, mas que caracterizam certas comunidades profissionais e culturais, ainda que não resultem em mudanças funcionais no sistema da língua, ou seja, não resultem em mudanças gramaticais.

Tomemos o caso da influência do idioma francês no português do Brasil, no fim do século XIX e início do XX, a *Belle Époque* tropical que ditou aos *habitués* da elite carioca costumes, hábitos de vestir, andar, falar, portar-se, bem como o que ler, o que dizer e como fazê-lo. O *status* de nobreza e a superioridade estavam unidos a quem se arriscava a pronunciar os galicismos, as unidades lexicais originárias da França. Essa era a norma utilizada pela elite carioca; falar o português do Brasil, recheado com francesismos, denotava naquele momento, além da notoriedade e superioridade, como já dissemos, a influência europeia no cotidiano carioca. Needell (1987, p. 53) afirma que, na educação para meninos e meninas da elite carioca sob a influência francesa, “os professores eram, frequentemente, do Velho Mundo (provavelmente franceses ou influenciados por franceses); os textos eram franceses ou traduzidos do Francês; e a intenção era de que os alunos adquirissem conhecimento da cultura europeia”.¹

Não queremos dizer que existia uma língua diferente falada na capital federal, na época, o Rio de Janeiro; havia um falar carioca burguês com suas diferenças, que afirmava sua cultura e seus valores. Nas escolas, ensinava-se a norma da cultura letrada portuguesa, mas o idioma francês logo foi ganhando espaço nas escolas dos mais abastados e era uma *finesse* aprendê-lo.

Ao contrário do que muitos puristas, como Frei Francisco de São Luís (1766-1845) e Almeida Garret (1799-1854), para citar alguns nomes, pensavam naquela época com a chegada dos galicismos, a língua portuguesa não perdeu sua autenticidade e identidade. Com novas lexias, a língua só se enriqueceu porque aumentou seu acervo lexical. Cabe tratar aqui do conceito de lexia que, segundo Biderman (2001), são aquelas palavras que

¹ Nossa tradução do original: The teachers were often from the Old World (probably French, or French influenced); the texts were often French or translations from the French; and the acknowledged presumption was that the acquisition of European culture was intended (Needell, 1987, p. 53).

ainda não foram dicionarizadas, que fazem parte ainda da *parole*. Para o autor, “o dicionário como depositário físico do tesouro léxico abstrato da língua atua como arquivo fixador das lexias orais que poderiam morrer facilmente, se não fosse esse arquivo que as recolhe e preserva” (p. 212). É certo que o uso e a adoção das unidades lexicais estrangeiras mudaram ao longo dos anos: inicialmente, logo se aportuguesavam as unidades lexicais estrangeiras, hoje se dá preferência a manter a sua grafia e a incluí-las dessa maneira nos dicionários.

Na pesquisa sobre os galicismos na Língua Portuguesa do Brasil que fundamenta este capítulo, tomamos por base dois dicionários como objeto de estudo, uma edição eletrônica da obra brasileira *Houaiss* (2009) e a edição eletrônica do dicionário monolíngue francês-francês, *Le Grand Robert de la Langue Française* (2001). Inicialmente, fizemos uma coleta inicial de mais de dois mil itens lexicais dicionarizados que seriam originários da França. Após outro refinamento, chegamos ao resultado de 1004 galicismos; 765 empréstimos e 239 estrangeirismos. Os estrangeirismos não nos deixam dúvidas quanto à sua “esquisitice” em relação à língua portuguesa, fazendo-se, assim, de fácil reconhecimento, já que sua grafia é bem diferente da adotada pelo nosso sistema gráfico.

De acordo com Carvalho (1989, p. 44), “um termo estrangeiro perde essa condição quando não é mais percebido como tal. Se ele permanece escrito na sua forma de origem, será sempre sentido como elemento estrangeiro ao sistema linguístico.” Porém, consideraremos como empréstimos as palavras-entrada que sofreram algum tipo de modificação ao serem adotadas pela língua portuguesa e foram, dessa maneira, dicionarizadas.

Para Nelly Carvalho (1989), os estrangeirismos fazem parte da *parole* e os empréstimos da *langue*, ou seja, para esta autora, todas as unidades lexicais depositadas em nossos dicionários são consideradas empréstimos e os estrangeirismos são aqueles ainda não relacionados nas obras lexicográficas. Mas não é o que nos mostra, porém, o dicionário *Houaiss* (2009) em seu repertório. Os estrangeirismos estão muito bem representados nessa obra lexicográfica, já não fazem parte apenas da fala; pela abordagem teórica de Carvalho (1989), eles também fazem parte da escrita da língua, pois estão dicionarizados.

No que tange aos empréstimos e aos estrangeirismos, esse dicionário muitas vezes traz o significante nas duas categorias de adoção do referente, ou seja, temos as mesmas significações de duas unidades lexicais com a ortografia diferente. Vejamos, respectivamente, as acepções do estrangeirismo *brochette* e o empréstimo “brochete”:

brochette [bʁɔːɛt] [fr.] *s.f.1* pequeno espeto de metal ou madeira us. para grelhar ou assar na brasa pedaços de carne, peixe, miúdos etc. *2p.met.CUL* a iguaria preparada por esse processo; espetinho <b. *de camarões*>Ff.aport.: *brochete*☞SIN/VAR churrasqueto, churrasquinho, espetada.

O dicionário apresenta, na microestrutura do verbete do estrangeirismo, todas as acepções muito bem explicadas, em contrapartida, na acepção do empréstimo, o lexicógrafo utiliza a remissividade para que o consulente possa compreender o significado da unidade lexical “brochete”. A saber, “**brochete** *s.f.1B* aport. de *brochette*2RNinfrm. m.q. *brochote*.” Percebemos que nessa acepção está claro que o item lexical é um aportuguesamento do estrangeirismo *brochette* e, além da adoção francesa e da mudança ortográfica e fonética, o empréstimo também adquiriu uma nova ortografia no Rio Grande do Norte. Ao compararmos as acepções portuguesas com as originais, encontramos as mesmas definições, embora no *Grand Robert* (2001) exista um número a mais de significados que não foram adotados pela obra brasileira. Vejamos:

brochette[bʁɔːɛt]**n. f.ÉTYM.** 1393; « *pointe acérée* », v. 1180; de *broche*. Petite broche qui sert soit à assujettir de grosses pièces de viande à la pièce principale, soit (plus cour.) à faire rôtir ou griller de petites pièces. è **Hâtelet, lardoire**. | *Rognons à la brochette* (vieilli), *en brochette*. Enlever la brochette avant de manger. **Cour.** Les morceaux embrochés. | *Manger des brochettes*. | « *Une brochette saignante* » (Cendrars, in T. L. F.). | *Une brochette de rognons, de foie*. | *Couscous brochettes*, servi avec de la viande (mouton) en brochettes.

Desde que os portugueses chegaram por aqui, na época do Brasil Colonial, a mistura de culturas começou a se expandir. De acordo com Bosi (2004), a cultura brasileira nunca foi homogênea e é utopia querer essa realidade. Além disso, o autor afirma que definir uma identidade nacional também pode

ser hipotético; antes ela é plural, pois é “resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço” (p. 7).

Na comparação entre o idioma português e o francês, percebemos esse tipo de similaridade. Vejamos o item lexical “vianda” que, para um estudante brasileiro do idioma francês, ao se deparar com determinado lexema, logo se remete à unidade lexical francesa *viande*. Ambos os lemas, nos respectivos dicionários analisados, apresentam as mesmas acepções, porém, no dicionário *Houaiss* (2009), há um regionalismo não existente no idioma francês, específico do Rio Grande do Sul; assim, está caracterizado um caso de polissêmia, ou seja, de adoção de um novo valor semântico:

Vianda *s.f.* (sXIII) **1** qualquer espécie de alimento, comida, quitute **2** carne (de mamífero, peixe ou ave) que sirva de alimento **3RS** comida fornecida domiciliarmente em marmitas **ETIM** fr. *Viande* ‘todo alimento que sustenta, fortalece’ **SIN/VAR** ver sinonímia de *refeição* **HOM** *vianda* (fl.viandar).

As acepções originais são bem similares às adotadas pelo *Houaiss* (2009), exceto a acepção específica do Rio Grande do Sul. Vejamos: “**viande**[vjãd] **n. f.ÉTYM.** 1050; lat. pop. **vivenda, vivoanda* “ce qui sert à la vie”, de *vivere* “vivre”. **Vx.** Aliment dont se nourrit l’homme. è **Nourriture.** [...]Chair* des mammifères et des oiseaux que l’homme emploie pour sa nourriture [...]”. Para esses significados, temos as unidades lexicais *comida, alimento, carne* que são mais costumeiras e utilizadas atualmente, porém é provável que a sua adoção tenha acontecido por ser um item lexical de uma cultura superior, que poderia causar melhor impressão aos falantes da época. Sabemos, no entanto, que a superioridade entre as línguas não existe, não há um sistema abstrato de signos melhor ou mais elaborado que outro.

As línguas de cultura eram as de civilização e, no início do século XVIII, elas significavam a representação de um povo, de um pensamento. Bergoug-nieux (1994 apud Paveau; Sarfati, 2006, p. 11) afirma:

A linguística constitui-se como ciência a partir do momento no qual a descrição de uma língua (sua forma fonética, sua organização sintática, seu semantismo) não foi mais efetuada por uma análise interna, imanente, mas pela comparação com diferentes línguas.

O cientista alemão August Wilhelm Von Schlegel e seu irmão, Friedrich Von Schlegel, foram teóricos importantes na concepção comparatista. Na obra *De la langue et du savoir des Indiens* (1808), Von Schlegel ressalta a importância da análise morfológica e elucida, a partir desse estudo, as relações genético-linguísticas. Os irmãos alemães também foram cofundadores do Círculo Romântico de Iena, segundo Paveau e Sarfati (2006). O primeiro deles propõe uma tipologia tripartite das línguas diferenciadas em “isolantes” (línguas formadas por uma sílaba), “afixantes ou aglutinantes” (elementos que se juntam e formam várias outras relações) e “flexionais” (quando muda algo na língua, muda também sua função). Essa descrição das línguas, ainda de acordo com Paveau e Sarfati (2006, p. 13), demonstra uma hierarquização filosófica implícita que consiste em observar as línguas flexionais (europeias) como línguas de cultura, de mesma formação cultural. Essas línguas apresentavam, para os teóricos da época, um grau mais acabado de constituição, assim portando maior expressividade. Sobretudo, no quadro da linguística histórica, a partir de 1860, as línguas europeias eram vistas como melhores em detrimento de outras, como as ameríndias, por exemplo.

No Brasil, no fim do século XIX e início do XX, acontecia contemporaneamente, na França, um importante movimento cultural que foi trazido ao Brasil, o *Belle Époque*. A elite carioca urbana adotou rapidamente aquilo que, para ela, seria símbolo de *status* como a gastronomia, decoração e, especialmente, a moda. Junto com os novos hábitos adotados pelos cariocas, também vieram o modo de falar ou, pelo menos, algumas unidades lexicais que foram incorporadas pelos *habitués* da *high society* da capital do Brasil naquele momento – o Rio de Janeiro.

Inicialmente, essas unidades lexicais passaram a fazer parte do vocabulário daquela elite carioca e, paulatinamente, outros falantes do Rio de Janeiro a ele foram aderindo, assim como outros indivíduos de todo o país. Esse processo confirma o que diz Biderman (2001, p. 203) sobre o léxico: “um sistema aberto e em expansão. Incessantemente novas criações são incorporadas ao léxico.” Dessa forma, o processo de adaptação e adoção – o empréstimo linguístico – no acervo lexical português desses vocábulos é iniciado. Sobre o assunto, Carvalho (1989, p. 33) afirma:

Na relação entre duas línguas, a vizinhança ou coexistência espacial tende a modelar o léxico de uma e de outra [...] e desta maneira cada língua conserva suas formas fônicas, porém introduz um novo conteúdo gramatical ou conceitual.

E foi o que aconteceu no Brasil desde então, uma forte influência de outras línguas sobre o português, a exemplo do inglês, espanhol e italiano. Esse fato nos lembra o linguista Saussure ([1970] 2006) ao conceituar língua e fala. Uma das definições sobre língua é que se trata de um sistema institucional, ou melhor, uma instituição social. Assim, surge outro conceito: a norma. Ela, então, estaria ligada ao social e, de acordo com Coseriu (1979, p. 50), “o conceito de língua como sistema abstrato de oposições funcionais implica o desenvolvimento do conceito de norma.” No caso deste trabalho, a influência francesa no léxico do Brasil da *Belle Époque* seria a norma, um modelo a ser seguido. A maneira como a elite carioca adotou certas unidades lexicais francesas definia o falar dos mais abastados, o que não quer dizer que essa seria, naquele momento, a norma correta ou padrão. Assim, essa norma dita normal, segundo Coseriu (1979, p. 69), que é a que uma comunidade linguística segue e não é reconhecida como um falar padrão, sempre se adianta à codificação da norma correta ou padrão. Ainda de acordo com Coseriu (1979, p. 78), norma corresponde a um estado de língua, ou seja, a um momento específico do movimento infinito da língua, visto que o funcionamento da linguagem é sempre de criação, recriação, dentro das possibilidades oferecidas pelo sistema.

Como vimos, a língua não está separada da sociedade e dos costumes a ela ligados. Percebemos mudanças de comportamento, sobretudo de fala e até de alimentação e vestimentas, diante de novos fatos culturais que chegam a um determinado grupo por meio da língua, seja por elementos vernaculares ou de outros idiomas. Como no mundo as fronteiras estão cada vez menores, esse processo se torna ainda mais frequente.

A *Belle Époque*, que fervilhava em Paris, posteriormente, em toda a França e Europa, prosperou, conseguiu transpor as barreiras e chegar a outros países, até mesmo no Brasil e influenciar de maneira ostensiva os brasileiros, que carregam até hoje um modo “chiquê” de viver. Esse é mais um

dos empréstimos franceses que estão dicionarizados em obras lexicográficas brasileiras como, por exemplo, esta acepção retirada da edição eletrônica do *Houaiss* (2009):

Chiquê s.m. (c1920) Binfrm.afetação pretensiosa de luxo, requinte ou ostentação; blefe para se impor <além de prosa, ela é cheia de c.>⊙ ETIM fr. chiqué adj. ‘feito com habilidade, que tem elegância’, substv. com sentido pej., ‘excesso de elegância, afetação, simulação’, der. de chic ‘chique’.

Os francesismos que chegaram ao Brasil foram adotados por uma comunidade que buscava novos vocábulos para expressar ideias ou conceitos preexistentes e procurava associá-los a um *status* superior, inicialmente. À época, saber ler ou dizer algumas palavras em francês denotava nobreza e revelava que a pessoa teria sido bem alfabetizada, conseqüentemente, também pertenceria a uma família rica, já que ter acesso aos costumes franceses era privilégio de poucos.

Vale retomar o breve caminho teórico do século XIX ao XX – período da suposta chegada dos vocábulos de origem francesa ao português do Brasil –, para sabermos como a maioria dos linguistas da época percebeu a mudança linguística.

Começemos com Whitney ([1875] 2010), linguista norte-americano do século XIX, que começou a estudar a linguagem e a defini-la como expressão do pensamento: “a linguagem propriamente dita é um conjunto de signos pelos quais o homem exprime consciente e intencionalmente seu pensamento a seus semelhantes”. Para o autor, esse seria um privilégio exclusivo do homem, embora houvesse diferença entre as várias línguas existentes no mundo. Segundo Milani (2012, p. 82), o estudo dessas línguas de menor valor se tornou importante no contexto pelo fato de que não havia mais a definição idealista de um modelo perfeito de linguagem, mas uma procura pela explicação de língua e linguagem como um veículo de comunicação social.

O estudo de como esse veículo se dava era crucial, pois, na segunda metade do século XIX, a preocupação científica, política e econômica se firmava com a finalidade de melhorar a vida do homem em sociedade.

Nesse sentido, a obra de Whitney é adequada porque ele tinha grande preocupação com o ensino e estava sempre tentando melhorar a eficiência do ato de ensinar.

O foco desse linguista, no entanto, não era a questão cultural e sim a mudança linguística. É importante ressaltar que o livro *A vida na linguagem*, aqui publicado em 2010, traduzido por Marcio Alexandre Cruz e escrito, originalmente, por Whitney em 1875, foi traduzido para o francês pelo próprio autor, para que pudesse influenciar o pensamento europeu. Ele tem como foco de estudo a fala e o papel decisivo do falante. Whitney viveu em um país novo (os Estados Unidos), em pleno desenvolvimento e formação da sociedade; naquele momento, segundo Milani (2012, p. 83), as diferenças entre os indivíduos eram notórias, em virtude do grande número de imigrantes ali presentes, que falavam as mais diversas línguas. Dessa forma, por mais que os Estados Unidos tivessem uma língua oficial, o idioma sofreu modificações e assimilações de elementos culturais novos e uma grande variação de sotaques.

Sobre diferenças linguísticas e culturais, Whitney ([1875] 2010, p. 19) afirma:

A diversidade de línguas não concorda com as separações geográficas, nem mesmo com a aparente divisão das raças. Não é raro encontrar mais diferenças entre os povos que falam uma mesma língua ou línguas análogas, que entre aqueles que se servem de línguas completamente distintas.

A língua, para esse autor, compreendia a sociedade, não era de posse individual. É no seio dessa comunidade que novas formas linguísticas serão moldadas e até mesmo adotadas pelos falantes, pois são eles que mudam a língua porque estão sempre adaptando o seu vocabulário às suas necessidades. Esse é o processo da língua, estranho mesmo seria se ela não mudasse. Coseriu (1979, p. 28) afirma que a língua que não muda é a abstrata, a dos dicionários e da gramática; a que muda é a língua real, a língua concreta. Quando nos remetemos à língua concreta, lembramos Ferdinand de Saussure, uma vez que, para ele, a língua objeto de estudo é de natureza concreta.

Ao contrário de Whitney, Saussure conseguiu diferenciar os conceitos de língua, fala e linguagem. Considerado o pai da linguística, ele foi o primeiro teórico a conseguir fazer esse tipo de estudo. Além de toda a pesquisa que Saussure realizou, o próprio idioma francês apresenta as palavras *langue* e *parole* como signos diferentes e com significações distintas. A linguagem, por exemplo, não é natural ao homem, afirma Saussure ([1970] 2006, p. 18), o inerente ao homem é a sua faculdade de constituir uma língua. E a fala, para o autor, é um ato individual que o falante realiza de forma consciente e voluntária.

Saussure ([1970] 2006, p. 27) destaca que a linguagem comporta duas dimensões: uma é a língua, social e independente do indivíduo, que seria a medida mais importante; outra é a fala, que teria o caráter individual da linguagem. Essas duas partes estão interligadas, uma não se faz sem a outra, pois é necessário que a língua exista para que a fala seja recebida pelo destinatário de forma compreensível e a fala é necessária para que a língua se estabeleça. E como aprendemos essa língua? Aprendemos ouvindo as pessoas inúmeras vezes num processo que acontece através da fala, fazendo com que a língua mude. Esta é modificada a partir do momento em que trocamos informações com outros falantes. Ou seja, a língua “se faz” mediante mudanças que ocorrem por necessidade dos falantes.

Língua e cultura são dois conceitos que se completam, numa relação de simultaneidade e simbiose; uma não pode existir sem a outra. A língua existe para exprimir os fatos culturais. E essa ligação também tem apresentado papel importante para a nomeação dos objetos concretos e das ideias. A etimologia popular ilustra bem a dialética entre a motivação e a arbitrariedade do signo. A palavra, para Blikstein (1981), provoca “atrações paronímicas” (p. 33), por meio de conformidade e harmonia entre significantes, resultando no que o estudioso chama de “remotivação” do signo, que seria a desmontagem de um lexema para explicar a sua origem. O autor cita o exemplo das unidades lexicais que vão representar uma forma de cultivo agrícola de uma determinada comunidade asiática ou a forma como se comporta um grupo de jovens evangélicos. O léxico adotado por determinado grupo vai nos mostrar como essas pessoas vivem, o que pensam e quais são seus princípios ideológicos, políticos e culturais.

Esse processo de aquisição de lexias é dinâmico e incessante, ocorre em qualquer tipo de grupo, em consequência da necessidade de nomeação dos objetos e, posteriormente, da convenção entre os falantes para que essa realidade extralinguística seja conhecida por todos por meio das mesmas unidades lexicais. Por exemplo, a “mesa”, conhecida por todos em uma determinada cidade no Rio Grande do Sul, certamente não será nomeada por “cadeira” em uma cidade vizinha. Apesar da arbitrariedade do signo, Saussure ([1970] 2006), quando diz que a língua é forma e não substância, diante da relação entre significado e significante, afirma que o processo que se dá entre eles não é de cópia, ou seja, não é porque o “lápiz” tem uma forma fina e alongada que ele foi assim nomeado, mas por uma convenção arbitrária. A sequência de sons “l-á-p-i-s” não define o objeto e o contrário também não acontece. Mas a convenção coletiva na nomeação dos referentes se mantém necessária pela facilidade de comunicação e entendimento entre os falantes, natureza mutável e imutável do signo linguístico – assunto sobre o qual trataremos adiante.

Reconhecemos também o fenômeno da arbitrariedade quando passamos pelas influências culturais de outros idiomas, por exemplo, no caso dos empréstimos linguísticos. Segundo Carvalho (1989), o lexema *pagode*, no Extremo Oriente, significa *templo*, já em português se refere a brincadeira. O dicionário brasileiro Houaiss (2009) traz também as acepções “baile popular”, “samba”, “reunião de pessoas que tocam e cantam o pagode” e “zombaria”. A unidade lexical *pagode* poderia também ser representada por outra sequência de fonemas que lhe serviria de significante. Mais uma explicação para as diferenças dentro de uma mesma língua e/ou, como no caso citado acima, para distinções de significado e de significantes entre línguas diferentes.

Esse caráter paradoxal nos faz pensar na ambiguidade e na natureza imutável e mutável do signo linguístico, outra teoria de Saussure ([1970] 2006). A escolha de um significante para determinado significado é feita de maneira aleatória e, aparentemente, livre. Por um lado, essa nova lexia não será adotada por uma comunidade de falantes, caso esse novo vocábulo não seja aceito pela massa. Por outro lado, um indivíduo sozinho não tem

o poder de substituir um significante por outro. Então, pensar na mudança linguística a partir dessa imutabilidade é impossível, visto que recebemos uma língua de gerações anteriores e estamos “satisfeitos” com o que recebemos. Essa fixidez da língua, para Saussure ([1970] 2006, p. 88), não é dada apenas pela tradição, mas também pelo fato de estar situada no tempo. Assim, uma escolha é livre e, em razão do tempo, esse significante se mantém inerte.

Contudo, essa inércia não determina a rigidez do significante, ou seja, a relação entre este e o significado pode mudar porque o signo linguístico, de acordo com Saussure ([1970] 2006, p. 89), simplesmente continua e sofre, assim, uma alteração – o deslocamento entre significante e significado. Existe, dessa maneira, a possibilidade de um significante associar-se a outro significado e vice-versa.

Nesse processo de aquisição de novas lexias, lembramos também de Noam Chomsky (1997) e sua teoria de princípios e parâmetros. Nessa proposta, Chomsky fala sobre a aquisição da linguagem pelas crianças, as quais já nasceriam com uma gramática universal com princípios rígidos e invariáveis, uma espécie de dicionário e de gramática mentais. As novas unidades lexicais adquiridas fariam parte da experiência dessa criança na comunidade em que vive; dependendo do meio linguístico e do ambiente em que interage, esse fato determinaria quais seriam suas novas aquisições, através de seus parâmetros abertos. Um processo semelhante também aconteceria com o adulto, no caso da aquisição de empréstimos linguísticos e/ou estrangeirismos. Falantes adultos seriam capturados pela língua, por essas novas unidades lexicais que Chomsky define por palavra, que vem a ser “um complexo de propriedades fonéticas e semânticas” (p. 71). O processo pode ser demorado, mas ele também acontece, desde que haja uma espécie de contrato entre a comunidade falante que vive em um determinado espaço e em uma determinada época, de modo que essa nova unidade léxica seja aceita. A aquisição dessas novas unidades lexicais teria base então, segundo o autor, na natureza abstrata do parâmetro que apresenta implicações importantes na gramática histórica, a qual explica as mudanças históricas e de valor dos parâmetros em um meio linguístico.

Labov (2008) também destaca a importância do meio social para se definir a língua e explicar como se dá o processo de comunicação entre os indivíduos. Para o linguista, esse objeto de estudo (a língua) é um comportamento social, não se pode mencioná-la sem a fala e a interação entre os falantes, “comunicando suas necessidades, ideias e emoções uns aos outros” (p. 215), o que nos ajuda a entender o porquê da permanente e ininterrupta aquisição do léxico, além de saber como se processa esse fato.

Também é importante considerar a inter-relação entre língua e cultura na comunidade dos falantes, que se refere a um vocabulário específico no qual a comunicação é facilitada entre os usuários de um determinado grupo. Sobre isso, Xatara (2001, p.149) afirma:

Em qualquer situação de comunicação, um indivíduo faz a sua escolha de palavras. Essa escolha, aparentemente livre, está condicionada, mesmo que não se tenha consciência disso, a uma série de fatores, dentre os quais destaca-se o objetivo de ser eficaz, de atingir o “interlocutor” adequadamente, em conformidade com a modalidade (oral ou escrita), com o registro (formal ou informal) e com o nível de linguagem em questão (padrão ou coloquial, para simplificar).

De acordo com Manzolillo (2001), é nessa perspectiva que qualquer falante percebe nos atos de fala daqueles que o cercam a presença de unidades lexicais, por assim dizer, estranhas, identificadas como unidades linguísticas diferentes. Ainda segundo o autor, o vocabulário se expande, mas esse processo tem dois lados: pode significar uma deficiência da comunidade que acolhe o material léxico importado e, do outro, pode evidenciar a inserção dessa mesma comunidade num grupo de consumidores de novas tecnologias e de bens culturais compartilhados em um total globalizante (Manzolillo, 2001, p.1). Esse processo acontece com qualquer língua inserida na cultura universal.

Entretanto, essa cultura universal, que resulta em influência de umas línguas sobre as outras, nem sempre é bem-vinda. Existe ainda a luta de algumas pessoas contra essa aquisição porque, para elas, esse processo torna a língua importadora “impura” e pode ser uma ameaça à unidade da língua. O deputado federal Aldo Rebelo, do PC do B de São Paulo, propôs o projeto de lei nº1676/1999 que prevê a promoção, proteção e defesa da língua

portuguesa, com a comunidade colaborando para que essa disposição seja cumprida. A lei prevê a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa por brasileiros natos e naturalizados e pelos estrangeiros residentes no país há mais de um ano. Toda e qualquer palavra ou expressão em língua estrangeira, usada em território nacional ou repartição brasileira no exterior, deve ser substituída por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa no prazo de noventa dias a contar da data de registro da ocorrência. O projeto aprovado em 2007, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da câmara, está com a tramitação paralisada.

Esse projeto, baseado em interesses políticos, tem o intuito de colocar a língua portuguesa do Brasil acima de outras, como se fosse possível. Esquece-se, assim, da função principal da língua que é comunicar: “uma língua é um instrumento de comunicação segundo o qual, de modo variável de comunidade para comunidade, se analisa a experiência humana” (Martinet, 1985, p. 24). Desse modo, na falta de um item lexical, na língua portuguesa, para nomear certo fenômeno, objeto ou tecnologia importados, devemos nos abster de tê-los ou deixar de nos referirmos a eles por que não podemos adotar as lexias estrangeiras? Essa tentativa de controle social ignora a heterogeneidade e a dinâmica da língua e da vida cultural.

Novamente, não é possível pensar na língua sem a cultura. A língua expressa a cultura de um povo e a transmite a seus pares e aos seus descendentes com as devidas modificações, já que ela constitui um processo dinâmico e passa por constante ampliação do léxico. O contato que todos temos com outros idiomas (por meio de músicas, leituras ou convivência com pessoas estrangeiras) não pode ser banido ou proibido. Afinal, uma lei como a do deputado Aldo Rebelo, mesmo se aprovada, não conseguirá controlar o fluxo lexical com o qual trocamos informações constantemente e adotamos novas lexias que têm origem em línguas em constante intercâmbio.

Marilena Chauí (2000) afirma que a língua pode ser manipulada, visto que ela pode servir como meio de comunicação e informação confiável e também pode ser altamente persuasiva, em discursos políticos, em relação às ideologias etc., mas não da forma como o deputado Aldo Rebelo pensou em fazer, controlando a natureza dinâmica da língua. A linguagem é “uma

criação humana [...] ao mesmo tempo em que nos cria como humanos” (Chauí, 2000, p.185). Desse modo, também percebemos como a linguagem, por meio de suas manifestações, orais e escritas, pode indicar as diferenças entre culturas distintas.

Vejam os exemplos da unidade lexical “artilharia”, que chegou ao português do Brasil através do idioma francês. Dependendo da experiência de vida de cada falante, “artilharia” o remeterá a um significado diferente. Pode ser um conjunto de armas bélicas, corpo de artilheiros etc. Aliás, ressaltamos que esse item lexical apresenta, na edição eletrônica do *Houaiss* (2009), sete acepções; cinco delas são referentes ao militarismo e uma referente ao comportamento humano. Essas seis acepções foram encontradas na edição eletrônica do dicionário monolíngue francês-francês *Le Grand Robert de la Langue Française* (2001), porém uma das acepções encontrada na obra lexicográfica da Língua Portuguesa, talvez a mais lembrada pelos brasileiros fanáticos por futebol, não está relacionada no dicionário francês.

Ademais, ao considerarmos o dicionário como o depositário mais próximo do léxico de um país, encontramos, na edição eletrônica do *Houaiss* (2009), a seguinte acepção, bem conhecida dos brasileiros: “artilharia [...] FUTBB jogadores de ataque; linha de artilheiros, de ataque [...]”. Constatamos aqui que o empréstimo foi adotado originalmente do idioma francês em que não há essa acepção para *artillerie*. No entanto, os falantes da Língua Portuguesa atribuíram a esse item lexical um novo valor semântico imprescindível para nomear o grupo de ataque de um time de futebol. A palavra *ataque* remete-nos ao militarismo, ou seja, o traço sêmico entre essas unidades lexicais se mantém e esse novo comportamento semântico do lexema “artilharia” é condizente com os significados iniciais do referente.

Na França, o verbete *artillerie*, que consta na edição eletrônica do *Le Grand Robert de la Langue Française* (2001), apresenta as seguintes acepções, sem nenhuma referência ao futebol:

artillerie[arɛtʁijɛrɪ]n. f.ÉTYM. V. 1307; dér. de *artillier* «équiper, pouvoir d'engins», déb. XII^e, de *atillier* «arranger, ajuster» (sous l'influence de *art*), ou (Guiraud) du lat. *articulare*. Matériel de guerre comprenant les canons, obusiers, etc. (dits *pièces d'artillerie*; è **Affût, batterie, canon, engin, machine**,

mortier, obusier), et le matériel nécessaire pour leur service (è **Munition, projectile, train**). [...] **Fam.** Les armes et les munitions. [...] **Par métaphore.** a **Vx.** Matériel, provisions. [...] Corps de l'armée, arme qui est chargée du service de ce matériel.

Segundo Chauí (2000), a linguagem é “a forma propriamente humana da comunicação, da relação com o mundo e com os outros, da vida social e política, do pensamento e das artes” (p. 173). As diversas ferramentas da linguagem (englobando língua, fala e palavra) nunca estão sozinhas, estão inseridas em um contexto, se revestem de símbolos, significados e significações criados de acordo com os interesses de uma comunidade ou sociedade.

A análise feita nos revelou a importância dos estudos do léxico no que se refere ao comportamento linguístico de um povo em uma determinada época. Este estudo contribuiu para nos mostrar a influência cultural francesa na cultura brasileira, que surgiu com a *Belle Époque* tropical, no início do século XX, e em qual segmento ela ainda se faz presente nos dias atuais. Uma vez que a sociedade muda, também muda o léxico de acordo com a necessidade de nomear novos objetos e novas ideias. Analisando um dicionário, acervo lexical da comunidade linguística, percebemos que a influência francesa ainda se faz presente no Brasil.

A educação transmite ao indivíduo essas experiências de cultura através dos valores que passam de uma geração a outra, e o dicionário é um dos instrumentos de perpetuação desse saber. Assim, esperamos que haja mais autores interessados na produção lexicográfica no Brasil, posto que a lexicografia francesa tem muito a nos ensinar. Além disso, ressaltamos a necessidade de haver intercâmbios culturais cada vez mais constantes e em maior número, já que vivemos em um mundo continuamente integrado. Essa é mais uma forma de cuidado com a língua, um grande patrimônio, com suas transformações e influências.

REFERÊNCIAS

BERGOUNIOUX, Gabriel. *Aux origenes de la linguistique française*. Paris: Pockett, 1994.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001.

_____. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (Orgs.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Pontes, 2002. p. 65-82.

BLIKSTEIN, Izidoro. Crátilo e Hermógenes: motivação versus arbitrariedade do signo linguístico. In: QUEIROZ, T. A. (Ed.). *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, vol. 02, 1981. p. 27-37.

BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. In: _____. (Org.). *Cultura brasileira: temas e situações*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 7-15.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Língua e cultura. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (Org.). *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 113-126.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, Nelly. *O que é neologismo*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Empréstimos linguísticos*. São Paulo: Ática, 1989.

CHAUÍ, Marilena. O conhecimento. In: _____. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CHOMSKY, Noam. Novos horizontes no estudo da linguagem. *Delta* [online], 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501997000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 8 maio 2012.

COELHO, Braz José. *Linguagem: conceitos básicos*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

COSERIU, Eugênio. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

DUCROT, Oswald. Linguagem e representação. In: _____. *Estruturalismo e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 23-51.

FERREIRA, Manuela Barros. Língua e patrimônio: a palavra como lugar de onde se vê o mundo. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português: Brasil/Portugal*. Campo Grande-MS: Editora UFMS, 2008. p. 289-310.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LABOV, William. O estudo da língua em seu contexto social. In: _____. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LYONS, John. Linguagem e cultura. In: _____. *Linguagem e linguística*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. p. 273-299.

MANZOLILLO, Vito César de Oliveira. Algumas palavras sobre o empréstimo linguístico. *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: UFRJ, ano 7, n. 20, 2001. Disponível em: <[www.filologia.org.br/revista/artigo/7\(20\)03.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7(20)03.htm)>. Acesso em: 21 set. 2011.

MARTINET, André. *Elementos de linguística geral*. 10. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1985.

MILANI, Sebastião Elias. *Aspectos historiográficos-linguísticos do século XIX: Humboldt, Whitney e Saussure*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

NEEDELL, Jeffery D. *A tropical 'Belle Époque': elite culture and society in turn-of-the-century Rio de Janeiro*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1987.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élias. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. Tradução de Rosário Gregolin, Vanice Sargentini e Cleudemar Fernandes. São Carlos: Claraluz, 2006.

REBELO, Aldo. Projeto de Lei n.1676/1999. *Diário Popular*, 7/11/1999.

ROBERT, Paul. *Le Grand Robert de la Langue Française*. Paris: Le Robert, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, [1970] 2006.

SILVEIRA, Eliane Mara. Legislar sobre língua e sujeito. *Língua(s) e povos: unidade e diversidade*. João Pessoa-PB, v. 1, n. 1, p. 338-341, 2006.

WHITNEY, William Dwight. *A vida da linguagem*. Tradução de Marcio Alexandre Cruz. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

XATARA, Claudia. Estrangeirismo sem fronteiras. *Alfa*, São Paulo, v. 45, 2001. Disponível em: <<http://seer.flcar.unesp.br/alfa/article/viewfile/4191/3789>>. Acesso em: 21 set. 2011.

O léxico tupi na nomeação dos lugares goianos nos séculos XVII e XVIII

| Kênia Mara de Freitas Siqueira

*O povo, “senhor dos espaços públicos”,
por vezes adota critério próprio ao
conferir nomes aos lugares.*

(IBGE, 2008, p. 11)

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta, em linhas gerais, uma proposta de intersecção dos fazeres semasiológico e onomasiológico como perspectiva de análise para ilustrar a inter-relação entre língua e território mediados pelo nomeador que, no ato de escolha de um nome para determinado lugar, percorre caminhos próprios e bastante específicos de uma visão de mundo permeada quase sempre pelo contexto histórico, cultural e ambiental em que vive. Ao mesmo tempo em que nomeia, revela a intensa ligação do homem com o território que se constitui como seu lugar no mundo, seja físico ou cultural.

Nesse sentido, a despeito da base linguística tupi com que foram formados, os designativos dos lugares goianos de origem indígena formam um conjunto que pode ilustrar como os vínculos entre os primeiros habitantes e o território goiano foram se efetivando, muitas vezes, ao largo da influência portuguesa e mais voltados para o elemento autóctone e para os elementos geográficos dos primeiros tempos da então Província de Goiás.

Mesmo esclarecendo que muitos dos topônimos tupi tenham sido escolhidos (quando houve mudança de nomes, por exemplo, Torre Rio Bonito para Caiapônia) mais recentemente, no século XX, eles são reconhecidos como uma tentativa do denominador de buscar nos primeiros habitantes do território goiano a motivação para renomear os lugares que marcaram o início da história e a instauração de um processo de identificação com as especificidades do espaço geográfico ocupado pelos goianos.

Para a discussão, o referencial teórico forma-se a partir dos estudos de Dick (1990), Silva (2010), Couto (2012), Carvalhinhos e Antunes (2007), entre outros. Para as notas históricas, recorre-se ao SEPIN/SEPLAN (2010). Em relação às questões de natureza semântico-etimológicas, têm-se como base Sampaio (1928) e Tibiriçá (2009).

Quanto à metodologia de pesquisa, pode-se dizer que se trata basicamente de uma pesquisa de natureza documental, de abordagem qualitativa, para o levantamento dos dados, uma vez que a constituição/fundação dos “lugares” está registrada em documentos públicos e em levantamento histórico-geográfico. Procura-se também, quando possível, verificar e atualizar alguns dados por meio de pesquisa *in loco* em entrevistas com os moradores mais antigos dos respectivos municípios.

Além disso, ressalta-se o caráter pluridisciplinar do signo toponímico, já que, por meio dele, pode-se conhecer a) a história dos grupos humanos que viveram (e vivem) nos limites geográficos de Goiás; b) as especificidades da cultura e do ambiente do povo; c) o denominador, as relações estabelecidas entre os aglomerados humanos e o ecossistema; d) as características físico-geográficas da região (geomorfologia); e) estratos linguísticos de origem diferente do uso hodierno da língua ou mesmo de línguas já desaparecidas para se conhecer as motivações subjacentes aos respectivos topônimos.

A NOMEAÇÃO DOS LUGARES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INTERSECÇÃO DO FAZER ONOMASIOLÓGICO E DO FAZER SEMASIOLÓGICO

Os fatores envolvidos no processo de escolha de um nome para um determinado lugar são como catalisadores de uma série de aspectos advindos da relação língua/mundo que precisam ser elucidados para que se possa, assim,

pensar na elaboração ou reformulação de uma proposta metodológica para o estudo da toponímia goiana. A respeito dessa relação língua/mundo, é forçoso ressaltar que há duas posições básicas que se têm assumido na história da filosofia da linguagem: que a linguagem se interpõe entre o falante e o mundo e, dessa forma, o falante só tem acesso ao mundo mediado pela linguagem (Hjelmslev, 2003); segundo outra vertente, em sentido contrário é o falante que se interpõe entre o mundo e a linguagem. Nessa visão, o falante tem acesso direto ao mundo e cria a linguagem pelas práticas culturais de seu grupo. Essa questão interfere no ato de nomeação e está, de certa forma, relacionada a ele, já que a referencialidade¹ é um aspecto preponderante quando se intenta denominar os acidentes físico-naturais ou culturais.

Além da referencialidade, é preciso pensar o termo toponímico primeiramente como um componente do léxico da língua, que, por um percurso onomasiológico, converteu-se em locativo. Para tanto, convém pensar em duas distinções fundamentais situadas no fazer semasiológico e no fazer onomasiológico. Entendendo ambos como percursos que vão da palavra em busca de sua significação (semasiologia) e da coisa (biofato ou fato cultural) para o nome (onomasiologia), em outras palavras, trata-se de significação e nomeação respectivamente.

A primeira distinção, segundo Silva (2010, p. 29), refere-se ao fato de a semasiologia partir da palavra para analisar os diferentes sentidos a ela associados, e a onomasiologia ter no conceito o ponto de partida para investigar as diferentes palavras ou outras expressões que o designam. Assim, enquanto a semasiologia faz a descrição dos vários sentidos de uma palavra ou outra expressão, a onomasiologia analisa as expressões alternativas pelas quais determinado conceito ou determinada função são nomeados.

Para Silva (2010), a segunda distinção é a que envolve a oposição “entre aspectos de ordem estrutural ou *qualitativos* (entidades e suas relações) e os aspectos funcionais do uso ou *quantitativos* (diferenças de saliência)

¹ Para Lyons (1974, p. 429), “referência” é o termo moderno para as coisas denominadas ou significadas pelas palavras, pois, para o autor, “as palavras não ‘denominam’ nem ‘significam’ as coisas, mas se referem a elas”.

das estruturas lexicais tanto semasiológicas como onomasiológicas” (p. 29; grifos do autor).

De acordo com o autor, a onomasiologia é um método que se constitui no estudo das designações e tem como objetivo estudar os diversos nomes atribuídos a um conceito. Na onomasiologia, pode ser investigada toda a cultura popular de um país, podendo-se priorizar os aspectos sincrônicos ou históricos. Em relação à toponímia, os aspectos históricos são bastante reveladores do que subjaz à nomeação dos lugares.

Por seu turno, Couto (2012, p. 194) retoma a escola *Wörter und Sachen* (que afirmava que a linguagem surge como projeção de coisas; já a tendência humboldtiana de que é o inverso que ocorre, isto é, a linguagem cria o mundo) para indicar que, na combinação do percurso onomasiológico com o semasiológico, há evidências de que as duas maneiras de ver a linguagem são válidas para entender como se processa a nomeação dos lugares, pois o signo toponímico tanto pode ser criado, utilizando-se os mecanismos disponíveis de formação de palavras da língua, como convertido,² tendo em vista que se apropria de uma lexia virtual pela análise do objeto apreendido do mundo real e a converte,³ pelo uso repetido, em topônimo.

Pottier (1992) enfoca a questão considerando o ponto de vista do enunciador (nomeador) ou do interpretante. Assim, o fazer onomasiológico parte da intenção de dizer para o que foi efetivamente o enunciado; já o caminho inverso, do enunciado para sua interpretação, constitui o percurso semasiológico.

Segundo Baldinger (1966, p. 8), os fundamentos da elaboração dos dois métodos (semasiológico e onomasiológico) se constituíram por volta de 1900 e refletem o momento do primado da palavra sobre o do som:

[...] a semasiologia (3) e a onomasiologia – põem-se a serviço da lexicologia histórica, mas são atraídas, ao mesmo tempo, pela segunda tendência, a do primado da *estrutura*. A semasiologia, é certo, considera a palavra isolada no desenvolvimento de sua significação – enquanto a onomasiologia encara

² Pode-se entender esse mecanismo à maneira tradicional, como “conversão” de um nome comum em nome próprio.

³ Cf. Carvalhinhos (2002/2003, p. 172).

as designações de um conceito particular, vale dizer, uma multiplicidade de expressões que formam um conjunto. A onomasiologia implica, pois, desde o começo, uma preocupação de ordem estrutural. (p. 8; grifo do autor)

Em outras palavras, transfere-se o foco das investigações que passam do som à palavra, acentuando uma preocupação com a estrutura, própria das indagações onomasiológicas. Dessa forma, parte-se da noção para buscar (na língua) com qual expressão a língua designa tal conceito.

A onomasiologia, segundo Castilho e Carratore (1967), ganhou, no início do século XX, considerável impulso em razão do desenvolvimento da Geografia Linguística que se viu motivada a adotar e a desenvolver a onomasiologia, fato atribuído especialmente ao grande número de termos regionais recolhidos pelos inquéritos linguísticos que precisavam de um método capaz de elucidar toda a extensão e completitude dos meios de expressão usados pelo homem, sobretudo para nomear os lugares geográficos, já que o método onomasiológico não se restringe à simples catalogação alfabética dos termos.

A discussão sobre o processo de nomeação deve observar a intersecção do fazer onomasiológico e do fazer semasiológico, pois estes situam-se em níveis distintos do percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação. Nessa perspectiva, tem-se um percurso gerativo da enunciação que compreende os seguintes passos: (i) a percepção biológica dos objetos do mundo que se transformam em substâncias estruturadas pela inter-relação entre língua, população e território; em seguida, (ii) e a lexemização, que corresponde à produção de significação, isto é, a um processo que deixa o nível cognitivo e se converte em signo. É pela lexemização que as lexias são atualizadas no discurso realizado. O próximo passo é (iii) a produção discursiva, ou melhor, ocorre a contextualização e a atualização propriamente dita, determinada por uma situação do discurso e da enunciação. Esses parâmetros possibilitam explicar o processo de *conceituar* e o de *definir*.

Dessa maneira, o conceito situa-se em um nível pré-linguístico, como interpretação dos fatos naturais ou culturais, como uma lexia virtual, enquanto a definição está no plano semiótico, visto que, em princípio, é o resultado da interpretação de unidades lexicais.

Segundo Barbosa (1990), *conceituar* é construir um modelo mental que corresponda a um recorte cultural para escolher a estrutura lexical que melhor pode manifestá-lo. Já *definir* é analisar e descrever o semema linguístico para reconstruir o modelo mental, tendo como ponto de partida a estrutura linguística manifestada.

Vale ressaltar que ambos, o percurso do fazer onomasiológico e o percurso da produção de significação, inserem-se em âmbitos diferentes: o fazer interpretativo compreende um processo semasiológico; dito de outro modo, o fazer onomasiológico é uma unidade conceitual, enquanto a definição é o percurso do fazer lexicográfico.

O TOPÔNIMO COMO COMPONENTE DO LÉXICO

A toponímia se insere nos estudos onomásticos, que estão incluídos nos domínios da lexicologia; e trata do levantamento e estudo dos designativos dos lugares de um determinado território. A toponímia pode ser entendida também como estudo etimológico desses nomes de lugares. A análise dos topônimos, via de regra, costuma abranger os aspectos linguísticos, históricos e as circunstâncias geográficas e culturais da sua origem, pois considera que a denominação dos lugares advém de um processo político e cultural que merece uma abordagem que vá além do nome atribuído a uma localidade.

Dependendo do tipo de estudo, existem muitas maneiras de focar o objeto de estudo da toponímia, a saber: (i) descrição dos nomes dos lugares, levantamentos da etimologia do nome (tupi, português, outras línguas europeias), sua distribuição espacial, levando-se em conta as diversas escalas, desde lugares isolados como fazendas, municípios, regiões ou estados; (ii) uma pesquisa histórica, contextualizada em determinado período (por exemplo, a literatura dos viajantes na época da Província de Goiás, no século XIX) dos nomes dos lugares para traçar o dinamismo da denominação e renominação e os motivos e agentes político-culturais desse processo; (iii) correlação entre a toponímia e o mapa (carta cartográfica) para testar a legitimidade dos nomes; (iv) estudo da semântica dos nomes, interpretação do significado dos nomes dos lugares à luz da elucidação da motivação subjacente à escolha de um nome específico

em detrimento de outros, refletindo sobre o processo de construção de identidades e territorialidades em face do simbolismo e da iconografia do lugar.

Para Siqueira (2012), do ponto de vista linguístico, convém ratificar que o signo toponímico difere dos demais signos da língua pelo seu caráter motivado. Em outras palavras, o signo toponímico emerge de estreitas relações entre o significado do nome escolhido e o objeto nomeado, ou melhor, há motivações de diversas ordens que concorrem a escolha específica certo nome para um determinado lugar, seja um acidente físico natural ou um acidente antropocultural (a coisa nomeada).

Conforme Andrade (2009, p. 863), ainda que na língua o signo participe de uma natureza convencional, isso não se aplica ao caso da Toponímia, uma vez que

ela é norteadada pela função onomástica ou identificadora de lugares e tem caráter motivacional: a) intencionalidade que anima o denominador; b) origem semântica da denominação. É preciso aqui explicitar esse duplo aspecto da motivação toponímica que transparece em dois momentos distintos. O denominador, valendo-se de suas intenções e observações de ordem subjetiva ou objetiva, elege um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico. Em segundo lugar, considera-se a própria origem semântica da denominação. O significado é revelado de modo transparente ou opaco.

Carvalhinhos e Antunes (2007) veem a questão sob o prisma dos conceitos “naturalismo e convencionalismo”, porque os consideram ligados aos atuais conceitos de arbitrariedade e motivação que remetem a

dois pontos cruciais da definição do signo toponímico, que é a motivação – o signo, em função de topônimo, não pode ser considerado arbitrário como um signo comum – e, mais um ponto, tanto ligado aos nomes de lugar quanto aos nomes de pessoas (ainda que se lhes apresente de modo diferenciado), que é o esvaziamento semântico.

É provável que o estudo dos topônimos pareça, à primeira vista, um problema simples, para o qual haja também soluções aparentemente muito claras, em especial porque a pesquisa toponímica tem um caráter de questão já resolvida em relação a tantas outras questões linguísticas que ainda

esperam por respostas; mas, ao contrário do que parece à primeira vista, é necessário refletir sobre vários aspectos da linguagem (lexicais, morfológicos, semânticos, pragmáticos); aliás, Carvalhinhos e Antunes (2007) afirmam que “algumas destas questões já eram formuladas pelos gregos”. É preciso pensar na aplicação do nome aos lugares, pensar na peculiaridade de um signo linguístico quando está em função toponímica, para refletir sobre tantos fenômenos linguísticos com os quais se deparam os estudiosos de Onomástica.

Deve-se ter em mente ainda que, mesmo constituído em sua maioria, por nomes (classe nominal), o topônimo não contempla apenas essa classe gramatical. O signo toponímico não abrange apenas o nome de um lugar, mas o lugar como um todo, tudo o que está relacionado a ele, de uma forma ou de outra.

De modo geral, a literatura especializada designa o lugar denominado como “termo genérico”, acrescido ou complementado pelo “termo específico”. O termo genérico designa o acidente físico (rio, monte, lago) ou acidente cultural⁴ (rua, praça, bairro, setor). O termo específico é o topônimo propriamente dito; por exemplo, Rio Corumbá, em que o termo “rio” designa o tipo de acidente físico e o termo “Corumbá” é o nome (ou topônimo) de um rio específico que se localiza em Goiás. A posição dos termos (morfologicamente “morfemas”) no sintagma depende da sintaxe e da tipologia morfológica da língua. Se a língua aceita posições, os elementos podem ocorrer antes ou depois da base nominal escolhida.

A sintaxe do português prevê certa flexibilidade de posições no sintagma, embora haja, obviamente, uma posição denotativa para certas classes como a dos modificadores que variam sua posição (antes ou depois), mas que pospostos ao nome têm o sentido denotativo realçado. Entretanto, em geral, o português tem preferência por estruturas justapostas. Nesse sentido, é mais produtivo o genérico antepor-se ao topônimo, acompanhado ou não de conectivo: Morro do Cachimbo, Rio Maranhão. Os topônimos

⁴ Termo cunhado por Dick (1990) para designar os “lugares” construídos pelo homem.

compostos quase sempre ocorrem com as bases nominais ou verbais justapostas (Caldas Novas-GO, Acaba Vida-GO);⁵ as estruturas complexas seguem a sintaxe da língua (São Miguel do Passa Quatro-GO).

O elemento genérico pode ocorrer elipticamente, sobretudo quando se tratar de aglomerados humanos. Assim, em situações de homonímia, não é necessário dizer apenas o nome da cidade; o genérico entra como elemento para desfazer eventuais ambiguidades: o estado de São Paulo em oposição à cidade de São Paulo. Em relação ao tupi,⁶ por apresentar uma estrutura diferente do português, muitos elementos se aglutinam quando formam o composto (Ipameri-GO: do tupi *upaba* ‘água de mosca de lago’ + *mberu* ‘mosca’ + ‘y’ ‘água’, ‘lagoa pequena’). A esse respeito, Rodrigues (2010, p. 18-19) afirma que

as línguas tupi-guaranis mencionadas apresentam elementos de todos os tipos: isolante, aglutinante, flexivo e incorporante [...] o tipo aglutinante dessas línguas em geral se vê não só no grande número de sufixos e prefixos nominais e verbais, mas também na faculdade de construírem os falantes sintagmas complexos impressionantes, combinando vários sufixos numa ordem bem estabelecida.

Não apresentam o tipo aglutinante exatamente, mas apresentam evidência de traços aglutinantes.

Para Carvalhinhos e Antunes (2007), o signo linguístico, em função toponímica, pode apresentar alguns fenômenos semânticos, tais como o esvaziamento que conduz à opacidade (comum aos antropônimos) e à fossilização ou cristalização do nome.

Segundo Dick (1990), o esvaziamento semântico se dá porque o significado do nome escolhido, que, no ato de nomeação era claro e transparente (conhecia-se sua motivação), com o passar do tempo torna-se “opaco”, em

⁵ Trata-se de três povoados localizados em Goiás ao lado das serras do Cafundó e do Rola Égua: *Acaba Vida*, *Acaba Vidinha* e *Acaba Vidão*.

⁶ Para Noll (2010), o tupi desempenha, na tradição brasileira, papel parecido com o latim e o grego antigo nas ciências, isto é, representa uma fonte virtual, um depósito de raízes lexicais produtivo para se formar e até criar topônimos.

virtude do distanciamento temporal do evento de nomeação. Ainda que ocorra o esvaziamento do significado, mantêm-se esses nomes, o que torna o topônimo um “fóssil linguístico”. Em outras palavras, a opacidade pode surgir em razão do desconhecimento da língua em questão (especialmente, os topônimos goianos de origem tupi). Isso dificulta a decodificação do termo; ainda pode ocorrer, com o passar do tempo, a “sobreposição de camadas linguísticas que ocasionam a não transparência do nome”. Assim, depreender os elementos mórficos do termo ajuda na recuperação do significado original. De acordo com Carvalhinhos e Antunes (2007), “sob a casca oca do significante restam vestígios (semas) que, devidamente tratados, podem completar o percurso de decodificação”.

O conceito “fossilização”⁷ abrange uma interessante propriedade do signo toponímico: ao estabilizar-se, o topônimo linguisticamente não muda mais, cristaliza-se, conserva-se inalterado morfológica e foneticamente. Inclusive pode manter morfemas não mais usados na língua hodierna.

OS TOPÔNIMOS GOIANOS DE ORIGEM INDÍGENA: OS FATOS SUBJACENTES À ESCOLHA DOS NOMES DA PROVÍNCIA DE GOIÁS

A História de Goiás começa a se desenhar no fim do século XVII e início do XVIII, com a descoberta das minas de ouro e a conseqüente chegada da primeira leva de incipiente população, os bandeirantes vindos de São Paulo, atraídos pela provável abundância desse metal. Alguns municípios surgiram das primeiras povoações da então Província de Goiás, aproximadamente em 1683 ou, posteriormente, no século XVIII, durante o ciclo do ouro em Goiás.

Por volta de 1647, Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhanguera – chegou às cabeceiras do Rio Vermelho e fez contato com alguns índios conhecidos como “Goyá”. Já em 1726, seu filho de mesmo nome, em outra bandeira, fundou o Arraial da Barra (Buenolândia) e, no ano seguinte, os de Ouro Fino, Ferreiro e Sant’ana, este daria origem a Vila Boa (hoje Cidade de Goiás),

⁷ Fixação do significado motivado à maneira de um revestimento que inibe os processos polissêmicos próprios dos nomes comuns.

antiga sede administrativa da Capitania de Goiás. Tanto a província como a cidade receberam o nome “Goiás” em razão da lendária⁸ população de índios goyá (do tupi corr. *Guayá*, c. *guá-yá* ‘o indivíduo semelhante, parecido, ou gente da mesma raça’ ou, conforme documentos antigos, *guayás* e *guayazes* para designar uma nação selvagem que vivia em Goiás antes das bandeiras).

Ainda que a nação goyá não tenha sua existência comprovada cientificamente, esse termo (goyá) serviu de matriz para a formação de vários topônimos, seja na época das bandeiras, durante a ocupação da região, seja posteriormente, já no século XX. Assim, surgiu Goiandira (do tupi corr.

Guayá, c. *guá-yá* ‘o indivíduo semelhante’ + -dira elemento desconhecido), habitada primitivamente pelos Kayapó, depois tomada, em 1800, por Tomás Garcia com o nome de Campo Limpo. No entanto, Goiandira só foi se desenvolver com a chegada dos trilhos da estrada de ferro por volta de 1915.

Goianésia também tem sua origem datada em 1857, num lugar entre Jaraguá e Pirenópolis, chamado Calção de Couro, por ser banhado por um córrego com o mesmo nome. O topônimo, no entanto, é uma referência à cidade mineira de Guaranésia, onde nasceu Laurentino Martins, fundador da cidade.

Em relação a Goiatuba⁹ (do tupi corr. *Guayá*, c. *guá-yá* ‘o indivíduo semelhante’ + *-t(i) ubá* ‘abundância, coletividade’), pode-se dizer que os primeiros aglomerados humanos deram-se em 1860 quando antigos bandeirantes seguiram para o oeste em busca de ouro e pedras preciosas e quando pessoas vindas de Minas Gerais se fixaram no território para se dedicar à criação de gado.

Já Goiânia, Goianira e Goianópolis são mais recentes; esta última tem suas primeiras edificações em 1928, conhecida como “Currutela”, enquanto

⁸ Lendária porque, segundo Quintela (2006, p. 47), “desde a criação da Capitania de Goiás, a nação dos Goyases somente existia como uma vaga lembrança no imaginário coletivo”. De acordo com a etimologia, “goyá” é apresentado como contraparte ao termo “tapuia”, também de origem tupi, este para se referir a qualquer povo indígena de procedência não tupi, ou seja, aqueles que falavam línguas de outros troncos linguísticos, sobretudo as línguas do Macro-jê. Já o termo “goyá” se referia à gente da mesma etnia tupi, parecido, indivíduo semelhante aos tupis.

⁹ Cf. SEPIN/SEPLAN (2010).

Goianira data de 1920 e Goiânia tem sua fundação em 1937, construída para abrigar a nova sede administrativa do estado de Goiás.

Outras cidades goianas,¹⁰ com nomes de origem tupi, tiveram seus primeiros aglomerados urbanos ainda nos séculos XVIII e XIX: Aragarças, Anicuns, Aruanã, Caiapônia, Corumbá de Goiás, Corumbaíba, Crixás, Cumari, Iaciara, Inhumas, Ipameri, Itaberaí, Itapirapuã, Itarumã, Itauçu, Itumbiara, Jaraguá, Jataí, Mairipotaba, Mambaí, Piracanjuba, Porangatu.

Os primeiros garimpeiros chegaram à região de Aragarças em 1872, vindos de Mato Grosso e ameaçados pela tribo que habitava o lugar, os Bororo. O topônimo é formado pela aglutinação de “Araguaia”, em cuja margem se situa, com “Garças”, seu afluente, que faz confluência no lugar.

Anicuns deve seu surgimento à mineração, pois a abundância de ouro na região fez convergir para o lugar os primeiros habitantes; mais tarde, o solo fértil propiciou o cultivo da terra e a criação de gado. O locativo “Anicuns” deve-se à tribo indígena Guanicuns que habitava a região e ornava-se com a plumagem dos pássaros de mesmo nome, que se destacavam pelo porte, peso e comprimento de suas asas.

Um presídio militar, cuja construção ocorreu em 1850, deu origem a um incipiente povoamento próximo à confluência do Rio Vermelho com o Rio Araguaia. Muitas etnias habitavam o território e entre elas destacavam-se os Karajá (que ainda habitam a região). Para homenagear a imperatriz, o lugar recebeu o nome de “Leopoldina”; com a chegada de religiosos, passou a se chamar “Santa Leopoldina”, mas, com a emancipação a vila, em 1868, volta a denominar-se “Leopoldina”. Em 1939, tornou-se “Aruanã”, nome de um peixe abundante na região.

A região habitada pelos Kaiapó foi devassada pelos mineiros em busca do ouro. Com a construção de uma igreja em louvor ao Divino Espírito Santo, em 1845, surgiram as primeiras casas do então povoado de Torres do Rio Bonito; depois, em 1911, apenas Rio Bonito. Em 1943, seu nome é

¹⁰ Ainda surgiram, no século XVII e no XVIII, as povoações de Meia Ponte (Pirenópolis), Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Bonfim (Silvânia), entre outras, que são objeto de análise do estudo sobre a toponímia goiana na *Literatura de viagem* dos naturalistas do século XIX.

mudado para “Caiapônia” (do tupi *caá-y-póra* + *-(a)nia*, variação do sufixo nominal do latino *-a#nus*, *-a#na* que se documentam em nomes e modificadores com as noções de proveniência, origem, entre outras) em lembrança aos primeiros habitantes da região.

Corumbá de Goiás (sm. do tupi *curú-mbá* ‘seixos esparsos, cascalho raso’) e Corumbaíba (Corumbá + corr. do tupi *-yba*, *yb-á* ‘o que nasce da árvore, o fruto’) surgiram respectivamente em 1731 e 1885, a primeira como polo de mineração no Rio Corumbá e no Ribeirão Bagagens, a segunda, como ponto forçado de passagem de viajantes vindos de São Paulo (ou de outras partes do país) para Vila Boa, capital da província de Goiás.

O início do povoamento da cidade de Crixás deu-se ainda em 1726, com a passagem da bandeira de Bartolomeu Bueno Filho ao descobrir ricas minas de ouro naquele lugar. No entanto, a região já era habitada pelos índios da etnia “Kirirá” ou “Curuchá”, adaptado em tupi para “Crixás”.

“Sesmaria das Rosas”, posteriormente conhecida por Samambaia, caminho de passagem para os que se dirigiam a Vila Boa, tornou-se, em 1908, “Cumari” (adj. corr. tupi *cu-mbori* ‘que excita a língua’), em virtude da planta nativa de mesmo nome abundante na região.

Por volta de 1881, um escravo de nome Miguel Cardoso da Conceição promoveu uma ladainha em louvor a Santo Antônio; a partir de então, os festejos se tornaram frequentes, dando origem ao povoado de “Boa Vista”, mais tarde “Iracema”, em 1887, elevado a distrito com o topônimo “Iaciara” (do tupi *jassy-ara* ‘nome próprio’).

Em relação aos topônimos Inhumas e Ipameri, tem-se respectivamente: o primeiro surgiu em 1858, com a Fazenda Goiabeiras (árvore frutífera abundante na região); em 1886, atraídos pela fertilidade das terras, o lugar recebeu os primeiros moradores, mas somente em 1908 passou a ser chamado “Inhumas” (do tupi *nhã-um* com anteposição do artigo “a” ‘ave preta’), em razão da ave que, com seu canto, traz nostalgia às margens dos ribeirões da região. Já Ipameri, antes “Vai-vém”, depois “Entre Rios”, tornou-se “Ipameri” (sm. do tupi *upaba* ‘água de mosca de lago’ + *mberu* ‘mosca’ + *‘y’* ‘água’, ‘lagoa pequena’) em 1904, mas os moradores consideram que o termo significa ‘entre águas’ ou ‘entre rios’.

Itaberaí, Itapirapuã, Itarumã e Itauçu (os “itá”) surgiram entre 1755 e 1892. Esses locativos apresentam a base tupi *ita* ‘pedra’ e remetem a aspectos naturais ou subjetivos, especificando o termo “pedra”, respectivamente: (*itabera-y* ‘rio de pedra luzente’); (*itá-apyra-puama* ‘ponta de pedra’); (*itá-r-u-ymã* ‘antigo bebedouro de pedra’) e (*ita-ussu* ‘pedra grande’).

Por volta de 1824, foi aberta uma estrada para ligar Anhanguera-GO a Uberaba-MG, com o nome de “Itumbiara”. Foi instalado um posto de arrecadação à margem do Rio Paranaíba, onde surgiu o povoado “Porto de Santa Rita”, depois apenas “Porto”. A partir de 1943, com a emancipação, o topônimo da cidade passou a ser o mesmo da estrada, isto é, “Itumbiara” (do tupi *ytu-embé-ara* ‘cachoeira que cai pelas bordas’). Para os moradores, o termo significa “caminho da cachoeira”.

O início do povoamento de Jaraguá se deu no século XVIII pelos faisca-dores que acorreram ao Córrego dos Jaraguás atraídos pelo prenúncio da riqueza aurífera do lugar. A construção da capela em louvor a Nossa Senhora da Penha impulsionou o crescimento do arraial que teve como primeiro nome “Nossa Senhora da Penha de Jaraguá”; depois, apenas Jaraguá (do tupi *yara-guá* ‘ponta proeminente, dedo de Deus’), nome de planta de fibras têxteis.

Diferentemente dos demais municípios fundados em decorrência da extração do ouro em Goiás, Jataí (do tupi *y-a-ataí* ‘árvore de fruto duro’, designa também uma espécie de abelha) teve seus primeiros núcleos populacionais relacionados à expansão de gado em 1836, primeiro uma fazenda às margens do Rio Claro, posteriormente, uma capela em louvor ao Divino Espírito Santo de Jataí, mais tarde o distrito de Paraíso de Jataí.

Tanto Mairipotaba como Mambai surgiram na segunda metade do século XIX. Mairipotaba (do tupi *mairy* ‘a grande população’ + *taba* ‘do tupi geral ‘o povoado, o arraial’) desenvolveu-se em torno da estação telegráfica criada pelo governo da União em 1892. Mambai surgiu próximo ao Córrego Riachão, primeiro topônimo do município, alterado por documento desconhecido para “Mambai” (do tupi *amambai-y* ‘rio das samambaias’).

O povoamento de Piracanjuba (do tupi *pirá-acan-yuba* ‘peixe de cabeça amarela ou dourada’) teve início por volta de 1830 com o objetivo de se estabelecer um pouso para facilitar as relações comerciais entre Goiás, Minas

Gerais e São Paulo. O topônimo está relacionado à lenda indígena que relata a história de dois jovens, o cacique Piracan e a filha de seu inimigo, Jubara, cujo amor proibido fez com que ambos se atirassem ao rio. Nas águas do mesmo rio, surgiu um peixe até então desconhecido; assim, o peixe e o rio receberam o nome de Piracanjuba.

Nas primeiras notícias de povoamento em Porangatu, consta a existência da fazenda Pindoreira, uma “Colônia de índios” fundada pelos padres da Companhia de Jesus. Posteriormente, no século XVIII, surgiu um núcleo urbano cujo topônimo era “Descoberto”, também relacionado às descobertas de ouro. Em 1943, passou a denominar-se “Porangatu” (do tupi *poran* + *gatu* ‘bela passagem’).

Os demais municípios com designação toponímica de origem indígena foram fundados no século XX, às vezes com nomes não tupis. Após a emancipação política, por processo deliberado de escolha, buscaram no léxico tupi uma base para compor seu nome (Divinópolis para Panamá, Bota Fumaça para Paraúna), a que Rodrigues (2010) refere-se como tupi tardio. A escolha dos nomes nem sempre se dá por referência a um ou mais elementos motivadores do mundo físico natural, mas, muitas vezes, pela harmonia fonética ou pela inspiração em nomes de outros municípios brasileiros, como Guarani de Goiás e Ipiranga de Goiás.

No entanto, quando se escolhe uma matriz lexical,¹¹ cujos elementos naturais, como o nome de um peixe ou mesmo de um rio, ainda figuram entre os diversos tipos de agentes motivadores dos nomes dos lugares goianos – como exemplo Aporé, Buriti (Alegre, de Goiás, Buritinópolis), Caçu (Alçaçuz),¹² Cumari, Mutunópolis, Paraúna, Piranhas, Taquaral, Uirapuru, Uruaçu, Urutaí –, pode-se considerar que a inter-relação *homem e meio ambiente* ainda se baseia em intensa ligação, pois esses topônimos de origem tupi revelam grande apreensão do mundo físico natural a partir da qual são nomeados os lugares.

¹¹ Cf. Carvalhinhos e Antunes (2007).

¹² *Glycyrrhiza glabra*: planta medicinal da família das leguminosas usada como expectorante.

Convém ressaltar que esse conjunto toponímico, formado já no século XX, é objeto de estudo de outra pesquisa, dada a limitação de espaço neste capítulo. Dessa forma, algumas considerações acerca de aspectos linguísticos (fonológico, morfológico e sintático) dos topônimos criados tardiamente, usando matrizes tupi, podem ser antecipadas porque, de certa forma, apresentam processos de formação semelhantes aos dos nomes dos lugares que já existiam à época do que se convencionou chamar “Ciclo do ouro em Goiás”.

Segundo dados do SEPIN/SEPLAN (2010), o ciclo do ouro em Goiás foi intenso, mas breve. Em pouco tempo (pouco mais de 50 anos), exauriu-se o metal e a conseqüente decadência veio depressa.¹³ Provavelmente porque só se explorou o ouro de aluvião, ou seja, das margens dos rios, e a técnica empregada era rudimentar.

Goiás desmembrou-se da capitania de São Paulo, em 1749, para tornar-se uma capitania independente. Confirmada a decadência do ouro, várias medidas administrativas foram tomadas pelo governo sem, entretanto, alcançar resultados satisfatórios.

O fato é que a economia do ouro, baseada no extrativismo, não encontrou de imediato um produto, com vantagem econômica, que a substituísse. A decadência do ouro afetou a sociedade goiana, sobretudo na forma de ruralização e regressão a uma economia de subsistência. O processo de independência em Goiás se deu gradativamente.

A formação das juntas administrativas, que representam um dos primeiros passos neste sentido, deu oportunidade às disputas pelo poder entre os grupos locais.

Goiás só conseguiu o esperado avanço econômico a partir de 1940, impulsionado pela construção de Goiânia, pela campanha nacional da Marcha para o Oeste, que culmina, na década de 1950, com a construção de Brasília e o desbravamento do Mato Grosso goiano, fatos que imprimem um ritmo mais acelerado ao progresso de Goiás.

¹³ Durante o período da mineração, muitas cidades prósperas sucumbiram em ruínas, como Traíras, por exemplo.

A ocorrência de ouro em alguns cursos d'água fez com que surgissem as primeiras cidades de Goiás: Vila Boa, Meia Ponte, Santa Cruz, Traíras, Bonfim. Esse metal constituiu o primeiro elemento desencadeador do povoamento da região central do Brasil.

Com o advento da Estrada de Ferro Goiás, no início do século XX, pode-se dizer que um novo hilo se formou. Em torno das recém-inauguradas estações da ferrovia, iam surgindo edificações até tornarem-se distritos e, daí por diante, atingirem a sua emancipação, tornando-se municípios. O conjunto toponímico da região sudeste de Goiás, conhecida como Região da Estrada de Ferro, guarda muitas reminiscências desses hilos, preservando na memória as motivações que fizeram com que o denominador escolhesse tal nome para determinado lugar. Muitos desses nomes evidenciam a recorrência ao tupi como fonte virtual para a formação dos designativos toponímicos que então se formaram.

São municípios fundados nas primeiras décadas do século XX: Aporé (1926),¹⁴ Araçu (1911), Buriti Alegre (1910), Goianápolis (1928), Goianira (1920), Guapó (1905), Guarani de Goiás (1919), Itapaci (1924), Itapuranga (1933), Moiporá (1930), Paranaiguara (1930), Paraúna (1900), Uruaçu (1910), Uruana (1938) e Urutaí (1915).

O topônimo “Aporé” substituiu a antiga denominação do povoado “Araraial do Corrente”, do tupi a + *pari* ‘rio do peixe’.¹⁵ O topônimo “Araçu”, do tupi *ara* ‘nome genérico para aves da família dos papagaios’ + -(a) *çu* ‘grande, considerável’, porém os moradores consideram o significado ‘terra grande’.

O locativo “Buriti” (Alegre) surgiu do tupi *mbîriti*, nome da palmeira *Maurilia vinifera*, a mais comum no Brasil. Goianápolis e Goianira foram tratados acima; já o topônimo “Guapó” vem do tupi como reinterpretação de *ygapó* (-ré) ‘banhados distintos, separados’, nome de um cipó do Norte do Brasil.

¹⁴ Data referente aos primeiros aglomerados humanos no lugar que posteriormente viria a se tornar um município.

¹⁵ Sampaio (1928, p. 145) não atesta essa raiz nem seu significado, mas sim *pari* ‘cerca feia de canas para apanhar peixe, o cofo, o curral de peixe’.

Para Guarani (de Goiás), etnônimo, “povo que ocupava originalmente o litoral atlântico do Brasil e a Bacia da Prata”, obviamente a escolha do nome tem como referência outras cidades do Brasil com o mesmo topônimo, Guarani das Missões no Rio Grande do Sul, Guarani d’Oeste em São Paulo e povoação à margem direita do Rio Acre.

Os topônimos “Itapaci” (antes Água Fria) e “Itapuranga” (antes era designado Xixá) são formados a partir da matriz tupi *ita* ‘pedra’, respectivamente; *itá* + *-apassé* ‘pedra deslocada’, os moradores consideram o significado ‘pedra bonita’; *itá* + *-poranga* ‘pedra bonita’;¹⁶ os itapuranguenses consideram o significado ‘pedra vermelha’ e ‘lugar de pedras bonitas’.

O locativo “Moiporá” é a junção de *mboi* (*-piranga*) ‘vra. de cobra vermelha’ + *y-poranga* ‘rio bonito’ (Iporá, cidade próxima a Moiporá). Moiporá é a nova denominação do antigo Arraial Cobó.¹⁷

Paranaiguara remonta ao tupi *paranahy* + *guaba* ‘bebedouro do Rio Paranaíba’.¹⁸ Sobre o topônimo “Paraúna”, tem-se: do tupi *pará* + *una* ‘rio negro’. Em Uruaçu, Uruana e Urutaí tem-se respectivamente a junção da base tupi *u’ru* ‘nome comum das galiformes no tupi, ave conhecida’ + *-Açu* ‘grande, considerável’, assim Uruaçu ‘pássaro grande’; *uruã* vem da contração de *uruanga* ‘sombra do uru, abrigo do uru’; para Urutaí, tem-se: do Tupi *u’ru*, nome comum às aves galiformes da família dos fasianídeos, também, ave voraz, uma das modalidades do nome urubu + (es) ta + (a)í.

Responder à questão “o que motivou a opção pelo léxico tupi no ato de nomeação” ainda requer mais pesquisas, já que os demais topônimos goianos de origem tupi surgiram após 1940 e as razões da escolha do tupi como matriz para a criação do locativo ainda permanecem à espera de respostas. São eles: Acreúna (1961), Aragoiânia (s/d), Araguapaz (1961), Buriti de Goiás (1962), Buritinópolis (1992), Campinaçu (1963), Caturai (1940),

¹⁶ Sampaio (1928, p. 147) registra *porangaba* ‘beleza, a formosura’.

¹⁷ Nome de facão sem cabo usado pelo pioneiro contra os credores que se arriscassem a lhe cobrar alguma dívida.

¹⁸ Conforme Sampaio (1928, p. 144), *paranhyba* é “grande rio impraticável ou inavegável”.

Guaraíta (1975), Guarinos (1988), Itaguari (1971), Itaguaru (1946), Itajá (1947), Jaupaci (1950), Jussara (1945), Matrinchã (1987), Minaçu (1975), Mutunópolis (1950), Nova Crixás (1983), Nova Iguaçu de Goiás (1991), Panamá (1943), Piranhas (1948), Rubiataba (1945), Taquaral (1963), Uirapurú (1993).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As breves ilustrações apresentadas, longe de levar a uma conclusão, revestem-se de novas indagações acerca da intrincada inter-relação *língua*, *população* e *território*, no que concerne ao ato de nomeação dos lugares e às motivações a ele subjacentes.

O percurso do fazer onomasiológico e o percurso da produção de significação inserem-se em direções diferentes: o fazer interpretativo perfaz um processo semasiológico; o fazer onomasiológico é uma unidade conceitual; já a definição é o percurso do fazer lexicográfico. Entretanto, ao conceituar, é necessário construir um modelo mental que, em primeira instância, corresponda a um recorte cultural para a escolha da estrutura lexical que melhor possa expressar a percepção biológica do fato que se deseja ao analisar e descrever.

Assim, os topônimos goianos de origem indígena representam, até certo ponto, o recorte cultural apreendido pelo denominador durante a consolidação dos primeiros aglomerados urbanos, o prenúncio da urbanidade em Goiás. Representam também a estreita ligação entre as primeiras levas populacionais e a exuberante paisagem do sertão em que se viram imersos: os rios caudalosos, as serras douradas, a descoberta do ouro e o contato com os autóctones.

Nesse sentido, a escolha dos nomes dos lugares goianos, quando recai sobre um nome de origem tupi, tem sua motivação tanto em elementos físicos naturais – uma pedra, um aspecto da paisagem, um animal presente em determinado *habitat*, um rio – quanto em elementos de ordem mais subjetiva como a beleza do lugar, a impressão do denominador sobre o ambiente. Os topônimos também tentam trazer à lembrança os primeiros habitantes

de tribos indígenas do estado, tais como Crixás, Kaiapó e Guanicuns, porém não são as línguas faladas por eles que lhes servem de etnônimo, mas a língua tupi, uma das duas línguas faladas pelos bandeirantes, os primeiros a darem nomes aos lugares goianos.

No entanto, em consonância com o que diz Rodrigues (2010), por um lado, os nomes próprios de lugares não têm sua origem exatamente em uma das duas línguas gerais faladas à época do Brasil Colônia. Eles foram criados mais tarde, quando a língua geral já deixava de ser falada. Por outro lado, retomando Noll (2010), o tupi desempenha, na tradição brasileira, um papel semelhante ao do latim e do grego antigo nas ciências, pois representa uma fonte virtual, um depósito de raízes lexicais produtivo para se formar e até construir topônimos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos. O estudo dos nomes no contexto da BR Belém-Brasília: análise das fichas lexicográficas-toponímicas. *Anais do XIII CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil, p. 863, 2009.

BALDINGER, Kurt. Semasiologia e onomasiologia. *Alfa*, n. 9, p. 7-36, 1966.

BARBOSA, Maria Aparecida. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In: Simpósio Latino-Americano de Terminologia. *Anais...* Brasília, 1990.

BRUNHES, Jean. *La géographie humaine*. Paris: Alcan, 1925.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). *Revista da USP*, São Paulo, n. 56, p. 172-179, dez./fev. 2002-2003.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. *Princípios teóricos de toponímia e antroponímia*: a questão do nome próprio. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Rio de Janeiro: CiFEFIL, 2007. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/09.htm>>. Acesso em: 16 set. 2012.

CASTILHO, Ataliba T.; CARRATORE, Enzo del. *A onomasiologia no léxico e na sintaxe*. 1967. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/alfa/article/download/3301/30>. Acesso em: 12 out. 2012.

COUTO, Hildo Honório do. Onomasiologia e semasiologia revisitadas pela ecolinguística. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 183-210, jul./dez. 2012. Disponível em: <relin.letras.ufmg.br/revista/english/upload/20207-HildoCouto.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2013.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

GOIÁS. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informações Socioeconômicas/ SEPIN/ SEPLAN – Gerência de Estatística Socioeconômica. Goiânia, Goiás, 2010. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

HJEMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílio: indicadores sociais*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

NOLL, Volker. O papel do tupi na formação do português do brasileiro. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 81-104.

POTTIER, Bernard. *Semantique générale*. Paris: PUF, 1992.

QUINTELA, Anton Corbacho. Os índios “goyá”: os fantasmas e nós. *Revista UFG*, Goiânia, n. 1, p. 44-48, 2006.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In: NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 27-47.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928.

SILVA, Augusto Soares da. Palavras, significados e conceitos: o significado lexical na mente, na cultura e na sociedade. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e Cognição*, n. 41, p. 27-53, 2010. Disponível em: <www.uff.br/cadernosdeletrasuff/41/artigo1.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2013.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. Nos trilhos da estrada de ferro: reminiscências de motivações toponímicas. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, v. 1, n. 32, p. 150-170, 2012.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. São Paulo: Traço, 2009.

Léxico rural e léxico urbano: interpenetrações necessárias?

| Luciene Gomes Freitas Marins

| Aparecida Negri Isquerdo

PRELIMINARES

Sabe-se que a língua é um organismo vivo, sujeito a constantes alterações que ocorrem ao longo do tempo, ocasionadas por fatores internos e externos ao sistema linguístico. Nessa perspectiva, o português (galego-português) falado na Península Ibérica (século IX), bem como aquele renovado por Camões (século XV)¹ e, posteriormente, transplantado pelo colonizador português para o território brasileiro (a partir do século XV) não é o mesmo, uma vez que a língua portuguesa, no decorrer dos séculos, sofreu profundas alterações, em virtude, sobretudo, de interferências motivadas por fatores históricos, sociais, econômicos e culturais relativos aos territórios onde essa língua foi se instaurando.

¹ Para este estudo, consideramos a periodização apresentada por Haug (1994, p. 19-22), na obra *História da Língua Portuguesa: I. Séculos XII, XIII e XIV*, que divide a história da língua portuguesa em três fases: Época pré-histórica (das origens até o século IX), Época proto-histórica (do século IX ao século XII) e Época histórica (do século XII em diante).

No Brasil, é fato assente que o contato entre a variante do português trazida pelo colonizador e as inúmeras línguas indígenas faladas pela população autóctone resultaram numa modalidade linguística ainda mais rica em razão da diversidade. Essas influências podem ser percebidas, em especial no léxico, que é o nível da língua que melhor reflete as transformações socioeconômicas e políticas ocorridas em uma sociedade. Por isso, o estudo do léxico pode ser entendido também como um mecanismo de busca de identidade, que pode desvelar peculiaridades da norma linguística de cada grupo, que se diferencia sob vários aspectos, dentre outros, o espaço geográfico e os condicionantes sociolinguísticos, como profissão, idade, escolaridade, além dos aspectos culturais e históricos da localidade onde o falante reside ou viveu parte da sua vida.

Assim, as discussões sobre norma linguística são fundamentais para a compreensão do fenômeno da variação que se manifesta em determinadas comunidades de fala. Entende-se aqui norma na perspectiva coseriana, ou seja, como a maneira simplesmente normal e tradicional de uso da língua em uma dada comunidade (Coseriu, 1978, p. 94). Ora seguindo os padrões habituais impostos pela gramática normativa, ora utilizando as diversas possibilidades oferecidas pelo sistema linguístico, o usuário da língua manifesta a norma habitual utilizada no cotidiano dos falantes de acordo com o grupo a que pertence e o local onde vive (Lucchesi, 2004, p. 64).

A norma linguística, longe de ser vista como algo homogêneo, caracteriza-se pela heterogeneidade que se manifesta no uso concreto da língua, motivada especialmente por fatores externos que condicionam a variação e que possibilitam o seu exame na perspectiva da pluridimensionalidade, considerando fatores como o diatópico; o diassexual; o dia-geracional; a diastrática; a diafásica; a diarreferencial, a dialingual, como atesta Thun (2005).

Dentre os fatores espaciais, situa-se a clássica oposição historicamente estabelecida entre ambiente urbano e rural, oposição esta que, na linguística, abriga também elementos de cunho social que, além do espaço, estabelecem contrastes entre esses dois ambientes, dentre eles, o nível de escolaridade, a profissão, as atividades econômicas e os hábitos de vida (alimentação, lazer,

entretenimentos). Enfim, fatores diversos que interferem na “maneira como se fala” em uma dada comunidade linguística.

Nesse sentido, este artigo discute aspectos da relação espaço rural/urbano no nível lexical,² buscando identificar a existência de um possível *continuum* quanto às marcas de urbanização e de ruralidade no léxico dos habitantes das capitais e de algumas cidades do interior da Região Centro-Oeste. Procura-se, ainda, identificar interferências de fatores extralinguísticos na forma dos centroestinos nomearem um mesmo elemento da realidade. Para tanto, o estudo examina dados geolinguísticos documentados pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB) e retoma resultados obtidos por Marins (2012), que discutiu aspectos da relação espaço rural/urbano no vocabulário dos habitantes da Região Centro-Oeste. A fundamentação teórica baseia-se em constructos teóricos específicos de subáreas da Linguística, como a Lexicologia, a Dialectologia e a Geolinguística, e de áreas afins das Ciências Humanas: Geografia, Sociologia, História, dentre outras.

FORMAÇÃO RURAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Não é demais lembrar que o Brasil configura-se como um país de base rural. Nos primeiros séculos de colonização, em especial nos séculos XVI e XVII, o território era pacato, habitado apenas por indígenas e pelos poucos lusos que aqui se instalaram; a economia pautava-se basicamente na extração da madeira do pau-brasil, nomeado “pelos índios de Ibirapitanga (pau-vermelho) e, pelos portugueses, de Brasil” (Aguiar; Pinho, 2007, p. 2), designação essa que, posteriormente, motivou o nome do topônimo Brasil.

Outra atividade econômica representativa do Brasil Colônia foi o cultivo da cana-de-açúcar que, no fim do século XVI, inaugura um novo

² Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada como comunicação oral no IV Encontro Regional do Grupo dos Estudos da Linguagem do Centro-Oeste (GELCO), realizado na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande (MS), em outubro de 2012, intitulada *Designações para lanterna na região Centro-Oeste do Brasil: aspecto da relação falar rural/urbano* (texto não publicado).

ciclo de exploração no solo brasileiro. Em virtude da riqueza oriunda dessa atividade agrícola, instalaram-se no Brasil os engenhos e consecutivamente o trabalho escravo, fato que propicia, por extensão, o surgimento de um novo cenário de organização social, de expansão territorial e de crescimento populacional. Segundo Antonil (1982, p. 89),³ “os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”. E, assim, pautada na produção açucareira, a sociedade brasileira foi se formando, até que, no final do século XVII, a cana-de-açúcar começa a dar sinal de esgotamento.

Nota-se que, nos primeiros séculos de colonização, o Brasil configurou-se como um cenário rústico, pacato e sem prestígio. O primeiro centenário foi um período de adaptação do colonizador ao território do Novo Mundo para, a partir de então, escolher os melhores lugares para o povoamento efetivo da região. Já o século seguinte foi marcado, dentre outros fatos, pelo conflito dos portugueses com os nativos, visto que o colonizador desejava aprisionar os índios para trabalharem nas lavouras açucareiras, o que provocou a fuga dos indígenas para áreas mais longínquas e acabou por configurar-se como uma das motivações para o início do movimento das entradas e bandeiras para o interior do país, no final do século XVII, com dois grandes propósitos: a descoberta de minas de ouro e demais metais preciosos e o aprisionamento dos índios. O descobrimento de ouro, no interior do Brasil, contribuiu para o início do povoamento no Brasil Central.

PRESENÇA DA CULTURA RURAL E URBANA NA REGIÃO CENTRO-OESTE

A partir do século XVII e, sobretudo no século XVIII, o Brasil viveu o período da efervescência do ouro, o que gerou a possibilidade de enriquecimento rápido, razão pela qual a busca por esse metal motivou o desbravamento de boa parte do interior do território nacional. De acordo com Antonil (1982, p. 164-166), o ouro foi descoberto pela primeira vez

³ A primeira edição da obra de Antonil data de 1711.

por um mulato que, ao tirar água para beber de um ribeiro conhecido atualmente como Ouro Preto, em Minas Gerais, encontrou amostras desse metal precioso. Essa notícia espalhou-se e, assim, desencadeou o Ciclo do Ouro que, de modo particular, foi oportuno para o Brasil daquela época, porque “quando entra no mato a primeira bandeira, termina a história de Portugal e começa a do Brasil” (Ricardo, 1970, p. 229).

De modo geral, as minas existentes no interior do território foram encontradas por bandeirantes, homens paulistas de ascendência portuguesa com espírito aventureiro, que tinham como principal objetivo capturar indígenas, escravos fugitivos e procurar riquezas minerais na região central do Brasil. Em uma dessas expedições, Pascoal Moreira Cabral encontrou ouro nas margens do Rio Cuiabá, em 1719.⁴ A descoberta atraiu vários aventureiros para essa região geograficamente muito distante do território já povoado e deu início ao povoamento de Mato Grosso e de Goiás. Conforme esclarece Diégues Junior (1960, p. 273-282), o desbravamento do território goiano dava acesso às minas de Cuiabá, o que propiciou, por extensão, a fundação dos primeiros arraiais, que atraíram para as minas goianas a vinda de paulistas, mineiros, nortistas e também dos residentes nas minas cuiabanas.

Embora o ouro tivesse atraído um enorme contingente de pessoas que buscavam riqueza rápida, a decadência da mineração foi tão acelerada como o seu surgimento. Diégues Junior (1960) afirma que “o apogeu das minas goianas e cuiabanas foi rápido; não demorou o suficiente para transformar os arraiais em núcleos urbanos” (p. 282).

Ainda no plano da história do povoamento e do desenvolvimento socioeconômico da Região Centro-Oeste, situam-se as atividades agrícolas e pecuárias. A produção e a extração da erva-mate no sul do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), por exemplo, foram tão significativas que o Ciclo da Erva-mate passou a marcar uma nova fase econômica na região (século XVIII). Prova disso é que, segundo Diégues Junior (1960), “ainda no

⁴ Informação disponível no *site* do IBGE: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=510340. Acesso em: 18 abr. 2013.

começo do século XIX era exportada para países platinos, e só na segunda metade do século passado [XIX] tornou-se objeto de mais largo comércio” (p. 289). Porém, são as atividades agropastoris que permaneceram como a principal base econômica do Brasil Central. Na verdade, a criação e o comércio do gado fortaleceram os primeiros núcleos urbanos, sobretudo na região do atual Mato Grosso do Sul, nos denominados Campos de Vacarias, e no território goiano.

Na década de 1940, quando ainda havia grande disponibilidade de terras devolutas no Brasil Central, ocorreu uma nova leva de migração rumo ao Centro-Oeste, acontecimento histórico nomeado como *Marcha para o Oeste*. Depois da institucionalização oficial da Região Centro-Oeste pelo Governo Federal, em 1941, teve início o processo efetivo de desenvolvimento urbano dessa porção do território brasileiro. Posteriormente, nas décadas de 1970 e 1980, a região recebeu grandes levas de migrantes, época em que de fato houve a ocupação da terra e desencadeou-se o surgimento de novas cidades.

Assim, o rápido crescimento populacional, em virtude do êxodo rural,⁵ fez com que muitos núcleos urbanos fossem formados sem a infraestrutura adequada – a falta de saneamento, de escolas, de pavimentação e de iluminação configura-se como um dos sérios problemas enfrentados pela população da Região Centro-Oeste a partir da expansão urbana (século XX).

Sabe-se que, embora nos dias atuais essa região tenha recebido consideráveis investimentos para suprir necessidades voltadas aos serviços públicos, como a instalação de novas empresas concernentes ao comércio e à indústria, ainda é fortemente marcada por características rurais, não só em relação à economia (alicerçada, sobretudo, na agricultura e na pecuária), mas também pelos aspectos culturais, haja vista a forte presença de traços rurais materializados nas músicas sertanejas, nas comidas típicas, nas festas de rodeios, na linguagem da população. Nesse contexto, o léxico veiculado entre os habitantes dos três Estados que integram o Centro-Oeste é permeado de

⁵ Fenômeno ocorrido em grande proporção nos séculos XIX e XX, no Brasil, quando os habitantes do campo, em busca de melhores condições de vida, transferem-se para os centros urbanos, ocasionando, portanto, o aglomerado de pessoas nas cidades brasileiras.

traços do universo rural e de indícios do processo de urbanização em curso, em graus distintos de intensidade a depender das características do núcleo urbano. Ou, ainda, há situações em que não é possível delimitar categoricamente se dada designação representa o léxico rural ou o urbano para nomear um mesmo referente.

Considerando essa realidade linguística (rural, urbana e rural/urbana), fruto da própria formação social e histórica da Região Centro-Oeste, neste trabalho, apropriamo-nos de conceitos oriundos da Geografia Humana, da Sociologia rural e urbana e da Sociolinguística para levantar possíveis hipóteses de análise dos dados geolinguísticos aqui examinados.

O RURAL E O URBANO: UM NOVO OLHAR VALORATIVO

Historicamente, o estabelecimento de um padrão industrial, no século XVII, ocasionou mudanças na forma de compreender e valorizar os espaços *cidade* e *campo*. O ambiente urbano (a cidade) passa a ser compreendido como melhor que o rural (o campo) e, desse modo, instaura-se uma visão de superioridade do primeiro em relação ao segundo. Essa visão dicotômica,⁶ em que a cidade é melhor porque é mais evoluída e o campo, inferior porque é “mais atrasado”, em relação à modernidade, “refere-se a uma certa heterogeneidade social e funcional, sem poder defini-la de outra forma senão pela distância, mais ou menos grande, com respeito à sociedade moderna” (Castells, 1983, p. 47).

Em oposição a essa forma dual de compreender os espaços rurais e urbanos (campo e cidade), tem-se a visão do *continuum* que considera “uma aproximação entre o espaço rural e a realidade urbana” (Bertrand, 1973 apud Reis, 2005, p. 79). Nessa perspectiva teórica, os espaços rurais e urbanos não são mais concebidos como unidades isoladas, na medida em que um só existe em relação ao outro. Entende-se, pois, que há entre eles constantes intermediações, já que, na contemporaneidade, o espaço rural cada vez mais

⁶ Os fundamentos apresentados referentes à perspectiva dicotômica e à visão do *continuum*, que discutem a compreensão do espaço rural e do urbano do ponto de vista sociológico e geográfico, baseiam-se nos pressupostos apresentados nas obras de Castells (1983), de Siqueira e Osório (2001) e de Reis (2005).

recebe interferências do universo urbano. Em contrapartida, o espaço urbano, de certa forma, também resgata particularidades da vida rural; o espaço rural passa a ser valorizado a partir do século XX, quando é entendido como fundamental para melhor condição de vida, uma vez que ele se opõe ao artificialismo das cidades (Veiga, 2004, p. 28).

No âmbito linguístico, especificamente na vertente da Sociolinguística, destacam-se os estudos de Bortoni-Ricardo (2002; 2005) que, também ancorados na relação de *continuum* entre o rural e o urbano, estabelecem o *continuum de urbanização*, o *continuum de oralidade/letramento* e o *continuum de monitoração estilística*. Para este estudo, consideramos apenas o primeiro – o *continuum de urbanização* – que representa a variação diatópica (rural x urbana). Nessa perspectiva, de um lado, situam-se as variedades rurais geograficamente isoladas e, de outro, as urbanas, que recebem em maior grau a interferência da língua padrão. E entre esses dois eixos encontram-se as variedades *rurbanas*.⁷

Enfim, os estudos voltados para a relação rural/urbana propiciam pistas para a compreensão de fatos que regem a sociedade do ponto de vista geográfico, sociológico ou linguístico. Diante do exposto, entende-se que, por vias diretas e/ou indiretas, aspectos da realidade rural e da urbana têm interferido no falar dos habitantes do Centro-Oeste e que, dependendo do referente nomeado, é possível identificar a existência de um *continuum* na forma de os falantes nomearem o mesmo elemento da realidade.

O LÉXICO RURAL/URBANO NA REGIÃO CENTRO-OESTE: PERSPECTIVA GEOSOCIOLINGUÍSTICA

Por considerar que, no decorrer da história, o homem constrói também seu inventário lexical para nomear a realidade do ambiente físico e social do grupo humano a que pertence, entende-se que estudar a origem e o significado do léxico de uma língua, bem como as possíveis motivações

⁷ Termo de uso corrente na Geografia Humana e na Sociologia para identificar a transição entre cidade e campo. Já na Linguística, esse termo é empregado por Bortoni-Ricardo para caracterizar a mescla de elementos da variedade rural com a urbana.

para dadas nomeações é ao mesmo tempo compreender e resgatar a história do povo que o fala. Assim, como já assinalado, este estudo tem como finalidade discutir interferências da vida rural e urbana, ou mais especificamente, a possível existência de um *continuum* na fala dos habitantes da Região Centro-Oeste.

Os dados apresentados neste texto foram conseguidos por meio de consultas às transcrições das entrevistas realizadas pela equipe do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), com 108 informantes de 24 localidades distribuídas entre os três Estados que integram a Região Centro-Oeste (3 capitais e 21 cidades do interior), respostas obtidas pelos informantes para a questão 174 do Questionário Semântico-lexical do Projeto ALiB (2001), que busca designações para o “objeto que se usa para clarear no escuro e se leva na mão” e está vinculada à área semântica da *habitação*. Para tanto, parte-se dos resultados de Marins (2012) e amplia-se a discussão da temática abordada com novos dados.

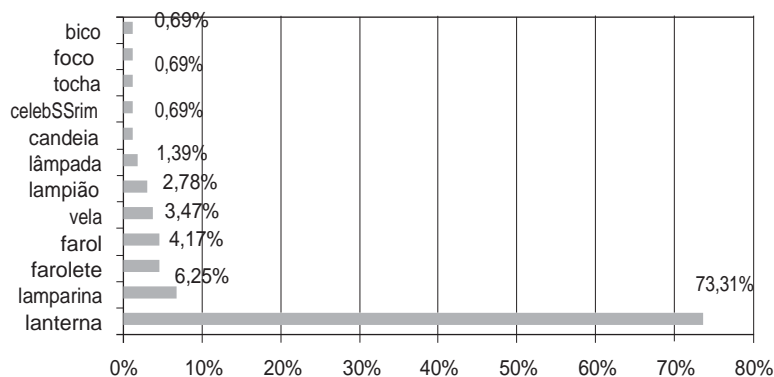
Os informantes entrevistados atenderam ao seguinte perfil: i) faixa etária: 18 a 30 e 50 a 65 anos; ii) sexo: feminino e masculino; iii) escolaridade: Ensino Fundamental e Ensino Superior;⁸ iv) naturalidade: nascidos e criados na localidade pesquisada e com pais também nascidos e criados na mesma região investigada. O levantamento resultou num total de doze⁹ unidades lexicais – *lanterna, lamparina, farolete, farol, vela, lampião, lâmpada, candeia, celebrim, tocha, foco e bico* –¹⁰ cuja produtividade é visualizada no Gráfico 1, a seguir:

⁸ No interior, o Projeto ALiB entrevista 04 falantes apenas com Ensino Fundamental incompleto, já nas capitais, 08 informantes: 04 com o mesmo grau de instrução dos entrevistados do interior e 04 com nível superior.

⁹ Em virtude dos objetivos do estudo, foram consideradas todas as respostas mencionadas pelos informantes, mesmo aquelas que não nomeiam especificamente o referente contemplado pela pergunta 174/QSL.

¹⁰ Para o registro, controle e cruzamento dos dados catalogados, foi desenvolvida, para o estudo de Marins (2012), uma ferramenta computacional via *WebAgium Search* (produto da empresa de venda e aluguel de sistemas *Agium Sorft Ltda*), especificamente para o armazenamento de dados geolinguísticos, de maneira a garantir a geração de relatórios acerca de questões de ordem diatópica, diafásica, diastrática e seus respectivos percentuais de ocorrência.

Gráfico 1- Produtividade das respostas para a questão 174/QSL na Região Centro-Oeste (Marins, 2012, p. 267).

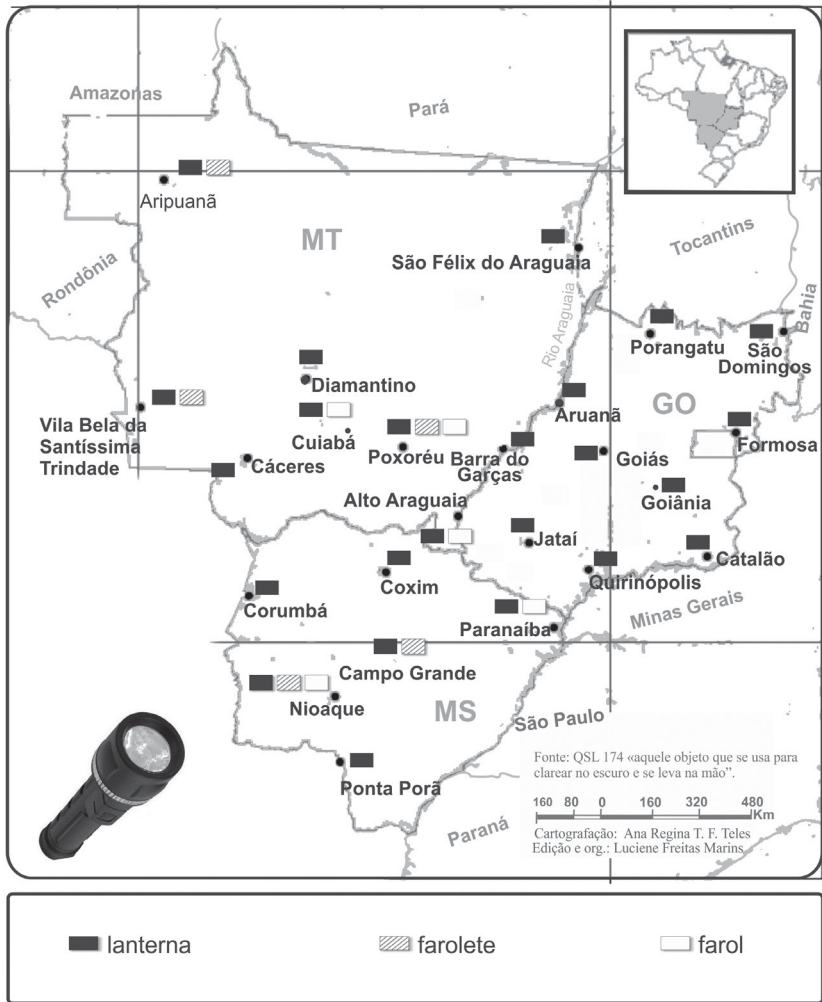


Observa-se, no Gráfico I, que a unidade lexical *lanterna* foi a mais produtiva no universo pesquisado enquanto *lamparina*, embora tenha atingido o segundo lugar de ocorrência, evidencia baixo índice de registro, assim como as formas *farolete*, *farol*, *vela*, *lâmpião* e *lâmpada*. As unidades lexicais *candeia*, *celebrim*, *tocha*, *foco* e *bico* foram documentadas como ocorrências únicas. A Figura 1, a seguir, possibilita visualizar a distribuição diatópica das unidades lexicais que nomeiam especificamente o referente expresso na pergunta em causa – *lanterna*, *farolete* e *farol*.

Nota-se que a unidade lexical *lanterna* foi mapeada em toda a Região Centro-Oeste, o que indica configurar-se como norma lexical comum a todos os falantes das cidades dessa parte do território brasileiro que integram a rede de pontos do Projeto ALiB. Cabe esclarecer que *lanterna* foi citada por todos os informantes, independentemente do perfil, exceto o informante idoso de Cáceres-MT, que mencionou como resposta designações de outros referentes: *vela* e *lamparina*. Nas demais localidades, houve 100% de produtividade de *lanterna* como resposta à questão 174/QSL.

Quanto às capitais centroestinas, a unidade léxica *farolete* foi documentada apenas em Campo Grande-MS e *farol* somente em Cuiabá-MT. Esses itens lexicais, no conjunto geral dos dados analisados, foram documentados com maior índice de produtividade na fala dos informantes idosos.

Figura 1 - Lanterna: Respostas à questão 174/QSL - Região Centro-Oeste.



Fonte: Marins (2012, p. 269).

Já os itens lexicais *lamparina*, *vela* e *lampião*, como já assinalado, não nomeiam estritamente o conceito em causa, porém foram analisados neste estudo, por fornecerem pistas da realidade social do falante, ora voltada à ruralidade, ora à urbanidade. O Quadro 1, na sequência, apresenta a ocorrência

dessas unidades lexicais, com as respectivas indicações das localidades onde foi documentada e dos informantes que as mencionaram.¹¹

Quadro 1- Ocorrências das unidades léxicas mencionadas como resposta para a pergunta 174/QSL que nomeiam outros referentes.

	ITENS LEXICAIS	LOCALIDADE	INFORMANTE
GO	Lamparina; Vela ¹²	Goiás	02
	Lamparina	Goiânia	02
	Lamparina	Catalão	02
	Lamparina; Vela	Quirinópolis	03
	Vela	Jataí	04
	Lampião	Jataí	02
	Lampião	Catalão	04
MS	Lamparina; Lampião	Campo Grande	07
	Lampião	Nioaque	01
MT	Lamparina	Cuiabá	02
	Lamparina; Vela	Cáceres	03
	Vela	Poxoréu	04

De acordo com os dados apresentados no Quadro 1, nota-se que a forma *lamparina*, embora não nomeie o referente em causa, teve alto índice de ocorrência, mencionada tanto por informantes das cidades do interior quanto das capitais. Outro dado relevante é o fato de essa unidade lexical ter sido nomeada, com alta frequência, entre as informantes do sexo feminino (jovens e idosas), todas do Ensino Fundamental. Entre os informantes do sexo masculino, houve registro de *lamparina* apenas em Campo Grande-MS, Quirinópolis-GO e Cáceres-MT, a maioria com o Ensino Fundamental.

¹¹ Apenas nas capitais da Região Centro-Oeste (Campo Grande, Cuiabá e Goiânia) foram entrevistados informantes com nível superior. Dessa forma, na coluna “Informantes”, do Quadro 1, lê-se: os números ímpares correspondem aos informantes do sexo masculino e os números pares aos do sexo feminino; quanto à escolaridade, os quatro primeiros números (1, 2, 3 e 4) são correspondentes aos informantes com Ensino Fundamental e os quatro últimos (5, 6, 7 e 8) aos de nível superior. Por fim, os números 1, 2, 5 e 6 indicam os informantes da primeira faixa etária (jovens) e os de números 3, 4, 7 e 8 correspondem aos informantes da segunda faixa etária (idosos).

¹² O registro de duas unidades léxicas indica que foram mencionadas pelo mesmo informante.

Cabe mencionar que o informante idoso de Cáceres, interior de Mato Grosso, ao responder à pergunta, acrescentou o seguinte: *muitos aqui* [Cáceres] *por não ter energia ainda usam vela ou lamparina*, observação essa que demonstra ser o item lexical *lamparina* a designação de outro tipo de utensílio doméstico, no caso, de uso no ambiente rural, o que ratifica o contato do falante com a realidade do universo rural. Em contrapartida, o informante também idoso de Goiânia, um grande centro urbano, demonstra não ter contato com o objeto *lamparina* ao informar que na *roça usa muito* [lamparina]. Nota-se que, de acordo com o morador dessa capital, local mais urbanizado, a *lamparina* é usada apenas na roça, ao passo que, de acordo com o informante da cidade do interior de Mato Grosso (Cáceres), o uso da *lamparina* também é uma realidade dos moradores citadinos. Logo, são duas realidades sociais opostas em relação ao espaço geográfico, cultural e social, que confirmam o exposto por Veiga (2002) de que, no Brasil, a classificação de cidade é apenas uma questão administrativa, já que não são consideradas as características da localidade. Fica evidente, pois, que muitas cidades brasileiras apresentam características rurais, como é caso de algumas cidades do Centro-Oeste, como está confirmando este estudo. No caso do Projeto ALiB, o estudo de Isquierdo (2012a) concluiu que

a maior concentração de localidades que integram a rede de pontos do Projeto ALiB recai no intervalo populacional entre 10.000 e 50.000 habitantes, com maior produtividade na região Nordeste que reúne 14% de localidades com esse perfil. Já a região Sudeste, a de maior densidade demográfica do País, e que retém o maior poder econômico reúne o maior número de pontos da rede do ALiB com população entre 50.000 e 500.000 habitantes urbanos.

Especificamente em se tratando das 24 localidades da rede de pontos do Projeto ALiB que pertencem à Região Centro-Oeste, Isquierdo (2012a) detectou que 5% situam-se entre as cidades com 5.000 e 10.000 habitantes; 10% entre as com 10.000 e 50.000; 6% entre as com 51.000 e 100.000; 2% entre as de 500.000 e 1.000.000 e, por fim, 1% com mais de 1.000.000 de habitantes. Esses dados fornecem um panorama das localidades do Centro-Oeste quanto à população, que, por extensão, apontam para tendências de urbanização dessa região do Brasil.

Retomando os dados examinados neste estudo, é preciso considerar também os seis casos de ocorrências únicas de fornecimento de designações para o “objeto que se usa para clarear no escuro e se leva na mão” pelos centroestinos. Essa particularidade, de certa forma, confirma o domínio de unidades léxicas relacionadas ao meio rural e ao urbano pelos falantes entrevistados. O Quadro 2, a seguir, apresenta esses itens lexicais obtidos como respostas únicas.

Quadro 2 - Itens lexicais com ocorrência única, fornecidos como resposta para a questão 174/QSL, segundo a localidade e o perfil do informante.

	Unidade lexical	Localidade	Informante
MT	Tocha	Poxoréu	03
	Celebrim	São Félix do Araguaia	04
MS	Foco	Campo Grande	07
	Bico	Campo Grande	02
GO	Candeia	Catalão	04
	Lâmpada	Catalão	03

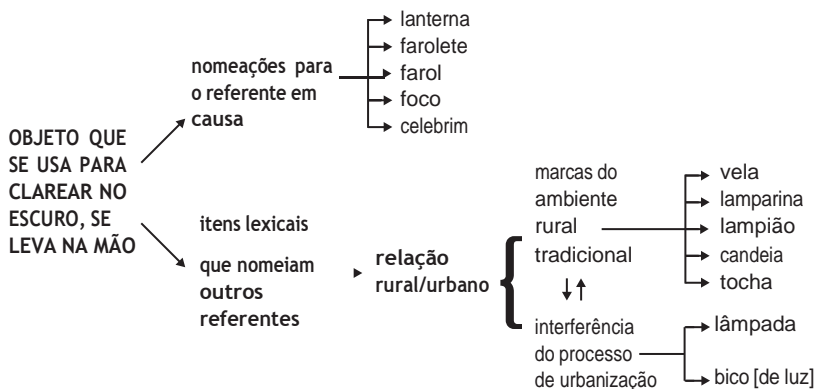
Observa-se que, no conjunto geral, as unidades léxicas obtidas como ocorrências únicas aparecem, em especial, na fala dos informantes da faixa de 50 a 65 anos com baixa escolaridade. Do ponto de vista da relação rural e urbano, considerando não apenas a questão espacial (capital e interior), mas, especialmente, a mudança de ordem social que resulta num novo modo de vida, nota-se que as unidades lexicais relacionadas ao universo urbano *foco* e *bico* [de luz] foram mencionadas pelos informantes residentes na capital do Mato Grosso do Sul. Logo, é provável que esses entrevistados, por usufruírem dos benefícios da urbanização em seu cotidiano, tenham estabelecido uma associação entre objeto que serve para clarear no escuro com os movidos a energia elétrica usados nas suas respectivas residências. Já em Catalão, interior de Goiás, nota-se o registro da unidade léxica *candeia* que, além de representativa do universo rural, evidencia um traço de conservadorismo linguístico, na medida em que esse item lexical reporta-se não só ao universo rural, como também a outros estágios da história da língua portuguesa – a unidade lexical *candeia* está definida na obra de Moraes Silva

(1813) como “vela; vaso de metal para a luz; e a luz”. A par da unidade léxica *candeia*, há o registro do item lexical *lâmpada*, que é fruto do mundo contemporâneo urbanizado. Logo, o antigo e o novo no vocabulário convivem na norma lexical da população dessa cidade goiana.

Ainda com relação aos dados apresentados no Quadro 2, pode-se deduzir que, do ponto de vista da relação entre léxico e cultura, as unidades lexicais documentadas confirmaram que o falante, ao nomear um objeto, deixa transparecer sua experiência de vida, sua visão de mundo.

Em relação ao campo semântico, os doze itens lexicais em exame (*lanterna, lamparina, farolete, farol, vela, lampião, lâmpada, candeia, celebrim, tocha, foco e bico*) foram distribuídos em dois grupos: aqueles que nomeiam o referente em causa – *lanterna, farolete, farol, foco e celebrim* – e os que designam outros objetos distintos que, de alguma forma, apontam para a relação rural/urbano. Esse segundo grupo foi subdividido em dois outros: o que reúne as unidades léxicas que nomeiam utensílios tipicamente rurais tradicionalmente utilizados para clarear os ambientes – *vela, lamparina, lampião, candeia e tocha* – e o que agrupa as unidades léxicas que designam objetos de uso contemporâneo – *lâmpada e bico*. A Figura 2, a seguir, ilustra o exposto:

Figura 2 - Distribuição dos itens lexicais catalogados como resposta na questão 174/QSL, segundo a natureza do referente nomeado.



Nota-se que, no primeiro grupo de itens lexicais, figura o designativo *lanterna*, definido nos dicionários Bluteau (1712-1728) e Morais Silva (1813) como instrumento em forma de cilindro, onde se coloca uma fonte luminosa, podendo ser uma vela. Já Houaiss (2001) e Ferreira (2004) o definem como instrumento de lâmpadas elétricas que contém pilhas. Assim, as definições registradas nesses dicionários confirmam o uso de *lanterna* como designativo do objeto em questão. O mesmo fato ocorre com a unidade léxica *farelete*, que figura nos dicionários contemporâneos com as definições de “farol de pequeno porte que se instala próximo à entrada de canais, portos e estreitos” (Houaiss, 2001) e de *farolim* que, por seu turno, é definido por “pequeno farol; farelete”, um brasileirismo que nomeia “cada um dos pequenos faróis” e remete para a terceira acepção apresentada para o verbete *farol*, que consiste em “dianteiros e traseiros, destinados a assinalar no escuro a presença de um carro em movimento” (Ferreira, 2004). Observa-se que o item lexical *farelete* corresponde à definição de *farol* e também nomeia um objeto usado para clarear um espaço.

O item lexical *farol* está registrado em Bluteau (1712-1728), entre outras acepções, como “lampião, ou especie de lanterna grande no alto da popa de hum navio, ou de huma Galé” e também na forma mais arcaica, *pharôl*, definida por “lampião vay de noyte no alto da popa da Capitania, quando navegação armadas, ou navio de conferva”. Já em Morais Silva (1813), *faról* recebe a acepção de “lampião de poupa do navio; fazer *farol*; alluminar aos navios para seguirem a mesma esteira de noite”. Isso também pode ser observado nas obras contemporâneas que registram, entre outras acepções, “a aparelhagem que produz esse foco luminoso” (Houaiss, 2001) e o “candeeiro ou lanterna, em embarcação, para indicar sua presença e posição” (Ferreira, 2004). Tanto nos dicionários antigos quanto nos contemporâneos essa unidade léxica nomeia o objeto como feixe de luz que serve para clarear algo. É possível que, em virtude desse sentido figurado de coisa que ilumina ou guia, o conceito em causa tenha recebido essa nomeação. Nota-se, nesse caso, a migração de um termo do vocabulário náutico para o vocabulário comum.

Já a unidade lexical *foco* consta em Morais (1813) com a acepção de “ponto que se unem os rayos de luz reflexos do espelho ustorio, ou retractos

por lentes, é como a ponta de um cone [...]”. Houaiss (2001) a classifica como um regionalismo do Brasil, no sentido de “pequena luminária orientável, composta de uma lâmpada de alta potência e de refletor que concentra a luz num feixe estreito”, enquanto Ferreira (2004) a define como “lâmpada elétrica, ger. pequena, mas de alta potência, dotada de refletor que concentra a luz num feixe estreito”. Nota-se que nenhuma das obras consultadas atribui à unidade lexical *foco* a acepção de “instrumento que se leva com a mão”, porém é possível que o informante idoso de Campo Grande não faça a diferença entre o objeto que serve para clarear que se leva na mão e qualquer outro que serve para clarear. Há de se considerar também o sema “concentrar a luz num feixe estreito”, que aparece na definição do item lexical *foco*, traço semântico esse que também identifica o objeto comumente designado por *lanterna* e/ou *farolete*.

A unidade léxica *celebrim* resulta de um processo metonímico, uma vez que a marca dá nome ao objeto. Nesse caso, *celebrim* é o modelo do objeto que serve para clarear, o popular *Celebrim Tocha*. Assim, o nome que identifica a marca foi transferido pelos falantes da língua para a nomeação do produto.

Já entre o grupo de itens lexicais que nomeiam referentes distintos do requisitado pela pergunta 174/QSL, situam-se os seguintes casos: *vela*, *lamparina*, *lampião*, *candeia* e *tocha*. Essas unidades léxicas designam objetos que servem para clarear, de uso comum em ambientes rurais, sobretudo em épocas pretéritas, quando a energia elétrica ainda era um privilégio das cidades, e a sua menção pelos falantes urbanos evidencia a presença de traços de ruralidade na fala do homem centroestino, pois sabe-se que antes do advento da modernidade esses objetos eram utilizados, com frequência, para clarear os cômodos das casas ainda privadas de energia elétrica. Não se desconsidera aqui que, na contemporaneidade, não raro, muitas cidades ainda fazem uso desses tipos de iluminação, como confirma a fala do informante de Cáceres – cidade do interior de Mato Grosso, anteriormente registrada.¹³

¹³ Ver o Quadro 1 deste texto com os lugares onde essas unidades lexicais foram documentadas, a maioria em Goiás.

No caso da unidade lexical *vela*, por exemplo, é possível que os informantes a tenham mencionado para nomear o referente em causa por ser um aparato comum no cotidiano das pessoas, tanto em recintos rurais como urbanos, e que serve, entre outras funções, para clarear. O mesmo pode ter ocorrido com o registro da unidade lexical *lamparina* que está dicionarizada na acepção de “pequena lâmpada que [...] composta de um reservatório para líquido combustível [...] no qual se mergulha um pavio que traspassa uma pequena rodela de madeira e se acende na outra extremidade; griseta, luminária” (Houaiss, 2001) e “pequeno recipiente com um líquido iluminante [...] no qual se mergulha um pequeno disco de madeira, de cortiça ou de metal traspassado por um pavio que, aceso, fornece luz atenuada” (Ferreira, 2004). Machado (1987) afirma que “será talvez derivado de *lâmpada*”.

A forma *lampião*, por seu turno, aparece no dicionário Bluteau (1712-1728) na acepção de *lampadário*, unidade léxica definida no mesmo dicionário como “lampada, ou caſtiçal grande, do qual ſahem muitos ramos, & no cabo de cada hum delles hua luz, como ſaõ os que ſe vem ſuſpenſos nos palácios, ou nas igrejas [...]”. Já em Houaiss (2001) e em Ferreira (2004), esse item lexical é definido como “grande lanterna elétrica ou a combustível, portátil ou fixa em um teto, esquina ou parede” e, por extensão de sentido, como “poste de iluminação pública”. Observa-se que o sema “levar com a mão” não aparece na definição das unidades lexicais *lamparina* e *lampião*, porém é possível que o uso dessas unidades léxicas tenha sido motivado pelo sema “serve para clarear no escuro”. Considere-se que não raras vezes os lampiões também podem ser carregados na mão de um espaço para outro.

O mesmo fato pode ter ocorrido com a documentação da unidade lexical *candeia*, definida por Houaiss (2001) como “pequeno aparelho de iluminação, de folha de flandres ou de barro, abastecido com óleo ou gás inflamável e provido de mecha; usa-se ger. no alto, [...]”. A mesma definição encontra-se em Ferreira (2004): “pequeno aparelho de iluminação, que se suspende por um prego [...]”. Observa-se que a unidade lexical *candeia* dá nome ao objeto que serve para iluminar as casas e que é pendurado na parede. É provável que a informante idosa de Catalão tenha se fixado no sema

“clarear no escuro” ao mencionar *candeia* como resposta para a pergunta em causa, além do fato de muito provavelmente ser esse termo pertencente ao seu repertório lexical.

A unidade léxica *tocha* é definida como “vela grande de cera de quatro cantos, & de quatro pavios” (Bluteau, 1712-1728; Morais Silva, 1813) e como “vela grande e grossa de cera” (Houaiss, 2001; Ferreira, 2004). É possível que o uso da forma *tocha* possa estar relacionado ao sema “fogo” que emite luz, daí ter sido mencionada pelo entrevistado da segunda faixa etária de Poxoréu-MT para nomear o referente em questão.

Na sequência, analisamos as unidades lexicais que também nomeiam objetos que servem para clarear, porém não passíveis de serem carregados na mão, pois dependem da eletricidade para emitir raios luminosos. As formas *lâmpada* e *bico* são aqui analisadas por remeterem aos espaços urbanos, visto que nomeiam um objeto comum do mundo contemporâneo, que serve para clarear e é alimentado por energia elétrica. Cabe destacar que a forma *lâmpada* está definida tanto nas obras lexicográficas antigas quanto nas contemporâneas como vaso ou recipiente em que se coloca azeite ou outras substâncias combustíveis para iluminar. Houaiss (2001) e Ferreira (2004) acrescentam-lhe ainda a acepção de qualquer objeto utilizado para clarear. Todavia, entre as obras lexicográficas consultadas, apenas o dicionário Aulete (2006) define *lâmpada* como objeto movido a eletricidade: “globo ou tubo de vidro com dispositivo que produz luz com o passar da corrente elétrica (lâmpada fluorescente; lâmpada incandescente)”. Já a locução *bico de luz* ainda não está dicionarizada nas obras consultadas. Observa-se, portanto, que a unidade *lâmpada* está documentada como objeto movido a eletricidade em apenas uma das obras lexicográficas contemporâneas consultadas para este estudo, confirmando que alterações de hábitos sociais interferem na linguagem de um povo e que, em relação ao léxico, os dicionários atuam como instrumentos normalizadores; ao mesmo tempo em que registram acepções que traduzem o uso de determinadas unidades léxicas relativas no universo rural, contemplam aquelas que evidenciam novos estilos de vida próprios da sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame dos dados selecionados para este trabalho evidenciou que todas as unidades lexicais documentadas na fala de habitantes da Região Centro-Oeste se aproximam semanticamente do sema “clarear no escuro”. Vale ressaltar que, nas formas mapeadas, identificaram-se marcas da mudança social ocorrida a partir do advento da luz elétrica, uma vez que as unidades léxicas *lamparina* e *lampião*, de uso comum no cotidiano das famílias que não dispunham desse privilégio, no contexto estudado, dividem espaço com as formas lexicais *lâmpada* ou *bico de luz* que adquiriram novos sentidos na contemporaneidade. Se de um lado as duas primeiras refletem traços de ruralidade na fala do centroestino, por outro lado, as duas outras transparecem marcas de urbanização. Assim, fica evidente a presença de um *continuum* de ruralidade e de urbanização na fala dos informantes da Região Centro-Oeste, onde o vocabulário rural divide espaço com o vocabulário urbano, demonstrando a estreita relação entre hábitos sociais e norma lexical, ou melhor, entre léxico e cultura. No caso dos dados focalizados, a relação de *continuum* identificada pode ter sido motivada, em especial, pela associação entre os semas contidos na pergunta 174/QSL e as definições de aparatos domésticos familiares aos habitantes da região investigada. Essa tendência foi constatada por Marins (2012) no conjunto dos dados do *corpus* do Projeto ALiB selecionado para a sua pesquisa. Esse “confronto” entre elementos de universos rurais e urbanos que ora se distanciam e ora se interpenetram motivou a classificação proposta pela estudiosa para a sistematização dos dados por ela estudados: (i) velhos falares: rastro do falar rural; (ii) novos falares: marcas de urbanização; e (iii) novos e velhos falares: dividindo o mesmo espaço (Marins, 2012, p. 310).

Os dados aqui examinados, como também os focalizados em outros estudos que abordam a temática *léxico rural* e *léxico urbano* (Romano; Isquerdo, 2007; Freitas; Isquerdo, 2009; Isquerdo, 2010; 2012b; Isquerdo; Marins, 2012; Isquerdo; Carvalho, 2012, dentre outros) confirmam a importância das pesquisas geolinguísticas na documentação *in loco* da norma lexical de grupos de falantes, ao mesmo tempo em que apontam para o movimento

do léxico na língua, seja fornecendo pistas de mudanças em curso, seja registrando aspectos da fixação de itens lexicais no léxico de determinados grupos sociais.

Na perspectiva do estudo aqui apresentado, os dados referendam a necessidade de serem também consideradas as dimensões *rural* e *urbano* nos estudos sobre o português brasileiro contemporâneo, notadamente no nível lexical, sobretudo nas situações de localidades de menor porte e situadas em regiões marcadas pelo êxodo rural. Nesse particular, é preciso tomar em conta que, no âmbito dessa discussão, duas tendências se polarizam: “a visão dicotômica (rural *versus* urbano, oposição entre campo e cidade) e a noção de *continuum* que analisa a interpenetração do rural no urbano e do urbano no rural” (Isquierdo, 2012a), tendências essas que relativizam a oposição cidade/campo no exame das características linguísticas de habitantes desses espaços geográficos.

A dinamicidade da sociedade contemporânea, a facilidade de comunicação e de disseminação do saber facilitam a propagação de valores, de experiências, de conhecimentos fortemente marcados pelas novas tecnologias. Nesse contexto, o léxico da língua, a par do registro dos nomes de aparatos frutos da modernidade, perpetua os que traduzem outras épocas da história da língua e da sociedade e as pesquisas geolinguísticas situam-se entre as que documentam e perenizam essa dinâmica lexical em tempos e em espaços determinados. Dessa feita, como o movimento da língua reflete o da sociedade, a interpenetração da realidade rural na urbana e vice-versa é um imperativo da sociedade atual, tendência que se manifesta nos diferentes níveis da língua, de modo especial no lexical, como procuramos demonstrar ao longo deste trabalho, com base em uma amostra do vocabulário de falantes do Brasil Central.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Francismar Francisco Alves; PINHO, Reinaldo A. Pau-brasil: caesalpinia echinata lam. *Árvore nacional*. São Paulo: [s.e.], 2007, p. 1-35. Disponível em: <http://www.pau.brasil.nom.br/PAU_BRASIL_2007_francismar.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2013.

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Versão eletrônica. Rio de Janeiro: Lexikon, 2006. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital>. Acesso em: 16 abr. 2013.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Est. Bibliogr. por Affonso Taunay; notas de Fernando Sales. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. (Reconquista do Brasil; nova série; v. 70).

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. (Acervos on-line). Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Um modelo para a análise sociolinguística do português do Brasil. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 333-350.

_____. *Nós cheguemu na escola, e agora?: sociolinguística & educação*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2005. (Língua[gem]; 11).

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Pensamento Crítico; v. 48).

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Linguístico do Brasil: questionário 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.

COSERIU, Eugenio. *Teoria del lenguaje y lingüística general: cinco estudios*. 3. ed. Madrid: Gredos, 1978. (Biblioteca Románica Hispánica; 2. Estudios y Ensayos; 61).

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos / INEP. Ministério da Educação e Cultura, 1960.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário eletrônico Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004. Versão 5.0.

HAUY, Amini Boainain. *História da língua portuguesa: I – Séculos XII, XIII e XIV*. São Paulo: Ática, 1994. (Série Fundamentos).

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Revisitando os conceitos de rural e urbano no português do Brasil: contribuições do Projeto ALiB. In: XXV Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, 2010, Innsbruck - Áustria. *Actes du XXV e congrès international de linguistique et de philologie romanes*. Berlim, Germany: De Gruyter, 2010, v. IV. p. 137-146.

_____. A noção de rural e urbano no Brasil contemporâneo: possíveis implicações na rede de pontos do Projeto ALiB. In: XVI Congreso Internacional de la ALFAL, 2012, Alcalá de Henares. *La lengua, lugar de encuentro. Actas del XVI Congreso Internacional de La Asociación de Lingüística y Filología*. Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, 2012a. p. 4255-4263.

_____. A vitalidade do cuitelo na região Sul do Brasil: um estudo com base em dados de atlas rurais e urbanos de diferentes domínios. In: ALTINO, Fabiane Cristina (Org.). *Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem a Vanderci de Andrade Aguilera*. 1. ed. Londrina-PR: Midiograf, 2012b. p. 110-127.

ISQUERDO, Aparecida Negri; MARINS, Luciene Gomes Freitas. O falar rural na região Centro-Oeste: designações para borralho. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; PAIM, Marcela Moura Torres. (Orgs.). *Documentos 3 - Vozes do X WORKALIB*. Amostras do português brasileiro. 1. ed. Salvador-BA: Vento Leste, 2012, v. 3. p. 231-250.

ISQUERDO, Aparecida Negri; CARVALHO, Paola Mahyra de Oliveira. Léxico e ambiente rural: um estudo de designações para “trabalhador de enxada em roça alheia” no Centro-Oeste do Brasil. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; PAIM, Marcela Torres Moura. (Orgs.). *Documentos 3 - Vozes do X WORKALiB*. Amostras do português brasileiro. 1. ed. Salvador-BA: Vento Leste, 2012, v. 3. p. 251-261.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 63-92.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

MARINS, Luciene Gomes Freitas; ISQUERDO, Aparecida Negri. Rastros do vocabulário rural na fala do homem urbano. Um estudo geolinguístico com dados do Projeto ALiB. In: VI Congresso Internacional da ABRALIN, 2009, João Pessoa - PB. *Anais...* João Pessoa-PB: Ideia Editora, 2009. p. 2557-2566.

MARINS, Luciene Gomes Freitas. *O rural e o urbano: novos e velhos falares na região Centro-Oeste do Brasil*. 310 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

MORAIS SILVA, Antônio de. Dicionário da língua portuguesa – Lisboa: Tipographia Lacérdina, Tomos I e II. 1813. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

PALEN, J. John. *O mundo urbano*. Tradução de Ronaldo Sérgio de Biasy e Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

REIS, Douglas Sathler dos. O rural e o urbano no Brasil. *Caderno de Geografia*. Belo Horizonte, v. 15, n. 25, p. 77-92, 2005. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/geografia_25_art05.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1970. (Coleção Documentos Brasileiros).

ROMANO, Valter Pereira; ISQUERDO, Aparecida Negri. Um estudo rural vs urbano: perspectiva geolinguística. In: *Anais do V Encontro Científico do Curso de Letras - 2007*. Rolândia-PR: Mídia eletrônica - FACCAR, 2007. p. 01-10.

SIQUEIRA, Deis; OSÓRIO, Rafael. O conceito de rural. In: GIARRACCA, Norma (Org.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: Clacso – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. p. 67-79. (Coleção Grupos de Trabalhos). Disponível em: <[http:// bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/osorio.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/osorio.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2012.

THUN, Harald. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. In: ZILLES, A. M. S. (Org.). *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005. p. 63-92.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

_____. Nem tudo é urbano. *Revista Ciência e Cultura*, v. 56, n. 2, p. 26-29, abr/jun. 2004. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n2/a16v56n2.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

Achegas para o estudo sobre léxico caipira em Goiás

| **Maria Helena de Paula**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pretendemos, com este estudo, contribuir com as discussões acerca das configurações léxicas do chamado dialeto caipira, notadamente o usado correntemente em Goiás. Para tanto, utilizamos a metodologia das pesquisas de campo e teórica, que tomaram como sujeitos da investigação falantes nativos do sudeste do estado de Goiás. Não é nosso intento dar conta de recobrir toda a ampla dimensão que representa uma descrição léxica, tampouco quando esta pretende ser uma contribuição de um falar regionalizado e que se veste da sua roupagem especial, o léxico caipira em Goiás.

Nosso desiderato é somar, aos muitos estudos acerca da temática, resultados de descrições que vimos realizando ultimamente a respeito do léxico situado diastrática, diatópica e diacronicamente: o uso da língua portuguesa por falantes rurais, semialfabetizados ou não alfabetizados, nascidos e ainda moradores no sudeste goiano e de idade superior a sessenta anos. Tal escolha visa delimitar o grupo de falantes com o perfil que julgamos atender à nossa hipótese de que práticas culturais conservadas respondem por usos

linguísticos igualmente em conservação ou em um *continuum* de conservação de suas formas e sentidos.

Essa perspectiva dará conta do que se entende por léxico, um dos eixos de estruturação da língua, e sua conotação caipira. Entendemos que o matiz caipira melhor se ajusta à nossa discussão sobre o léxico usado em Goiás e de que trataremos, porque a identidade caipira não se circunscreve à vida rural somente – práticas culturais e léxicas, consideradas como caracteristicamente rurais, manifestam-se, sem distinção, também no âmbito da vida urbana. É assim que entendemos que mutirões, tecelagem artesanal, fitoterapia, benzeções etc., como práticas culturais e lexicais, povoam igualmente o universo rural e o urbano em Goiás, de tal forma que instauram um modo caipira de ser, nos dois diferentes espaços.

Com o fim de efetivamente contribuir para o estudo sobre léxico caipira em Goiás, tomaremos um objeto cultural, com os expedientes que o inscrevem na vida caipira em Goiás, o carro de boi, no uso múltiplo que dele fazem e fizeram os goianos, desde o final do século XIX e, mais fortemente, ao longo de todo o século XX, esta época muito recorrente nas narrativas orais que serviram a este estudo e que se acham publicadas em Paula (2007).

DE LÉXICO E CULTURA: SITUAÇÕES

Os estudos realizados sob a égide da Lexicografia, da Lexicologia ou da Terminologia, ciências que tomam o nível léxico para investigação, não prescindem de considerar a incontestável relação que se estabelece entre o léxico e a cultura de um povo ou de um grupo.

Toma-se conhecimento da realidade e dela se podem instaurar saberes a partir de sua categorização e classificação enquanto conjunto de signos que a nomeia. Estabelecer contatos com objetos, fatos ou realidades imateriais, categorizá-los, classificá-los são ações possíveis graças à capacidade mental e, sobretudo, cultural de representação através de signos. O conjunto dos signos que nomeia e por meio dos quais se faz conhecer o universo com que se mantém relação é o que se denomina léxico de uma língua, o repertório mais dinâmico das suas configurações culturais.

Este compósito de milhares de signos, que carregam os sentidos dos discursos diários nas práticas comunicativas, apresenta combinatórias de ordem diversa. Em todas as combinatórias de configuração semântica que os signos podem apresentar, convivem regras de natureza linguística e cultural que permitem, por exemplo, que *descair* e *decair*, usados correntemente por falantes goianos natos, não signifiquem, respectivamente, um arcaísmo e a forma atual de um mesmo sema. Para esses falantes, que desconhecem a deriva desses signos na língua, mas que deles fazem uso em mesmas variantes linguísticas, *descair* e *decair* constituem dois diferentes itens da composição lexical do português usado em Goiás: dizer que alguém está *descaído* é o mesmo que dizer que apresenta aspecto físico decadente e será usado para referir-se a esse estado humano de desânimo ou de parca resistência, em geral resultante de alguma moléstia. Já *decair* diz respeito a sofrer decadência, não é usado para referir-se a estado físico e emocional de seres humanos, mas moral, por exemplo, decadência política ou financeira.

Como se vê, esses signos, neste contexto de uso, comportam um arranjo cultural que lhes é específico e determinante numa eficiente prática comunicativa e, por isso, são mais que estágios fonéticos distintos de um mesmo signo; são, para esses falantes, dois signos distintos porque têm usos diferenciados em significação igualmente diferenciada. São contornos culturais do (e no) léxico e, sobremaneira, realizações da língua delimitando saberes e práticas culturais por elas nomeadas. Os significados apontam para realidades culturais constitutivas dos arranjos lexicais desses dois signos, largamente usados e coexistentes na região estudada, sem que se confundam seus referentes.

O conjunto das práticas e seus entornos que concedem a alguém a pertença a um grupo, crença ou saber e que o faz distinguir-se de outra pertença é, de modo geral, conhecido como cultura. Formas específicas de crenças, de fazer e usar vestimentas, de plantar e colher, de preparar a alimentação, de cuidar de doenças, de construir e usar instrumentos de trabalho são algumas exemplificações de práticas que, no seu conjunto, caracterizam uma cultura. Tais práticas encontram na língua nomeações que não de ser outras, ou com outra conotação semântica, à medida que outra seja a pertença cultural nelas representadas.

Cabe explicar o que estamos chamando de pertença cultural, ainda que a prática seja a mesma. Um objeto, um lugar ou uma prática de cultura podem ser interpretados, tomados com valores e relevâncias diferentes, por diferentes sujeitos ou grupos. É nessa perspectiva que uma gleba de terra, por exemplo, pode ser interpretada e receber diferentes sentidos para um agregado, um meieiro, agroempresário, um sem-terras ou uma empresa de usina hidroelétrica. Para o agregado, a gleba será o seu único meio de plantar sua roça de subsistência, além de ser o seu *locus* de vida, concedido pelo dono, a quem deverá ajudar quando solicitado, como troca de favor pela concessão informal de uso da terra; historicamente, tem sua gênese controversa, mas acredita-se que senhores de escravos, após a abolição da escravatura no Brasil, concedessem pequenos pedaços de terras para que seus ex-escravos nela e dela vivessem, sem lhes onerar, e para que pudessem a eles servir quando deles necessitassem. Para o meieiro, a relação com a gleba é uma espécie de um contrato informal de arrendamento à meia do lucro com o seu dono; não vive, obrigatoriamente, nela, mas dela depende para sua roça de subsistência. Ao agroempresário, a gleba é apenas um pequeno pedaço na vastidão de suas terras de cultivo ou pastagens. Ao sem-terras, a gleba é o seu lote de terras almejado, para nele efetivar o seu projeto social de direito a plantar e colher para viver. Para a usina de hidroelétrica, o pequeno pedaço de terras pode ser um entrave na desapropriação de terras e pelo qual pagará uma indenização cujo valor lhe parece justo, ainda que possivelmente diferente do que julga o desapropriado, ou apenas uma extensão de terras a mais nas margens da represa que construirá ou construiu a usina. O referente é o mesmo, mas os valores a ele concedidos decorrem dos sentidos que têm para cada sujeito ou grupo, porque para os diferentes sentidos conferem-se experiências históricas que determinam o que é uma gleba de terras. Ou seja, a partir do momento em que aparentemente o mesmo referente tem sentidos diferentes é certo que receberá nomes diferentes em conformidade com suas pertencas socio-culturais, posto que, como assevera Vilela (1994, p. 6; grifos nossos),

o léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. Avanços e recuos

civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal, quase *tudo antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na consciência dos falantes duma comunidade.*

Sob essa perspectiva, tomemos dois itens lexicais que, de imediato, parecem nomear e significar um mesmo referente: *desjejum* e *tirijum* que, na região sudeste de Goiás, são atinentes a duas pertenças culturais, ainda que se refiram a práticas assemelhadas. O primeiro signo, recorrente na cultura não caipira e na médica, designa a primeira refeição do dia e, no entendimento comum do lugar, presta-se a desfazer o jejum, diferentemente do *tirijum*, a refeição primeira e uma das mais importantes, que dará à pessoa condições de suportar o duro trabalho físico ou as horas sem se alimentar. Mais que um nome diferente para a mesma refeição, as pessoas que fazem o *tirijum* nunca poderiam fazer o *desjejum* porque têm uma rotina diária que as impediria de se satisfazerem com refeição tão leve. O *tirijum* é, em geral, uma refeição de sustância equivalente à do almoço e seus ingredientes são típicos da cozinha caipira para que possa, de fato, *tirar o jejum*, o intervalo noturno de jejum e preparar a pessoa para a próxima refeição, o almoço. São exemplos de pertenças culturais distintas, designadas por palavras distintas, em indubitável inter-relação entre realização léxica e pertença cultural.

O referente, a primeira refeição do dia, anterior ao almoço, nesse caso, tem sentidos diferentes: para quem toma café ou leite, come pão, frutas ou algo mais, em geral no mundo urbano, esse é o *desjejum*. O homem e a mulher caipira, no eito de trabalho pesado, não se sustentam com refeição tão leve; carecem, isso sim, alimentar-se com algo que os prepare para quatro ou cinco horas ininterruptas de trabalho, à semelhança de um primeiro almoço, e que tire o seu jejum (*tira o jejum* > *tirujum* > *tirijum*). Como se nota, são recursos lexicais diferentes para pertenças culturais distintas a um, aparentemente mesmo, referente.

Exemplos significativos dos contornos lexicoculturais nas palavras são *incomodo* e *incômodo*, em que, à primeira vista, o primeiro seria uma corruptela fonética do segundo. No contexto do sudeste goiano, com sujeitos de vida

majoritariamente caipira, o *incomodo* é um estado emocional de exagerada preocupação com uma situação, em geral usada no âmbito das relações familiares. Não raro, é usado para expressar o mal-estar causado quando um atraso ou ausência de alguém preocupa deveras outra pessoa – geralmente é usado em situações como esperar por uma pessoa que chegaria em determinado horário e, por causa desconhecida, teria se atrasado sem qualquer comunicação a quem espera. Essa prática cultural parece que, no contexto urbano e mesmo rural, tende a desaparecer e certamente o léxico que a nomeia, posto que hoje, com a presença maciça de celulares e outras formas de comunicação, seria inconcebível que o atraso de uma pessoa pudesse causar *incomodo* a outras.

Na outra face do exemplo, o *incômodo* diz respeito a uma situação distinta da anterior: uma doença (e, entre as mulheres, especialmente a menstruação) que causa mal-estar – uma dor, uma fadiga, uma alteração física – é um *incômodo*. Interessa realçar que, nesses dois casos, um traço de ordem subjetiva os coloca em um *continuum* – o desconforto, o mal-estar que alguém, motivado por alguma situação (psicológica ou física), sente.

Para além de representar um falar rústico ou deformado, como sugeriu Melo (1946), o uso linguístico que fazem os falantes do chamado dialeto caipira, como nos parecem ser os que serviram à nossa pesquisa narrando passagens de sua vida pessoal, é tão eficiente e sistemático quanto qualquer outro com efeitos comunicativos e discursivos igualmente satisfatórios quanto o que os senhores e senhoras demonstraram nas narrativas utilizadas neste estudo. Por essa razão, parece-nos relevante que um estudo sobre léxico no chamado dialeto caipira, por mais preliminar que pretenda ser, deve considerar a estreita relação entre as formas de nomeação e designação e as práticas culturais do grupo ou povo¹⁴ em questão. É nesse sentido que empreendemos aqui incursões sobre a cultura que se caracterizaria como caipira, para abarcarmos as demandas do que será tomado como léxico caipira.

¹⁴ *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido (2003), são a demonstração do que entendemos como os parceiros caipiras e o que Amaral (1976) asseverou como o dialeto caipira é também o que, neste estudo, pretendemos considerar.

Ao se pensar o universo que estamos chamando de caipira não se excluem dele objetos e práticas não caipiras porque não há, aí, um purismo desejado por muitos utópicos e saudosistas. Nas roças, já chegaram televisão com parabólica e geladeira, camionetas potentes, celulares, os remédios de farmácia; no entanto, lá ainda reinam as rituais bênçãos que os pais, chamados de senhores, dão aos filhos quando estes se deitam e se levantam ou saem de casa para viajar ou trabalhar; ainda há as pessoas que fazem as infusões em garrafadas porque conhecem a flora do cerrado e suas propriedades terapêuticas; há aquelas que benzem ofensa de cobra, espinhela caída, quebranto ou dor de dente; as assombrações e as histórias que delas decorrem, os terços cantados em latinórios e os dias santos que pedem guarda incondicional do devoto ainda são acolhidos para as demandas dos moradores das roças e das cidades.

Nas roças convivem, por enquanto, objetos e práticas de cultura que podem representar o universo caipira e o não caipira, mas é preciso considerar os que caracterizam as relações de confiança que se estabelecem na palavra empenhada, no compadrio e na vizinhança, pelas treições e pelos mutirões, pelas carnes curtidas em banha de porco porque a conserva já não é o principal motivo das chamadas *carnes de lata*, que instauram uma culinária peculiar, pelas ferramentas e pelo trabalho que inexistem nas cidades, pelo modo de definição de elementos do universo circundante. Algumas dessas práticas e alguns desses objetos podem igualmente ser reconhecidos nas cidades, mas as roças são o seu lugar mais recorrente.

O CAIPIRA NA CIDADE (OU A CIDADE NO CAIPIRA?)

Ainda sob o propósito de pensar como o caipira (o homem e a mulher caipiras, as práticas culturais caipiras, os elementos de memória caipira, o léxico caipira), cada vez mais, é “adentrado” pela cidade (igualmente, as práticas, os elementos de memória e o léxico “da cidade”) e adentra a cidade, consideraremos um objeto que é bastante caro à cultura caipira, desde os seus primórdios – o carro de boi.

O sudeste goiano, *locus* que nos serve nesta discussão, como grande parte do interior do Brasil, conviveu por séculos com o carro de boi. É possível

que, em Goiás, o carro de boi só tenha chegado com a cultura dos geralistas, na formação de suas fazendas, nas terras depois da decadência da mineração. A escassez de estudos sobre esse objeto/meio de transporte, no Brasil, não nos autoriza a falar do seu histórico no país e, com mais detalhe, em Goiás. Assim, tomaremos como linha histórica o tempo informado nas narrativas dos sujeitos, publicadas por Paula (2007), como fruto de suas memórias. Quer dizer que a linha histórica considerada aqui compreende o período de 1920 a 2013.

As histórias narradas pela autora trazem esse objeto de memória – o carro de boi – como ecos de tempos de quase ausência de outro meio de transporte ou condições para possuí-los. Pensar o carro de boi como elemento do mundo caipira nos encoraja a afirmar que a charrete pode ser um elemento de uma vida rural, uma vez que traz o cavalo e pode servir a transportar pessoas. Não é, no entanto, necessariamente caipira. O carro de boi é indubitavelmente caipira – ele serve/servia como meio de transporte, não de pessoas, porque elas não têm ou tinham necessidade de se deslocar de grandes distâncias; o carro de boi transporta/va, sobremaneira, colheitas, madeiras, animais. Ou seja, o carro de boi é um elemento de cultura imprescindível ao caipira – na ausência de tecnologia ou maquinários que poderiam caracterizar o mundo da cidade (os carros, as charretes) só lhes restava o carro feito por pessoas, de forma artesanal, com pregos chapeados por ferreiros locais ou, não chapeados, puxados por tração de bois, organizados em pares, as juntas.

O carro de boi, como se vê, é constitutivo da cultura caipira, cantado em histórias de romances e músicas tradicionais. Como ele, eminentemente caipira, vai à cidade? Ora, em grande parte das cidades do interior de Goiás, pelo menos até os anos 80 do século passado, carros de boi riscavam normalmente as ruas e animavam os ouvidos com suas “cantigas” regadas a azeite de mamona nas azeiteiras.

Mas o carro de boi, em pleno 2014, ainda está na cidade, como memória e substrato lexical em alguns usos linguísticos. Tomemos dois casos: *canga* e *carro*. As *cangas* são a parte dos carros de bois que se unem às *juntas* (os pares de bois, emparelhados e que conduzem o carro e suas cargas), feitas de

madeira, de modo a não machucar os animais e a suportar o peso da carga. É comum, ainda, ouvir no sudeste goiano expressões como “cangar o jogo”, “fulano está cangado”. Em jogo de cartas, cangar o jogo é “amarrar o jogo” de modo a exigir que o adversário se veja impulsionado a fazer determinadas jogadas e o jogo tome rumos planejados por quem o cangou. Nota-se, nesse caso, uma expansão do sentido, pois se vê, nos dois casos, um traço semântico semelhante: o enlaçar-se, unir-se a outro.

O carro de boi na cidade não se presentifica materialmente – ele está como memória lexical: é uma unidade de medida ainda muito usada, indistintamente. Como sempre foi usado para o transporte de cargas, advindas de colheitas de roças de sobrevivência, o milho sempre foi o que mais se transportou no carro de boi, posto que o feijão e o arroz poderiam ser transportados em sacas. O milho poderia facilmente ser transportado em espigas e não se perderia nas difíceis estradas carreiras, no balançar do carro. Logo, a capacidade de transporte de milho em um carro de boi tornou-se uma medida, equivalente a cinco mil e cento e vinte espigas, o que corresponde a quarenta jacás. Se cada jacá compõe-se de trinta e dois atilhos e ao atilho correspondem quatro espigas grandes, instaura-se o carro como medida, remontando sua finalidade de transportar que, por expansão, indica a quantidade que comporta no transporte.

Esse meio de transporte, que já foi cotidianamente usado nas cidades e impedido de transitar por lá, ainda hoje povoa o léxico na cidade quando agricultores, por exemplo, mesmo que tenham colheitadeiras potentes em suas agroindústrias, usam expressões como “essa camionete não cabe nem um carro (a medida equivalente a um carro, a cinco mil e cento e vinte espigas)”.

É o *continuum* de arcaização de que fala Paula (2007), em que objetos de memória cultural e linguística de um espaço adentram o outro, sem que se percam suas características; ao contrário, se constituem a partir desse contato e, não raro, contribuem também para a caracterização desse espaço que adentrou. É o *continuum* das pertencas culturais caipiras no *continuum* geográfico.

Chama a atenção uma lexia desse cenário caipira que não cabe aqui discutir se originária dele, mas usual entre carreiros, especialmente nas dificuldades das estradas carreiras – aquelas destinadas, se não exclusivamente

ao trânsito dos carros de boi, pelo menos, por eles bastante utilizada: a *junta de arrasto*. Narradores foram unânimes em afirmar que um carro com cinco juntas (dez bois) exigiria muita ciência do carreiro e do candeeiro, porque, mesmo amansado, “o bicho animal” tem natureza “diferente de gente”.

Cangados e ajoujados os bois, o risco de que um carro caísse no precipício das estradas, em demoradas e pesadas viagens, era comum, pondo a perder toda a boiada e a carga que transportasse. É assim que carreiros em geral tinham uma junta de bois sobressalente, para a eventual necessidade de “segurar” o carro. A estes bois, os mais fortes,¹⁵ de mais resistência não para puxar ou arrastar muito peso, mas para segurar carros cheios ou em descidas íngremes, dava-se o nome de *junta de arrasto* ou *de rabeio*.

O que se nota, nesse caso, é a utilização pertinente de palavra e sentido já conhecidos no léxico fundamental da língua portuguesa (arrastar/rabear), servindo para significar uma prática notadamente caipira, em situação comum nesse contexto e impensável no cenário urbano. Muito provavelmente, a *junta de arrasto* evitava que o carro passasse adiante dos bois ou sobre eles, trazendo indícios de que a expressão “passar o carro adiante/na frente dos bois” pode ter motivação efetiva na cultura caipira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O léxico é o repositório mais dinâmico das configurações culturais denotadas em uma dada língua. É assim que, sob as cangas de vocabulário ajoujado (ajoujo é a amarra que se faz no chifre do boi à canga, para que não se distraia do caminho traçado pelo candeeiro e desencaminhe o outro boi da junta), entendemos que homens e mulheres, cuja vida se faz ou se fez majoritariamente no meio rural, donos de um *modus vivendi* que tem

¹⁵ Uma narradora, que iniciou na lida dos carros de boi como candeeira, carregou com o pai e, depois, comandava uma viagem sozinha, contou que lembrava os nomes dos bois, como se sonhasse com eles. Segundo ela, de vez em quando, falava o nome deles para não se esquecer do cheiro “dos animal” e o Soberano era o seu preferido, um boi de arrasto, forte. Na evocação de carreira, “[A]fasta Soberano/Vai Mimoso”, este último era o boi da junta de guia, a da frente, junto ao candeeiro, numa incontestável motivação entre o nome e o nomeado.

a relação com a natureza e com o trabalho nela como organizador de suas vivências, valem-se de recursos peculiares para a categorização e a nomeação de sua realidade.

Objetivamos contribuir para pensar como sujeitos caipiras (ou roceiros) que, no sudeste de Goiás, utilizam ou, outrora, utilizaram carros de boi, nas suas lidas rurais, recorrem a um léxico específico para significar as peças e as funções desse importante meio de transporte, responsável por modos de vida particulares a épocas e lugares distantes do ordenamento urbano que o país conheceu, com mais vigor, a partir da década de 1980.

As funções-nomes dos bois, como a junta de coice, a junta de guia, junta de pé-de-guia, junta de cabeçalho, junta de arrasto; as peças do carro, como canzil, rodeiro, fueiro; as armaduras dos bois, como canga, cangalha, ferrão, *ajoujo*; a designação para os homens que se incumbem de amansar e conduzir os animais, como candeeiro, carreiro, amansador e muitas outras referências deste meio, regidas pelo cantar de rodas e *canzis*, ecoam em signos específicos, compondo o que se pode denominar, metaforicamente, de um vocabulário *ajoujado*, quer dizer, um uso restrito e ajustado do léxico por um grupo de pessoas, nas suas práticas de linguagem cotidianas, para as suas funções de nomeação, sem que a comunicação entre elas perca o trilha do sentido, construído social e culturalmente.

Esse vocabulário *ajoujado*, isto é, ajustado, sem possibilidade de desvios de suas trilhas de significação, como se *cangado* às necessidades de seus usuários, é que apresentamos, sobretudo, procurando evidenciar como ele cumpre sua função no mundo de carreiros, de *incomodados*, *descaídos* e *decaídos*, no interior de Goiás, através do estudo lexical de narrativas orais, gravadas e transcritas em 2002 e 2003 e publicadas em Paula (2007). Nesse sentido, esta investigação pretendeu trazer achegas ao estudo do léxico caipira em Goiás, caracterizou-se, metodologicamente, como uma investigação lexicológica e teve, como concepção norteadora, a relação indissociável entre o léxico de um povo ou grupo e suas práticas culturais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec-SCET-CEC, 1976.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 10. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.

PAULA, Maria Helena de. *Rastros de velhos falares: léxico e cultura no vernáculo catalano*. 521 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua no Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

O campo lexical *moedas* em manuscrito sobre as minas goianas setecentistas

| Vanessa Regina Duarte Xavier

INTRODUÇÃO

Vilela (1979, p. 17) afirma que “através das palavras está o mundo presente na língua”. Partindo dessa afirmação, pode-se asseverar que o léxico é o elemento constitutivo da língua que melhor detém o conhecimento cultural e histórico de uma dada sociedade. Isso ocorre porque ao léxico se atribui a função de configurar linguisticamente tudo o que integra o universo real ou surreal, do mais concreto ao mais abstrato, de modo a possibilitar uma interação social plena entre os falantes de um mesmo idioma.

Em vista disso, estudar o léxico de uma língua requer o entendimento das estruturas sociais e culturais que nele se manifestam, sem, contudo, desconsiderar os elementos linguísticos que compõem um dado texto. Nessa abordagem, preconiza-se que o estudo sobre o léxico de uma língua em sua inter-relação com a cultura deva, antes de tudo, assentar-se sobre as tramas linguísticas que constituem o texto e, a partir destas, tecer os fios da sua conexão com o contexto social, histórico e cultural, que integra o seu plano discursivo.

Com base nas considerações acima, cumpre assinalar que este texto tem como propósito analisar as relações entre léxico e cultura a partir da estruturação léxico-semântica do campo lexical *Moedas*. Para tanto, assume-se como aporte teórico os princípios da Semântica Estrutural postulados por Coseriu (1977). Na composição dos campos, observaram-se as relações de sentido entre os itens lexicais e os arquilexemas, quais sejam, a hiponímia, a hiperonímia, a sinonímia, a antonímia, a meronímia, a homonímia e a polissemia, tais como são definidas por Lopes e Rio-Torto (2007), Silva (2006) e Vilela (1979). No que diz respeito à cultura, o referencial teórico empregado foi Palacín (1976) e Salles (1992), que teorizam sobre a História e a sociedade goiana nos setecentos.

É importante ressaltar que o campo lexical mencionado foi estruturado em nossa pesquisa de doutoramento, que resultou na tese *Conexões léxico-culturais sobre as minas goianas setecentistas no Livro para servir no registro do caminho novo de Parati*. Tal campo constituiu-se com base no estudo filológico dos documentos manuscritos datados de 1751 a 1753, que integram o códice *Livro para servir no registro do caminho novo de Parati – Thomé Ignácio da Costa Mascarenhas (1724-1762)*, o qual se encontra disponível no Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

UMA PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DO LÉXICO DE MANUSCRITO SOBRE AS MINAS GOIANAS SETECENTISTAS EM CAMPOS LEXICAIS

Este artigo apresenta, ainda, uma proposta metodológica de associação de itens lexicais em campos lexicais mediante as relações semânticas entre eles, remetendo a uma conexão também de ordem sociocultural. Vale considerar que os campos lexicais não se estruturam conforme a realidade extralinguística, mas obedecem às relações estabelecidas entre os significados dos signos linguísticos, não tomados de forma ampla e abstrata, e sim atualizados em um plano discursivo determinado.

Os campos lexicais compostos a partir de manuscritos sobre as minas goianas setecentistas foram considerados como os mais representativos das suas temáticas, uma vez que os documentos abordaram assuntos diversos acerca da Capitania goiana, tais como a sua economia, política, religião,

sociedade etc. Além disso, essa etapa da pesquisa seguiu-se ao levantamento das palavras ditas lexicais do *corpus* – substantivos, adjetivos e verbos –, para o mapeamento dos temas nele constantes. É importante fazer a ressalva de que somente os substantivos foram utilizados na composição do campo lexical em análise, consoante esta classe de palavras representar o universo antropocultural mais claramente, como nos diz Barbosa (1981).

A esse respeito, vale assinalar que a constituição dos campos lexicais levou em conta a relação semântica e discursiva entre os itens lexicais, exercendo um papel importante, nesse contexto, a consideração dos aspectos sociais e culturais intervenientes. As relações semânticas analisadas, com a finalidade de composição dos campos lexicais, tiveram como fundamento as abonações extraídas do *corpus* da pesquisa e suas acepções em dicionários atuais, como Ferreira (2004) e Houaiss e Villar (2001), e coetâneos aos documentos manuscritos, como Bluteau (1712-1728) e Moraes Silva (1813).

Nessa perspectiva, também é válido asseverar que as relações de sentido entre as lexias concernentes a um mesmo tema constituíram um critério irrefutável para o estabelecimento do campo lexical.

À guisa de conceituação, os campos lexicais são estruturas paradigmáticas formadas pela associação entre lexemas conforme a relação de conteúdo entre eles. Desta feita, são os significados que norteiam o agrupamento dos lexemas em um dado campo lexical. Considerando que o significado representa a parte conceitual do signo linguístico, pode-se afirmar que ele se conjuga fundamentalmente ao processamento cognitivo das experiências socioculturais.

Diante disso, Ullmann (1977, p. 511) afirma que “em cada campo, o material bruto da experiência é analisado e elaborado de um modo peculiar, que difere de uma língua para outra e muitas vezes de um período para outro na história do mesmo idioma”. Essa assertiva mostra que os campos lexicais, embora não se constituam segundo a relação entre as coisas, mas sim entre os significados dos signos linguísticos, não estão desvinculados da organização sócio-histórica e da cultura de uma dada sociedade, bem como do modo como os falantes da língua a percebem.

Assim, não se pode perder de vista a premissa fundamental da teoria dos campos léxicos de que o léxico é formado por domínios parciais, que são

os campos lexicais, que reúnem unidades menores, os lexemas, mediante a oposição entre os seus significados.

Vale ressaltar que o estudo em questão segue uma abordagem semelhante aos trabalhos de Abbade (2009), que estabeleceu os campos lexicais a partir do *Livro de cozinha da Infanta D. Maria*, apontando algumas relações semânticas entre eles, e ao de Cerântola (2009), o qual teve por fim analisar o comportamento feminino, na década de 1960, a partir de campos lexicais formados com base em exemplares da *Revista Claudia*, todavia usando o *Sistema racional de conceitos*, de Hallig e Wartburg (1963 apud Cerântola, 2009).

CONFIGURAÇÕES LÉXICO-SEMÂNTICAS DO CAMPO LEXICAL *Moedas*

As lexias que pertencem ao campo lexical denominado *Moedas* são *conto*, *cruzado*, *dinheiro*, *moeda*, *pataca*, *real*, *réis* e *tostão*. Os hiperônimos do campo são os itens *moeda* e *dinheiro*, que entretêm uma relação de sinonímia, visto que foram empregados com a acepção de uma matéria qualquer com valor fixado pelo governo e destinados às transações financeiras. Em decorrência disso, os demais itens constituintes do campo lexical mencionado são hipônimos em relação ao arquilexema *moeda*.

Corroborando a classificação do item *moeda* como hiperônimo do campo lexical o fato de um total de cinco, dentre as oito lexias que o compõem, serem definidas como tipos de moeda, como exemplifica o quadro abaixo:

Quadro 1 - Cotejo das acepções de lexias referentes a moedas (conferir Xavier, 2012).

Lexias	Acepções
conto	"Um milhar de mil-réis" (Ferreira, 2004); "mil vezes mil" (Houaiss e Villar, 2001).
cruzado	"Antiga moeda portuguesa, de ouro ou de prata [...] Moeda de quatrocentos réis" (Ferreira, 2004).
pataca	"Moeda antiga de prata, do valor de 320 réis" (Ferreira, 2004).
real	"Antiga base unitária do meio circulante brasileiro, em que as cédulas eram múltiplas e as moedas frações de mil réis" (Houaiss e Villar, 2001).
réis	"Moeda bayxa de Portugal. He abreviatura de Reaes" (Bluteau, 1712-1728, p. 213).
tostão	"Antiga moeda de níquel, de Portugal e do Brasil, que valia cem réis" (Ferreira, 2004).

O quadro acima mostra que os hiperônimos designam o aspecto mais geral do signo linguístico nas acepções e, em seguida, são reveladas as suas propriedades ou características mais específicas, tais como o metal empregado na fabricação das moedas, a exemplo das lexias *cruzado*, *pataca* e *tostão*.

Da análise realizada acima, pode-se concluir que a hiperonímia designa uma relação hierárquica entre as lexias, em que uma delas possui um sentido mais geral, que abarca os sentidos mais específicos das outras lexias inseridas no mesmo campo. Para Lopes e Rio-Torto (2007, p. 29), os hipônimos são as lexias que se subordinam à outra ou outras de sentido mais geral, denotando uma relação de “implicação unilateral e não simétrica”. Nessa abordagem, os hiperônimos seriam as lexias subordinantes e os hipônimos uma espécie ou tipo destas, contidos nos sentidos expressos por elas. Em virtude dessa relação entre as lexias que compõem o campo lexical, a lexia *moeda* adquiriu o *status* de superordenado ou arquilexema do campo, haja vista que evidencia o valor unitário do campo.

Desse modo, o campo lexical constitui um todo conceitual distribuído entre os lexemas que o compõem, em virtude da conexão semântica que estes demonstram, seja por similaridade, seja por opositividade. Assim, os lexemas de um campo possuem significados que remontam a um tema em comum, que é representado pelo arquilexema.

Outra relação semântica observada entre esses itens é a sinonímia entre *real* e *réis*, como mostra a definição apresentada por Houaiss e Villar (2001) para o item lexical *real*, elencada no Quadro 1. Por sua vez, o signo *réis* é definido por Bluteau (1712-1728) como a abreviatura de *real*, indicando-se, assim, a similaridade entre as acepções desses itens.

Vale asseverar que a sinonímia entre os itens lexicais não foi considerada rigidamente, visto ser consenso entre os linguistas a inexistência de sinônimos perfeitos. O que determinou, portanto, a classificação dos itens como tal foi o alto grau de similaridade entre as suas acepções.

Verificou-se, neste campo, um caso de homonímia no que diz respeito à lexia *real*, como é possível aferir nos excertos que seguem: “Os Povos [...] entraram Logo a representar a opressão *que* padeciam allegando a Seu favor omes | mo Regimento dos officiais de Iustiça, o que determina *que* todos os

emolumentos | Se paguem a razão de oitâvas, e não a razão de réis” (91r.); “Devo pôr na real presença de *Vossa Magestade* as razoens que | o Correram para Se fazer inatendivel este requerimento” (92v.); “Se estâ vendo que naõ São estas as | Suas reais intençoens” (128r.).

Como se vê acima, além da sua acepção de moeda, a lexia *real* também foi empregada na função adjetival com a acepção de “relativo ou pertencente à realeza ou ao rei; régio” e com o sentido de “que não é falso, ilusório ou artificial; genuíno” (Houaiss; Villar, 2001). A homonímia resulta, pois, do uso de uma mesma lexia com significados distintos. Segundo Vilela (1994, p. 26), os homônimos são lexemas diferentes, porque seus significados não possuem correlação entre si, conquanto tenham a mesma grafia, ou seja, um só significante.

Ainda conforme a classificação adotada por Silva (2006), estamos diante de uma homonímia parcial, visto que há uma identidade gráfica, mas não quanto à função gramatical. A esse respeito, cumpre esclarecer que se optou por colocar no mesmo campo lexical abonações que revelassem casos de homonímia ou de polissemia para a sua análise. Para tanto, levamos em consideração a assertiva de Silva (2006, p. 49) de que há um *continuum* de sentidos e, por essa razão, não há uma rígida divisão entre polissemia e homonímia, considerando-se que nem sempre a homonímia resulta de uma completa ruptura entre os significados de uma lexia e que pode ser árdua a tarefa de identificar a correlação entre eles.

Nesse sentido, a lexia *réis* aparece na definição das demais unidades monetárias desse campo lexical, quais sejam, *conto*, *cruzado*, *pataca* e *tostão*, a demonstrar uma gradação entre os valores expressos por tais signos. Assim, o *tostão* indica a quantia de cem réis, a *pataca* trezentos e vinte réis, o *cruzado* assume o valor de quatrocentos réis e o *conto* demonstrou a acepção de um milhar de mil-réis (Ferreira, 2004). Depreende-se disso que a lexia *réis* representa a unidade monetária fundamental da economia goiana durante o período colonial.

Além disso, o uso de cada tipo de moeda dependia da quantia envolvida na negociação. No caso dos rendimentos provenientes da extração aurífera da Capitania, durante o período de um ano, mostrou-se mais comum o uso das lexias *conto* e *réis*, como mostra o excerto a seguir: “Pelo Mappa do anno de 1752, Serâ taóbem prezente | a *Vossa Magestade* haver tido no mesmo

anno de rendimento a Fazenda | Real, quarenta e quatro contos, Seis centos, e Secenta e nove mil, du | zentos e quarenta e hum” (113r.). Assim, como a quantia descrita nesse trecho mostrou-se alta, a lexia usada para expressá-la foi *conto*, visto que, conforme a acepção disponibilizada no Quadro 1, é a que representa maior valor econômico.

As relações sinonímicas apontadas acima se definem, à esteira de Lopes e Rio-Torto (2007, p. 31), pela “equivalência ou identidade”. A isso as autoras acrescentam que a sinonímia consiste em uma “relação de implicação bilateral e simétrica, e assenta na partilha de propriedades definitórias e funcionais em comum”. Isto posto, pode-se afirmar que a hiperonímia e a hiponímia designam uma relação de contém/está contido, enquanto a sinonímia refere-se à uma relação de uma evidente similaridade entre os significados ou conteúdos de duas ou mais lexias. Não se verificaram, nesse campo, as relações semânticas de polissemia, meronímia e antonímia.

Embora esse não seja um campo lexical muito extenso, sua relevância para a compreensão da estrutura econômica da Capitania goiana na época é indiscutível, uma vez que abarca as unidades monetárias utilizadas nas negociações financeiras e no cálculo da receita da Coroa Portuguesa na região. Quer-se com isso dizer que as moedas viabilizavam o fluxo comercial da Capitania goiana e expressavam, sobretudo, os valores gastos pelo governo com a compra e o aluguel de imóveis, com o salário de militares etc., como no fragmento a seguir extraído do *corpus*: “poupa mais a Fazenda de Vossa Magestade a despeza de quatro | Centos mil reis, que em Cada hum anno Se pagavam de aLuguel das cazas de residencia | dos Governadores” (72r.).

É interessante observar que era muito comum o uso do ouro em pó nas transações econômicas ocorridas na região das minas da Capitania goiana, cujo valor era obtido convertendo-se a sua pesagem em dinheiro, sobremaneira em réis. Por essa razão, frequentemente as unidades de peso e medida eram usadas com a acepção de moedas, porque exerciam esse papel nas negociações envolvendo ouro em pó.

Como exemplo, podemos mencionar a lexia *oitava*, que equivalia, com base em Ferreira (2004), a aproximadamente 3,586 gramas de ouro em pó e seu valor correspondia a 1200 réis. O exemplo que segue demonstra o uso

dessa lexia com a função de moeda: “São homens de *muito* pouco Cabedal, e o valor | das suas carregaçoens não chega a cém oitavas de principal” (116v.). Tal fato decorria também da quantidade insuficiente de moeda provincial para viabilizar a comercialização na Capitania goiana.

No *corpus* da pesquisa, Dom Marcos de Noronha revela que as moedas provinciais enviadas pela Coroa Portuguesa ao território goiano eram poucas e rapidamente se esgotavam, o que acontecia também em outros territórios da Colônia brasileira. Isso porque o custo da sua produção era alto para a Coroa.

Some-se a isso o fato de as lexias *oitava*, *marco* e *grão*, que constituem unidades de peso e medida, terem recebido em Bluteau (1712-1728) a taxionomia “Termo de moeda” (p. 125 e 326) ou “Termo de Moedeyro” (p. 51). De modo semelhante, Ferreira (2004) também definiu a lexia *oitava* como uma moeda.

Nesse sentido, Salles (1992) pontua que a oitava era o padrão de troca nas transações financeiras ocorridas na Capitania goiana. Por isso, as demais unidades de peso e medida, bem como as diversas moedas se convertiam em oitavas ou vice-versa. De acordo com Palacín (1976, p. 191), o ouro em pó era a moeda efetivamente utilizada no comércio interno das minas goianas, apesar dos riscos de fraude do ouro, do oneroso tributo que incidia sobre ele e de seu extravio. Ademais, muito se perdia nas recorrentes pesagens e várias foram as tentativas da Coroa Portuguesa de impedir o seu uso, contudo sem sucesso.

Todavia, o uso do ouro em pó como moeda não eliminou efetivamente todos os problemas causados pela falta de moedas, pois ele era permitido somente na região das minas, mas não no comércio realizado no sertão por viandantes e comboieiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo leva à constatação de que os conceitos evocados pelos signos linguísticos extraídos do *corpus* são atualizados pelo contexto discursivo e são eles que estabelecem as configurações dos campos lexicais. Assim, os significados revelam o processamento cognitivo das experiências humanas e,

por isso, possuem a propriedade de abarcar as nuances socioculturais. Disso pode-se depreender que o campo lexical em estudo foi estruturado pela articulação semântica das lexias, com base no contexto discursivo, conferindo-se unidade à totalidade que é o campo e corroborando a premissa de que este não se constitui de unidades isoladas entre si, mas conectadas por relações de sentido.

Portanto, propôs-se este estudo a divulgar esse modo de estruturação de campos lexicais através de relações semânticas, como a hiperonímia, hiponímia, sinonímia, antonímia e meronímia, entre as lexias, tal como propõe Lyons (1980).

Ademais, o presente estudo viabilizou uma compreensão mais ampla acerca das unidades monetárias usadas nas negociações financeiras da Capitania goiana durante o apogeu da exploração aurífera na região. Por conseguinte, foi possível entender melhor a economia e a sociedade goiana no período colonial através do estudo do campo lexical *Moedas*.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. *Um estudo lexical do primeiro manuscrito da culinária portuguesa medieval: o livro de cozinha da Infanta D. Maria*. Salvador: Quarteto, 2009.

BARBOSA, Maria Aparecida. *Língua e discurso: contribuição aos estudos semântico-sintáticos*. 2 ed. São Paulo: Global, 1981.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

CERÂNTOLA, Juliana Riva Gibelli. *Claudia: um retrato de mulher via léxico*. 300 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

COSERIU, Eugenio. *Principios de semántica estructural*. Madrid: Editorial Gredos/Biblioteca Románica Hispánica, 1977.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário eletrônico Aurélio*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Sales. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LOPES, Ana Cristina Macário; RIO-TORTO, Graça. *Semântica*. Lisboa: Editorial Caminho, 2007.

LYONS, John. *Semântica*. v. 1. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da lingua portugueza*. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.

PALACÍN, Luís. *Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. 2. ed. Goiânia: Oriente, 1976.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SILVA, Augusto Soares. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

VILELA, Mário. *Estruturas léxicas do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.

_____. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

XAVIER, Vanessa Regina Duarte. *Conexões léxico-culturais sobre as minas goianas setecentistas no Livro para servir no registro do caminho novo de Parati*. 580 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Sobre os autores

Aparecida Negri Isquerdo é doutora em Letras (Linguística e Língua Portuguesa) pela UNESP/Araraquara (1996). É docente aposentada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; foi professora convidada (PV/CNPq) no Programa de Mestrado e Doutorado em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina (2005/2006) e professora visitante (PV/UFMS) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Mestrado em Estudos de Linguagens (2007/2009). Atualmente é docente colaboradora na Pós-Graduação *stricto sensu* da UEL e professora visitante na UFMS, atuando na pesquisa, na docência e na orientação (Mestrado e Doutorado). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Lexicologia, Lexicografia e Onomástica, especialmente nos seguintes temas: léxico, toponímia, atlas toponímico e atlas linguístico. É Diretora Científica do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – Projeto ALiB; coordenadora do projeto Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul e pesquisadora responsável, pela Região Centro-Oeste, no âmbito do projeto Tesouro Léxico Patrimonial do Galego e do Português: Brasil.

Claudia Xatara é doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP-Araraquara (1998) e realizou três estágios pós-doutorais em Lexicografia (Université de Nancy 2 [2005], Université de Paris 13 [2011] e Université Libre de Bruxelles [2012]). É professora livre-docente na UNESP de São José do Rio Preto, elaboradora de dicionários bilíngues e tradutora juramentada de francês. Atualmente desenvolve um projeto de pesquisa na Universidade de Paris X.

Gisele Martins Siqueira é mestre em Letras e Linguística, com área de concentração em Estudos Linguísticos, pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (2013). Foi professora da Secretaria de Estado de Educação-GO e substituta no Departamento de Letras da UFG/Regional Catalão. Atualmente, trabalha na rede municipal de educação em Catalão-GO.

Huélinton Cassiano Riva é doutor em Estudos Linguísticos (2009), pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de São José do Rio Preto-SP. Tem pós-doutorado em Filologia e Língua Portuguesa, pela Universidade de São Paulo (USP), sob a supervisão da Professora Doutora Ieda Maria Alves, com apoio FAPESP, processo nº 2011/07616-1. É professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás (UEG), unidade de Itumbiara, e autor do *Dicionário das expressões idiomáticas mais usadas no Brasil: organização onomasiológica*, pela Editora Appris.

Jaciara Mesquita Rosa é graduada em Comunicação Social - Habilitação em Rádio e Televisão (2002) e Letras (2009), ambas pela Universidade Federal de Goiás. É mestre em Estudos da Linguagem, pela UFG/Regional Catalão. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Videodifusão, atuando especialmente no segmento de notícia. Atua na área de idiomas como inglês e francês.

Kênia Mara de Freitas Siqueira é mestre e doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (2003 e 2010). Docente na Universidade Estadual de Goiás, atua nas áreas de Linguística Textual, estudos do

Léxico e Onomástica, com ênfase nos estudos toponímicos do Estado de Goiás, realçando as relações entre língua e cultura. É professora no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (MIELT) da UEG. Está realizando Estágio Pós-doutoral em Linguística na Universidade de Brasília.

Luciene Gomes Freitas Marins é mestre em Estudos de Linguagens, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2012). É docente convocada na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (2011-2014). Tem experiência profissional no Ensino Superior (licenciatura e bacharelado) nas disciplinas Comunicação e Língua Portuguesa, Prática de Ensino, Língua Portuguesa e Linguística, com ênfase em Geolinguística. Dedicase, em especial, aos temas relacionados ao falar rural/urbano na Região Centro-Oeste do Brasil (2007/2014). É professora pesquisadora dos projetos: Atlas Toponímico do Mato Grosso do Sul (ATEMS), Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e Tesouro Léxico Patrimonial do Galego e do Português: Brasil. Confecciona cartas linguísticas para apresentação de resultados dialetológicos e geolinguísticos. Atuou na edição gráfica das cartas dos seguintes atlas: Atlas Toponímico do Mato Grosso do Sul (ATEMS); Atlas Linguístico de Corumbá e Ladário (ALiCola) e Atlas Linguístico-Contatual da Fronteira entre Brasil/Paraguai (ALF-BR PY).

Maria Helena de Paula é doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP-Araraquara (2007). É professora do Departamento de Letras da UFG/Regional Catalão, onde atua na graduação e como docente permanente no Mestrado em Estudos da Linguagem, com estudos na área de léxico e filologia, em interface com os estudos culturais.

Vanessa Regina Duarte Xavier é graduada em Letras-Português pela UFG/CAC (2007) e doutora em Letras pela USP (2012), com estudo filológico-lexical de documentos sobre as minas goianas setecentistas. É professora do Departamento de Letras da UFG/Regional Jataí. Atualmente, cumpre Estágio Pós-doutoral pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/CAPES).

© Maria Helena de Paula, 2014
Direitos reservados para esta edição:
UFG/ Regional Catalão

Revisão
Cânone Editoração Ltda.

Projeto gráfico da coleção e capa
Alanna Oliva

Editoração eletrônica
Alanna Oliva

Dados internacionais de catalogação-na-publicação (CIP)
GPT/BSCAC/UFG

L755 Língua e Cultura: estudos de léxico em perspectiva/ Organizadora Maria Helena de Paula. – Goiânia: Gráfica UFG, 2014.

160 p.: il.
Bibliografia.

(Coleção Labor, 20)
ISBN: 978-85-68359-11-2

1. Léxico Goiano. 2. Expressões populares 3. Variação Linguística. I. Paula, Maria Helena de. II. Título.

CDU: 81'373 (817.3)
